

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

HUEINEN ZDEPSKI MACHADO

**TERRITÓRIOS DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-
PR**

PONTA GROSSA
2025

HUEINEN ZDEPSKI MACHADO

**TERRITÓRIOS DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-
PR**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa na área de Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Celso Antônio da Fonseca Rosas.

PONTA GROSSA

2025

Machado, Hueinen Zdepski

M149 Territórios da Agroecologia no município de Ponta Grossa-PR / Hueinen Zdepski Machado.
Ponta Grossa, 2025.
215 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do
Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Celbo Antônio da Fonseca Rosas.

1. Agricultura familiar. 2. Comunidades tradicionais. 3. Movimentos sociais.
4. Políticas públicas. I. Rosas, Celbo Antônio da Fonseca. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

HUEINEN ZDEPSKI MACHADO

"TERRITÓRIOS DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR"

Ponta Grossa, 22 de abril de 2025

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas - UEPG

Prof. Dr. Nicolas Floriani - UEPG

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves- UNIFAL



Documento assinado eletronicamente por **Celbo Antonio da Fonseca Rosas, Professor(a)**, em 27/05/2025, às 18:31, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Floriani, Professor(a)**, em 27/05/2025, às 19:42, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAMARION DUTRA ALVES, Usuário Externo**, em 28/05/2025, às 16:01, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2545666** e o código CRC **7CE7A253**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Luiz e Jaqueline, por me apoiarem desde sempre, agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao Prof. Dr. Celbo, pela orientação desde a graduação até o mestrado, ao Prof. Dr. Nicolas e Prof. Dr. Flamarion, por aceitarem o convite de banca de defesa do mestrado, ao grupo GEGATE, ao acampamento Emiliano Zapata, Chácara Maria Emília, aos faxinalenses de Sete Saltos de Baixo e aos agricultores de Uvaia, que permitiram minha visita às suas propriedades.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral a compreensão da agroecologia e território, a partir dos movimentos sociais e comunidades tradicionais no município de Ponta Grossa-PR, para isso, foi feito um levantamento bibliográfico através de plataformas como Google Acadêmico e outras teses e dissertações em diversos sites da internet, bem como, a busca por periódicos e livros em sites governamentais e não governamentais e também materiais adquiridos no Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO e na biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, logo após, foram realizadas saídas juntamente com a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas abordando questões pessoais e da propriedade para as comunidades visitadas, com isso, foram feitos mapas através do software Qgis e registradas imagens das propriedades visitadas. A agroecologia se faz presente no território como forma de compreender os diferentes tipos de manejo sustentáveis e os aspectos culturais de cada comunidade, isso nos ajuda a compreender as multiterritorialidades, além de abordar um assunto que atualmente vem deixando o mundo todo preocupado, que é a mudança climática por conta do desmatamento e degradação do solo. Nas propriedades visitadas, foram qualificados cada um dos produtores para ver como se dá o manejo e se realmente são agroecológicos, pois é importante salientar que em alguns casos, o uso do modelo convencional de agricultura ainda se faz muito presente, por vezes não há agroquímicos, mas sim adubos industriais que são obtidos por meio de síntese em laboratórios, fazendo com que o solo seja saturado com um único nutriente, causando assim, o desequilíbrio no solo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Comunidades Tradicionais, Movimentos Sociais, Políticas Públicas.

RESUMEN

El objetivo general de este trabajo es comprender la agroecología y el territorio, a partir de los movimientos sociales y las comunidades tradicionales del municipio de Ponta Grossa-PR. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico utilizando plataformas como Google Scholar y otras tesis y disertaciones en diversos sitios de internet, así como una búsqueda de revistas y libros en sitios gubernamentales y no gubernamentales y también materiales adquiridos en el Programa de Posgrado en Geografía-PPGEO y la biblioteca de la Universidad Estadual de Ponta Grossa, después de lo cual se realizaron salidas junto con la aplicación de un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas abordando cuestiones personales y de propiedad de las comunidades visitadas, se confeccionaron mapas utilizando el software Qgis y se registraron imágenes de las propiedades visitadas. La agroecología está presente en el territorio como forma de entender los diferentes tipos de gestión sostenible y los aspectos culturales de cada comunidad, esto nos ayuda a entender la multiterritorialidad, además de abordar un tema que actualmente preocupa a todo el mundo, que es el cambio climático debido a la deforestación y la degradación de los suelos. En las fincas visitadas se calificó a cada uno de los productores para ver cómo se manejan y si realmente son agroecológicas, porque hay que tener en cuenta que en algunos casos, el uso del modelo convencional de agricultura sigue muy presente, a veces no hay agroquímicos, sino fertilizantes industriales que se obtienen por síntesis en laboratorios, provocando que el suelo se sature de un solo nutriente, provocando así un desequilibrio en el suelo.

Palabras clave: Agricultura familiar, comunidades tradicionales, movimientos sociales, políticas públicas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mix de adubação verde.	29
Imagem 2: Instituto Rodale.....	31
Imagem 3: Mata nativa na Chácara Maria Emília.....	109
Imagem 4: Criação de suínos e aves na Chácara Maria Emília.....	110
Imagem 5: Separação de pedidos na Chácara Maria Emília.	111
Imagem 6: Manejo e produção da Chácara Maria Emília.	112
Imagem 7: Área para morangos Chácara Maria Emília.	113
Imagem 8: Mata preservada na Chácara São Sebastião I.....	117
Imagem 9: Mina de água na Chácara São Sebastião I.	118
Imagem 10: Pomar de citrus na Chácara São Sebastião I.....	119
Imagem 11: Produção de Hortaliças Chácara São Sebastião I.....	120
Imagem 12: Reserva nativa na Chácara Estância Alegre.	123
Imagem 13: Poço artesiano na Chácara Estância Alegre.	123
Imagem 14: Cisterna para captar água da chuva na Chácara Estância Alegre.	124
Imagem 15: Criação de frangos na Chácara Estância Alegre.....	124
Imagem 16: Hortaliças e leguminosas na Chácara Estância Alegre.	125
Imagem 17: Pomar na Chácara Estância Alegre.....	126
Imagem 18: Hortaliças e roça de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.	135
Imagem 19: Linha de árvore de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.	136
Imagem 20: Nascente e mata nativa de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata. .	136
Imagem 21: Criação de animais de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.....	137
Imagem 22: Pomar de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.....	138
Imagem 23: Hortaliças de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.....	140
Imagem 24: Poço artesiano de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.....	141
Imagem 25: Mata nativa e tanque de peixe de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.	141
Imagem 26: Carurú no estabelecimento de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.	142
Imagem 27: Hortaliças e roça de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.	143
Imagem 28: : Criação de cavalos de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.	145
Imagem 29: Mata preservada e nascente de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.	146

Imagem 30: Criação de animais de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.	148
Imagem 31: Reservatório de água de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.	148
Imagem 32: Mata preservada de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.	149
Imagem 33: Criação de abelhas de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.	150
Imagem 34: Cooperativa Cooperas no Acampamento Emiliano Zapata.	151
Imagem 35: Depósito da Cooperas e carregamento no Acampamento Emiliano Zapata.	153
Imagem 36: Mata burro que separa o Faxinal das terras de plantar no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	164
Imagem 37: Produção de feijão de D.F. nas terras de plantar no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	165
Imagem 38: Carregamento do caminhão no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	166
Imagem 39: Área de preservação no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	169
Imagem 40: Entrada das melíponas no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	170
Imagem 41: : Suínos soltos na rua no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	171
Imagem 42: : Pocilga de suínos no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	172
Imagem 43: Criação de aves no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	172
Imagem 44: Pequeno galpão “paió” no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	173
Imagem 45: Peneira de feijão no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	176

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Ponta Grossa.	61
Mapa 2: Localização da Chácara maria Emília.	106
Mapa 3: Localização da Chácara São Sebastião I.....	114
Mapa 4: Limite entre as propriedades.	115
Mapa 5: Localização da Chácara Estância Alegre.	121
Mapa 6: Localização do Acampamento Emiliano Zapata.....	134
Mapa 7: Localização do Faxinal Sete Saltos de Baixo.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação entre Pronaf e Plano Safra de 2024.	79
Gráfico 2: Valor do Pnae.	83
Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados.	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produtores entrevistados do município de Ponta Grossa.	19
Tabela 2: Pilares da agroecologia	24
Tabela 3: Níveis agroecológicos.....	34
Tabela 4: Dimensões do território.....	58
Tabela 5: Produção agrícola do município de Ponta Grossa.....	64
Tabela 6: Produção temporária do município de Ponta Grossa.	65
Tabela 7: Produção permanente do município de Ponta Grossa.	66
Tabela 8: Atividade econômica do município de Ponta Grossa.	66
Tabela 9: Estabelecimentos do município de Ponta Grossa.....	67
Tabela 10: Pecuária do município de Ponta Grossa.....	67
Tabela 11: Produção de origem animal do município de Ponta Grossa.	68
Tabela 12: Aquicultura do município de Ponta Grossa.	68
Tabela 13: Comparativo entre Ponta Grossa e Paraná em Políticas públicas.	97
Tabela 14: Premissas do Feira Verde.....	98
Tabela 15: Funcionamento do Feira Verde do município de Ponta grossa.	99
Tabela 16: Valor do Pnae na Chácara São Sebastião I.....	115
Tabela 17: Produção na Chácara São Sebastião I.....	119
Tabela 18: Produção da Chácara Estância Alegre.	127
Tabela 19: Produção de N.L. do Acampamento Emiliano Zapata.	138
Tabela 20: Produção de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.....	140
Tabela 21: Produção de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.....	144
Tabela 22: Produção de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.....	150
Tabela 23: Dinheiro destinado às políticas públicas no Acampamento Emiliano Zapata.	155
Tabela 24: Valor do Pronaf de D.F. no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	166
Tabela 25: Produção de D.F. no Faxinal Sete Saltos de Baixo.	167
Tabela 26: Tipos de agricultura segundo a classificação de Lamarche.....	178
Tabela 27: Nível agroecológico dos estabelecimentos visitados.	179
Tabela 28: Faixa etária dos entrevistados.	179
Tabela 29: Perfil econômico dos entrevistados.	180
Tabela 30: Demografia dos entrevistados.	180
Tabela 31: Políticas públicas das unidades visitadas.	181

Tabela 32: Escolaridade dos entrevistados.	182
Tabela 33: Saneamento básico dos estabelecimentos visitados.	184

SIGLAS

ANA	-Articulação Nacional de Agroecologia
CAR-	-Cadastro Ambiental Rural
CEASA	-Centrais de Abastecimento
Conab	-Companhia Nacional de Abastecimento
COP	-Conferência do Clima
DAP	-Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA	-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA	-Encontros Nacionais de Agroecologia
FETRAF	-Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar
IAPAR	-Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IBGE	-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IFOAM	-International Federation of Organic Agriculture Movements
LAMA	-Laboratório de Mecanização Agrícola
ONU	-Organização das Nações Unidas
PANC	-Plantas Alimentícias Não Convencionais
MST	-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MASTER	-Movimento dos Agricultores Sem Terra
MPA	-Movimento dos Pequenos Agricultores
Pnapo	-Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Planapo	-Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PAA	-Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	-Programa Nacional de Alimentação escolar

Pronaf	-Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TECPAR	-Instituto de Tecnologia do Paraná
UEPG	-Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR	19
1.1 Metodologia	19
1.2 A importância das Certificadoras, Assistências e Extensão no manejo orgânico e agroecológico	35
1.3 Movimentos sociais e comunidades tradicionais, um breve contexto e definições	40
1.4 O conceito de Movimentos Sociais na concepção dos autores	40
1.5 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Origens e manejo sustentável.	43
1.6 Os Saberes tradicionais como parte da agroecologia e das comunidades tradicionais	50
1.7 O território e seus conceitos como parte da agroecologia	56
2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA NO SEU ASPECTO GEOGRÁFICO, SOCIAL E AGRÁRIO	61
2.1 Ponta Grossa-PR: Contexto histórico e características socioeconômicas do município	61
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR GEOGRÁFICO	70
3.1 As Políticas Públicas: Surgimento e evolução ao longo do tempo	70
3.2 Políticas públicas para promover a agroecologia, orgânicos e agricultura familiar	73
3.3 Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar PRONAF	75
3.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar- Pnae	80
3.5 Programa de Aquisição de Alimentos-PAA	85
3.6 Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- Pnapo	91
3.7 Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural PRONAMP	94
4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES	101
4.1 Agricultura Familiar no município de Ponta Grossa: Definições, características e desafios do manejo	101
4.2 A Chácara Maria Emília e seu modelo de produção	105
4.3 A Chácara São Sebastião I	114
4.4 Chácara Estância Alegre	121

5	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST E OS FAXINALENSES	129
5.1	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST: Surgimento e lutas....	129
5.2	Acampamento Emiliano Zapata e a tentativa de inserção na agroecologia.....	133
5.3	Manejo nas propriedades visitadas.....	134
5.4	Comunidades Faxinalenses: Significado e definições consoantes a autores e legislação	156
5.5	Educação Faxinalense e seus desafios	161
5.6	Faxinal Sete Saltos de Baixo: Breve história, cotidiano e sua produção agrícola	162
5.7	Pecuária: A criação livre de animais e aves	170
5.8	Educação e Saúde do Faxinal Sete Saltos de Baixo	173
5.9	Aspectos culturais: um pouco de seus símbolos no território faxinalense	174
6	PERFIL DOS ENTREVISTADOS E CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES	178
6.1	Indicadores socioeconômicos, demografia, escolaridade e saneamento básico.....	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
	REFERÊNCIAS	189
	ANEXO A: QUESTIONÁRIO	212
	ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO	214

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, traz a temática da agroecologia, uma vez que o assunto vem sendo muito abordado neste século XXI, pela questão climática e a necessidade de se ter uma agricultura que não seja destrutiva ao meio ambiente e a saúde dos seres vivos.

Não obstante, o manejo citado acima, traz consigo questões sociais como respeito à vida, igualdade social, acesso à comida, redução da miséria e da fome, entre outros pontos inerentes para termos um país cada vez melhor social e ambientalmente.

O trabalho, tem por objetivo geral, a compreensão dos territórios da agroecologia a partir dos movimentos sociais e comunidades tradicionais, por objetivos específicos, tem-se a análise das políticas públicas nos três entes federativos, caracterização dos produtores e da produção agroecológica e investigar os níveis do manejo agroecológico presentes nas propriedades do município de Ponta Grossa.

No município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, se destaca a produção de milho e soja, para exportação, estes produtos são utilizados para servir de matéria-prima para rações, alimentos e bebidas derivadas destes produtos. Para o cultivo destas *commodities*¹, é utilizado o manejo convencional ou transgênico, empregando agrotóxicos, herbicidas e pesticidas, desta forma, degradando o solo e a biodiversidade.

A fim de propor uma solução para o manejo convencional e transgênico, a agroecologia vem se tornando um assunto muito repercutido pelos meios de comunicação, universidades, comunidades tradicionais, sociedade e pelas conferências climáticas no mundo todo, como a Organização das Nações Unidas-ONU e a Conferência do Clima-COP, isso por que o planeta, precisa de manejos que visem sua reestruturação, que seja mais sustentável e menos tóxico para a biodiversidade e os seres humanos, pois o agronegócio, emprega muitas doses de agrotóxicos em suas produções, fazendo com que o solo e a saúde humana sejam destruídos, sem contar as queimadas e desmatamento para plantio e pecuária.

¹ *Commodities*: Produtos de origem mineral ou agropecuária em estado bruto, sem processamento.

Afirma Altieri (2009), que o desenvolvimento rural com maquinários, insumos químicos e melhoramento de sementes, começou com a Revolução Verde nas décadas de 1960-70, impulsionada por países desenvolvidos como estados Unidos e Japão, que pregavam que o mundo não seria alimentado pela agricultura tradicional, precisaríamos de algo que maximizasse a produção e conseguisse gerar alimento para todos, mas percebe-se que a ideia não funcionou, ainda há pessoas famintas no mundo e para piorar, agravou as questões climáticas e ecológicas no planeta.

Os riscos que a humanidade pode enfrentar ao longo do século XXI, são as ondas extremas de frio e calor, desastres naturais, crise econômica e poluição do ar e água, algo que pode impossibilitar a vida no planeta se não forem tomadas medidas necessárias para mudar a forma de manejar o solo, sem contar os agroquímicos, que afetam a saúde da população, fazendo com que muitas pessoas fiquem doentes ou venham a óbito (Blank, 2015).

Com isso, a agroecologia, aliada a disciplinas como biologia, agronomia, geografia, filosofia, sociologia e economia, além dos saberes tradicionais (etnociência), que procuram empregar técnicas que sejam produtivas e não degradem o meio ambiente, vem com um papel fundamental na reestruturação da natureza e dos seres vivos.

A agroecologia, vem como a mais nova e velha possível alternativa para solucionar para os problemas atuais que a humanidade criou por meio da ciência, mas podemos utilizar a mesma e incorporar tecnologia e sabedorias tradicionais para criarmos um mundo mais sustentável e livre da fome e da miséria, aliado com políticas públicas que auxiliem o agricultor a produzir de maneira ecológica, assistência especializada e a mudança de pensamento, que hoje está muito voltado para o capital e não para a saúde humana e do planeta.

No município de Ponta Grossa, existem os movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Faxinalenses, Quilombolas e Agricultura Familiar, que procuram fazer seus manejos de forma agroecológica, no entanto, dentro destes movimentos, também há aqueles que continuam no manejo convencional ou transgênico e pretendem ficar com este manejo, pois a transição agroecológica precisa de um determinado tempo para fazer, deixando o produtor(a) sem lucro neste meio tempo.

Além disso, algumas comunidades lidam com a falta de infraestrutura para escoar a produção, fazendo com que a mesma acabe ficando mais cara para quem faz o manejo convencional ou transgênico, os insumos químicos e as sementes, ficam cada vez mais com o preço elevado, já as vendas, a depender da terra e do clima, pode ser baixa, de modo a não compensar o investimento feito, com isso, a dívida nos bancos que financiam a produção, cresce.

Isso se dá pela mundialização da agricultura, destinando cada vez mais recursos para o agronegócio, enquanto a agricultura familiar e comunidades tradicionais, possuem pouco ou nenhum auxílio de políticas públicas, tornando a produção mais complicada (Alves; Lindner, 2020).

A pesquisa se inicia com o primeiro capítulo, falando da metodologia de como o trabalho foi realizado, dizendo minuciosamente os passos realizados para obter as informações presentes no texto, logo após, é apresentado o conceito, definições e formas de manejo agroecológico, procurando abrir um leque que irá contemplar cada um dos capítulos que seguem, abordando a agroecologia no seu aspecto de cultivo, adubos e compostos orgânicos e bio insumos e releitura da origem da agroecologia brasileira, comparando seus benefícios com a agricultura convencional que vem dominando o Brasil e os municípios do Paraná, com a produção principalmente de grãos, é mostrada como a transição pode ser feita, com o tratamento adequado e o estabelecimento de cobertura no solo para o desenvolvimento da microvida do solo.

A abordagem do tema agroecologia nesta pesquisa, é feita de forma mais agrônômica, para poder explicar os manejos existentes e as vantagens de cada um deles e como as práticas são realizadas, porém, é colocada a parte social no decorrer do texto.

Posteriormente, avança em seu segundo capítulo, mostrando a história do município de Ponta Grossa–PR, apresentando suas características e estrutura fundiária, no terceiro, analisa e mostra as políticas públicas nas três esferas da federação, em âmbito agroecológico e orgânico, no quarto capítulo, tem se a caracterização dos produtores, apresentando os agricultores visitados e mostrando dados socioeconômicos dos mesmos, por fim, as considerações finais, colocando o que foi percebido na pesquisa durante as saídas de campo e o discurso dos atores.

1 AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR

1.1 Metodologia

A escolha de Ponta Grossa-PR, se deu por conta de que a região possui forte tendência para o agronegócio, neste sentido, procurou-se investigar como é feita a promoção da agroecologia no município, através das visitas às propriedades e consultas aos órgãos governamentais a respeito da produção agroecológica do mesmo.

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da temática da pesquisa, por meio de materiais disponíveis em sites de busca na internet, como o Google Acadêmico e sites governamentais e não governamentais, bem como, materiais disponibilizados pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade estadual de Ponta Grossa-UEPG.

Em seguida, foi elaborado um questionário com 25 perguntas, sendo 7 fechadas e 18 abertas a respeito da faixa etária, renda, escolaridade, colaboradores, políticas públicas, filhos, saneamento básico e produção agroecológica das propriedades a serem visitadas no município de Ponta Grossa, além de um termo de consentimento, para que os produtores e produtoras assinassem, concordando com o registro das respostas e imagens feitas nas referidas propriedades.

Os questionários foram aplicados nas saídas de campo, no mês de maio, junho, outubro e novembro de 2024. O número de entrevistados, totalizou 10, estes foram escolhidos por conta dos manejos e disponibilidade, pois não é possível realizar uma entrevista contemplando todos os produtores existentes no município, uma vez que precisa da localização, disponibilidade, condições climáticas, telefone de cada um e isso é difícil de conseguir por conta da logística.

Já a seleção dos produtores foi feita da seguinte forma:

Tabela 1: Produtores entrevistados do município de Ponta Grossa.

Entrevistados e Entrevistadas	Local	Idade	Filhos	Terreno em hectares (aproximadamente)
A.C	Faxinal Sete Saltos de Baixo	72	3	1 ha Subsistência

Conclusão

D.C	Faxinal Sete Saltos de Baixo	43	2	15
P.F.	Faxinal Sete Saltos de Baixo	90	5	1 ha subsistência
G. S	Acampamento Emiliano Zapata	55	0	8,5
J. A	Acampamento Emiliano Zapata	48	2	8,5
N.L	Acampamento Emiliano Zapata	42	1	8,5
J.S	Acampamento Emiliano Zapata	64	3	8,5
Produtor*	Chácara Maria Emília	42	4	102
E.O	São Sebastião I	53	2	8,5
A.S	Estância Alegre	56	2	5

Fonte: O Autor (2024).

Nota: Na Chácara Maria Emília, assinalada com *, a mãe do produtor (que reside na chácara) possui 4 filhos.

A Chácara Maria Emília, produz orgânicos e funciona como uma empresa agrícola, já os produtores do distrito de Uvaia (pertencente ao município de Ponta Grossa-PR), foram selecionados mediante a feira de produtos orgânicos de Ponta Grossa-PR, representando a agricultura familiar, já o Assentamento Emiliano Zapata e os Faxinalenses, foram escolhidos por conta de representarem os movimentos sociais e comunidades tradicionais respectivamente, (como produtores que podem ou não utilizar o manejo orgânico, ou agroecológico).

Na sequência, foram agendadas e realizadas saídas de campo para estas propriedades, as referidas saídas, sofreram atrasos, por conta de compromissos dos próprios produtores e produtoras, bem como, a questão climática como a chuva, devido ao acesso a determinadas áreas ficarem complicadas, por se tratar de lugares inóspitos como o território faxinalense, que conta com ruas e estradas precárias.

A primeira saída para o Faxinal Sete Saltos de Baixo, foi feita em dois dias com pouso na própria comunidade, desta forma, um dos integrantes mediu as entrevistas com os produtores e produtoras que totalizaram 3, por conta do tempo, eles foram selecionados para a entrevista devido ao tempo que residiam no Faxinal, produção agrícola e disponibilidade.

A saída para Uvaia, se deu mediante a feira de produtos orgânicos, através das pessoas que estavam presentes na feira, foi conseguido o contato de outros produtores da mesma região, que também produzem de maneira orgânica, as visitas foram agendadas, houve um pouco de atraso nas mesmas, por conta da disponibilidade de tempo dos produtores, no total, foram 2 produtores questionados, esta amostragem se deu por conta de que os produtores são parentes e a mesma lógica de produção se aplica para a família, por conta da semelhança na resposta do questionário.

No Acampamento Emiliano Zapata, a visita foi realizada tardiamente, devido ao processo de medição das terras e documentação do terreno por conta da Secretaria da Agricultura de Ponta Grossa, isso acabou atrasando a visita, além disso, as condições climáticas como as chuvas, acabaram atrasando a visita, os produtores e produtoras selecionados, se deu por conta da disponibilidade e como se trata de uma comunidade, grande parte deles seguem o mesmo modelo de manejo, mudando apenas alguns conceitos sobre o tema agroecologia.

Após as visitas e a posse dos dados, estes foram tratados e transcritos na pesquisa juntamente com as imagens da propriedade e com o termo de consentimento assinado. Foram coletados dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, para auferir a porcentagem de estabelecimentos rurais no município e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, para conferir o tipo de produção agrícola em Ponta Grossa, bem como em outros sites governamentais como a Secretaria de Abastecimento do Paraná e Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Ponta Grossa.

Os dados referentes a políticas públicas e número de produtores do município, foram muito difíceis de encontrar, por conta da falta de organização e problemas com a gestão municipal e estadual, algumas informações são divergentes ou inexistentes.

Por fim, foram feitas montagens de gráficos e mapas, cujas informações, foram extraídas de dados secundários de órgãos governamentais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Secretaria de Abastecimento do

Paraná e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES.

Posteriormente, realizou-se mais consultas bibliográficas, revisão ortográfica e formatação do texto para entrega da dissertação final, a pesquisa tem caráter qualitativo, porque caracteriza os produtores e produtoras e quantitativo ao procurar saber quantas pessoas da família ou comunidade habitam neste território.

1.2 Agroecologia: Conceitos, definições e seus tipos de manejo.

No contexto histórico, a agricultura vem sendo praticada pelo menos há 10 mil anos, quando os seres humanos começaram a se tornar sedentários, deixando de viver somente como coletores. A agricultura antiga utilizava ferramentas arcaicas como: animais, fogo, domesticação e melhoramento de sementes e rodízio de terras, tais métodos tinham vantagens como adubação da terra por meio da cinza da madeira da mata e a obtenção de um alimento natural, por outro lado, a supressão da mata, acarretava erosão, queda na fertilidade do solo e surgimentos de patógenos (Paulus et al., 2000 p. 7).

Com passar dos anos, no Brasil, os colonizadores portugueses, começaram a investir no manejo denominado *plantation*², onde se plantava uma cultura em um amplo espaço de terra e com mão-de-obra, predominantemente escrava e no caso do Brasil, o cultivo da cana-de-açúcar, se destacava. Na segunda metade do século XX, iniciou-se a modernização da agricultura, chamada agricultura convencional, que prevalece até hoje em diversas propriedades do território nacional (Paulus et al., 2000 p. 8).

No século XXI, verifica-se a necessidade de manejar de forma sustentável, mediante crises climáticas como estiagens prolongadas, excesso de chuva, tempestades frequentes, acompanhadas de ventania e granizo, além de temperaturas elevadas, fatores que impactarão na vida e na produção de alimentos, devido a isso, surge a agroecologia e seus mais variados tipos de manejo, que ajudarão a revitalizar o meio ambiente.

² *Plantation*: Sistema de monocultura para exportação.

O termo agroecologia, significa a ecologia dos sistemas agrícolas, quando buscamos na etimologia da palavra (agro+ecologia) e se refere à produção agroecológica que pode ser convencional ou alternativa, cumprindo com objetivos como manter a biodiversidade e conservar o meio ambiente, manter a economia, renda e acesso ao mercado, gerir recursos naturais e manter o ecossistema, promoção das pessoas e segurança alimentar, bem como respeitar as culturas e conhecimentos tradicionais (EMBRAPA, 2006 p. 23).

O início da agroecologia e suas vertentes, surgiram nas décadas de 1920 e 1930, novas formulações de agricultura ecológica surgiram, com as obras de Howard, com a agricultura orgânica baseada em um conceito indiano; Steiner, com a biodinâmica; Fukuoka e Okada com a natural e Müller com a permacultura, que mais tarde foi assumida por Mollinson na Austrália, estes modelos, trouxeram mais opções aos produtores agroecológicos, pois proporcionava aos mesmos, escolher qual modelo adotariam (EMBRAPA, 2006, p. 33).

É importante lembrar que o conceito de agroecologia e orgânico se confundem, mas há diferenças sobre os dois tipos de manejo, embora muitos conceitos sejam similares, a agroecologia, traz consigo a preocupação com questões humanas e ambientais, já a orgânica, irá tratar somente da parte ambiental, ou seja, a agroecologia é mais holística, colocando questões sociais (Jesus, 2005 *apud* Carias, 2021).

A agroecologia é mais holística, por considerar as questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais, éticas e estruturais por meio de um conhecimento transdisciplinar, sendo colocada como uma prática que envolve a construção de conhecimentos, se alicerçando na ciência e na etnociência (Fonseca; 2009). Neste enfoque, teremos o território, através dos conhecimentos tradicionais, cultura, as disputas por políticas públicas e a posse da terra, bem como a luta de classes, que será vista no decorrer da pesquisa.

Para Campanhola e Valarini (2001), a agroecologia procura compreender as relações entre meio abiótico e biótico, analisando as interações entre ser humano e natureza, através de seus conhecimentos, culturas e tradições, produzindo de maneira sustentável, sem uso de insumos externos.

O referido manejo, se baseia nos seguintes pilares colocado por Caporal e Costabeber:

Tabela 2: Pilares da agroecologia

Ecológica	Cuidando e respeitando a natureza.
Social	Aqui se tem a igualdade social, todos devem ter suas necessidades básicas satisfeitas.
Política	Processos democráticos, organização e representação social.
Econômica	Ganhos e perdas econômicas, bem como acesso a mercado e gasto com insumos.
Cultural	Sabedorias tradicionais e relacionamento com a natureza.
Ética	Relacionada ao respeito com a natureza e os indivíduos (gênero, cor) e a solidariedade, para se ter uma sociedade cada vez melhor.

Fonte: Adaptado de (Caporal e Costabeber, 2004 *apud* Reiniger et al., 2000).

No Brasil, a agricultura orgânica, iniciou em 1970, a fim de planejar uma agricultura mais sustentável, eliminando produtos químicos e nocivos ao meio ambiente e a saúde humana, já a agroecologia, começou a surgir na década de 1980, com os estudiosos Altieri e Gliessman (Moreira; Carmo, 2004 *apud* Carias, 2021).

A agricultura orgânica, tem como premissa a preservação da fertilidade do solo, seguindo os princípios da consorciação de culturas, adubação verde, reduzir a lixiviação e erosão, o modelo orgânico surgiu no Brasil em 1970, em oposição a agricultura convencional, devido à preocupação com a saúde humana e do meio ambiente, que sofreria com a alta utilização de insumos químicos e o uso intensivo do solo (Carias, 2021).

Para Abreu et al., (2012), o manejo orgânico, é definido segundo os princípios da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica como: “*Sistema geral de gestão agrícola e de produção de alimentos que combina*

as melhores práticas ambientais e um elevado nível de biodiversidade”, sua sustentação se dá na questão do manejo e não tanto na parte social.

Ambas as formas de agricultura, são semelhantes, mas o enfoque da orgânica, estaria mais na parte do plantio e cuidado com a natureza, não se atendo tanto em questões sociais, políticas e culturais, como a agroecologia se atém, assim, o manejo orgânico, vai colocar que suas produções não devem ter agrotóxicos e não devem exaurir a natureza e seus seres vivos (Souza, 2015).

A partir do século XX, foram desenvolvidos alguns manejos agroflorestais, que permitem o cultivo de linhas de árvores em meio as culturas, as árvores são colocadas em um “*layout*”³, que permite a estratificação das mesmas para geração de sombra para as culturas que não suportam o sol intenso, além disso, auxilia na descompactação do solo, complexidade no sistema e aporte de material orgânico nas épocas de poda.

O manejo agroflorestal, é conjugado até mesmo com hortaliças, que podem ser dispostas entre as linhas de árvore, já nos canteiros, os princípios são utilizados da mesma forma, com estratificação entre os mesmos, plantados de maneira consorciada, onde também vai garantir um maior desenvolvimento de outras culturas sendo extremamente viável para a agricultura familiar, porque garante a maximização da produção e obtenção de outros produtos como madeira, produtos carro-chefe, os quais são aqueles plantados em maior quantidade como cacau, café ou outra cultura (Embrapa, 2024).

Já na sintropia, sendo outro modelo de agricultura agroecológica, segue o mesmo princípio da agrofloresta, porém, mais adensado em número de árvores, seu idealizador é o agricultor Ernst Götsch, ele procura consorciar culturas e manter a estratificação das mesmas, devido ao estrato que cada uma ocupa que pode ser emergente, alto, médio e baixo, cada uma delas possui uma porcentagem nas linhas, sendo a maioria delas estratificação baixa que corresponde a 80% da área (Rebello; Sakamoto, 2021).

Neste modelo, a poda é fundamental, assim como o adensamento de plantas, promovendo a diversificação do sistema, corroborando com a teoria da trofobiose de Francis Chaboussou, deixando as culturas mais saudáveis, o material podado, serve de cobertura para o solo, a fim de evitar o desgaste e perda da

³ Layout: Forma de alocar algo, neste caso, as árvores.

microbiota, responsável pela fertilidade da terra, atuando na ciclagem dos nutrientes, pois ao instalarem as linhas adensadas, a tendência do capim e outras ervas daninhas é desaparecer, tendo em vista que os mesmos não suportam sombra, com isso, ele se despede do sistema, sendo necessário o material das árvores (Rebelo; Sakamoto, 2021).

A poda, vai permitir que o rebrote das culturas ocorra, tornando o sistema mais forte e verde, principalmente em regiões com estiagem, com as plantas ficando mais resilientes, acabam auxiliando as outras culturas, promovendo interações complexas e estabelecendo a vida no local, o material podado é organizado e distribuído na linha, disponibilizando lignina para o sistema, dessa forma, a planta receberá a mensagem proveniente da poda e investirá em crescimento e produção de nutrientes (Rebelo; Sakamoto; 2021).

Ainda Para Rebelo e Sakamoto (2021), a fotossíntese está inteiramente ligada a essa estratificação, diversificação e a sucessão ecológica, com estabelecimento de várias plantas na linha, elas acabam se ajudando, estabelecendo as micorrizas, que auxiliarão no equilíbrio do solo, além da serrapilheira formada no local, imitando literalmente a floresta, com solos férteis e plantas livres de doenças e para liberar luz solar, é feito o manejo de poda e raleamento de plantas. Este modelo visa a abundância, tanto de material orgânico para o solo, quanto de alimento para a população.

Estes dois modelos, seguem a linha da sucessão ecológica, onde uma árvore que se desenvolve rápido, serve de “mãe” para as outras árvores ou hortaliças e leguminosas dispostas nas linhas, isso funciona conforme a natureza faz, ou seja, é uma cópia do que ocorre nas matas, no entanto, de forma mais rápida, ao ter aplicação de adubos e realização de podas para formar e organizar a matéria orgânica na terra.

Na visão de Altieri (2001), a agroecologia tem por objetivo alguns elementos técnicos:

Conservação e preservação dos recursos naturais-Solo, água, recursos genéticos, fauna e flora benéficas;
Manejo dos recursos produtivos-Diversificação, reciclagem dos nutrientes e matéria orgânica e regulação biótica;
Implementação de elementos técnicos-Definição de técnicas ecológicas, escala de trabalho, interação dos elementos do sistema em foco e adequação a racionalidade dos agricultores (Altieri, 2001 *apud* Embrapa, 2006, p.26).

Para Reiniger et al. (2000), agroecologia, é uma ciência multidisciplinar, que busca a integração de métodos sustentáveis para a produção de alimentos, para isso, fazem parte deste escopo, disciplinas como agronomia: Geografia, Biologia, Sociologia, Economia, etc. Já Altieri (2009), vai dizer que a agroecologia procura o equilíbrio entre solo, planta e microvida da terra, que originará os agroecossistemas, os quais são sistemas de produção modificados pelo ser humano, que carregam interações físicas e biológicas para manter a fertilidade do solo e estabelecer uma diversidade de culturas, para que a biodiversidade se estabeleça e mantenha o equilíbrio natural, através da cadeia alimentar e da sucessão ecológica (Hart, 1959 *apud* Reiniger, 2017 p. 20).

Os agroecossistemas podem ser tecnificados ou tradicionais, o primeiro, se refere ao uso de tecnologia e insumos produzidos de forma sintética, este modelo é acelerado pelos insumos empregados no cultivo, porém traz um gasto financeiro maior, depende de insumos de outros lugares e conta com pouca ciclagem de nutrientes e afetam o equilíbrio da área através da introdução de espécies melhoradas, já o tradicional, é mais simples e trazido muitas vezes como arcaico, maximiza lucros e reduz danos, cicla mais nutrientes e não depende de insumos advindos de outros locais (Reiniger, 2017 p.21).

Os agroecossistemas tradicionais, contam com máxima diversificação de espécies, garantindo mais complexidade e maior interação entre plantas e microrganismos, as plantas utilizadas, conferem a injeção de matéria orgânica e nutrientes, como o nitrogênio fixado por determinadas plantas e o fósforo solubilizado por micorrizas, através da associação com bactérias (Vandermeer, 1989 *apud* Altieri, 2004, p.32).

De fato, no agroecossistema tradicional, consegue-se produzir muito mais nutrientes do que o tecnificado, pois se pode empregar adubação animal ou vegetal para gerar palhada e reestruturar o solo, principalmente se for utilizado a adubação verde, esta adubação consiste no emprego de plantas leguminosas como as fabáceas⁴, que fixam nitrogênio (N) através da absorção de gás carbônico atmosférico (CO₂), embora existam outras espécies botânicas que também fixam. Além disso, elas geram um elevado volume de fitomassa, que impede que o solo

⁴ Fabacea: Família botânica.

seja erodido por chuvas e ventos, uma vez que ele fica totalmente coberto (Espíndola et al.; 1997).

A fixação de N, ocorre graças a associação simbióticas que tais plantas fazem com bactérias do gênero *Rhizobium* e *Bradyrhizobium* (Smyth, 1991 *apud* Espíndola, 2000). Quando as culturas são roçadas, elas liberam nutrientes para o solo, além de reduzir a acidez reduzindo o alumínio tóxico do solo, também ciclar nutrientes, onde a planta recebe o aporte do mesmo e quando é incorporada ao solo, ela devolve tudo aquilo que ela absorveu durante seu ciclo de vida (Costa, 1993 *apud* Espíndola et al., 1997).

Além disso, estas culturas atuam na inibição de ervas espontâneas, suprimindo-as, devido às funções alelopáticas que elas possuem, desta forma, evita-se a capina e o gasto com adubos fosfatados e nitrogenados (Erasmus et al., 2004), outro benefício, é o controle de espécies como nematóides, feito por plantas como mucuna preta e crotalária, elas possuem funções alelopáticas que inibem a reprodução do nematoide, responsável por atacar a raiz da planta produzindo lesões ou “galha”, prejudicando assim, o desenvolvimento da planta (Fileti et al., 2011).

A fitomassa produzida por estes adubos (Imagem 1), proporcionam o acúmulo de material orgânico no solo, que serão consumidos por decompositores e liberado na forma de nutrição para as plantas, quanto mais matéria orgânica o solo tiver, melhor fica a sua fertilidade e a população de fungos e bactérias benéficos ao solo proporcionarão seu desenvolvimento, com isso, até a acidez do solo começa a reduzir, tornando-se propício para o surgimento de minhocas e outros decompositores.

Um aspecto importante a ser ressaltado, é a consorciação dos adubos verdes, geralmente disponibilizados em mix, cada cultura atuará em uma função específica, mas que ambas conseguem sobreviver e se desenvolver sem competir (Paulus et al., 2000, p. 15).

Imagem 1: Mix de adubação verde.



Fonte: O autor (2024).

Esta mistura de sementes, já vem da própria indústria que a comercializa, ou pode ser feito pelo próprio agricultor (desde que o mesmo tenha essas sementes), também é possível escolher entre mistura de palhada, fixação de

Nitrogênio, ou todos eles juntos, isso representa uma boa alternativa para quem produz de forma agroecológica ou orgânica, pois irá reduzir custos com adubos e vai restabelecer a microvida do solo, principalmente, quando o solo está em pousio.

Paulus et al. (2000), pontua que existem outros tipos de adubos, os orgânicos de origem animal, que consiste em dejetos de animais e aves, que passam por um processo de fermentação denominado “curtir”, onde o adubo irá fermentar e perder sua acidez, para ser incorporado posteriormente ao solo, existe também, a compostagem, que aproveita os restos de alimentos incorporados com matéria seca, para haver um equilíbrio na relação carbono e nitrogênio (C/N), passando por uma fermentação e posterior incorporação ao solo, é um dos adubos mais eficientes na agroecologia, pois cada “ingrediente”, pode inserir diversas fontes de nutrientes, o deixando mais rico, colaborando com o solo, natureza e sua biodiversidade.

Em se tratando de biodiversidade, têm-se as abelhas, principalmente as nativas, elas auxiliarão na polinização das culturas, garantindo um aumento na

produção das mesmas. Pesquisas apontam que em morango, berinjela e pimentão, as melíponas conseguiram fazer com que estas culturas aumentassem sua produção e qualidade (Vilas Boas, 2012). Certamente, quando acrescentamos abelhas nativas ou exóticas, conseguimos contribuir para que a biodiversidade evolua e consigamos produzir mais e melhor, com alto nível de qualidade, uma vez que os polinizadores exercem um papel importante na produção e na replicação de espécies.

Através do equilíbrio na cadeia alimentar, vários inimigos naturais podem inibir a presença de invasores, como pulgão, por exemplo, que pode ser controlado pela joaninha, moscas; que podem ser controladas por aranhas bem como, sapos e pássaros; que se alimentam de barata e outros invasores que podem condenar uma plantação, com isso, o produtor(a), não gastará com pesticidas (Harterreiten-Souza et al., 2011). Até porque, os pesticidas eliminam somente uma parte da população de invasores, sendo necessária uma aplicação posterior em doses mais elevadas, deste modo, os predadores naturais vêm a óbito e a população de invasores cresce ainda mais, pois começam a criar resistência aos agrotóxicos (Jansen; Rijn, 2021).

Quando o ecossistema está desequilibrado, surge a teoria da trofobiose colocada por Chaboussou (1967), onde é mencionado que a planta que possui um desequilíbrio nutricional, é mais suscetível à infestação de doenças, pois os patógenos encontrarão portas de entrada nas plantas fracas, desta forma, mais agrotóxicos são aplicados, mas o desequilíbrio continuará persistindo, pois as enzimas que as plantas produzem através dos nutrientes do solo, estarão faltando, no entanto, ao ter um ecossistema em equilíbrio, a planta se fortifica e resiste a doenças (Chaboussou, 1967 *apud* Alves et al., 2001). Por essa questão, a agroecologia se torna mais presente neste século XXI, por conta do excesso de agrotóxicos empregados na agricultura convencional, levando a extinção de espécies predadoras e a superpopulação de patógenos.

Um conceito que surge com a agroecologia, é o de agrobiodiversidade, que se traduz por um ambiente caracterizado por processos de interações entre cultivares juntamente com os conhecimentos tradicionais, isso foi iniciado na domesticação de plantas, que por muitos, era tida como “veneno”, ao longo do tempo descobriu-se que determinadas espécies eram comestíveis, com isso, houve seu cultivo, isso também vale para culturas que não servem de alimento humano,

mas funcionam como adubos, pesticidas e fungicidas naturais (Embrapa, 2006, p.26).

No manejo orgânico, iniciado em 1920 com Sir Albert Howard, que verificou a agricultura hindu na Índia, onde trabalhou com essa temática orgânica por 40 anos, desenvolveu a compostagem, chamada pelos indianos de Indor, método que consiste em decomposição de restos vegetais, Howard, era contra a utilização de adubos químicos e agrotóxicos, posteriormente, Eve Balfour, deu sequência a pesquisa, aprimorando-a em sua própria propriedade na Inglaterra, em 1946, fundou a Soil Association, onde desenvolvia pesquisas sobre a agricultura orgânica, Juntamente com Balfour, Irving Rodale, organizou um movimento a favor deste tipo de agricultura, mais tarde, fundou o Rodale Institute (Imagem 2), onde faz pesquisas e extensão até hoje (Penteado, 2001)

É importante salientar, que a agricultura orgânica, é colocada por alguns autores e autoras, como uma vertente da agroecologia, juntamente com outros modelos, outros colocam como um conceito, ao lado da agroecologia, estabelecendo diferenças entre as duas.

Imagem 2: Instituto Rodale.



Fonte: The Organic & Non -GMO Report: Information to ensure a safe, healthy & Regenerative food supply, 2020.

Para penteado (2001), a implantação do manejo orgânico, depende de variáveis, a primeira delas é o planejamento e o mercado, esta etapa, o(a) produtor(a), irá verificar como trabalhar a área em questão e verificar as culturas

desenvolvidas na região e o mercado para elas, logo depois vem o preparo do solo, para deixá-lo mais fofo, análise do solo, onde é feito o estudo para saber as deficiências nutricionais da terra, para ser feita uma correção com adubos e calcário, um detalhe importante, é que no Brasil, o solo é ácido, levando a ser feita a calagem antes de qualquer cultivo, geralmente a medida é 2 toneladas por hectare, a depender do tipo do calcário, se é dolomítico ou calcítico.

Posteriormente, vem a adubação, que pode ser feita com plantas ou esterco; aquisição de mudas em viveiros ou a produção das próprias mudas através das sementes adquiridas, ou crioulas da própria produção. Aí vem os tratamentos culturais, com adubação ou cobertura morta, pulverizações com produtos orgânicos e adubação foliar, o raleio e o desbaste também deve ser feito, principalmente em culturas de frutíferas e hortaliças como cenoura, por exemplo, que deve ser deixado espaço entre elas para poderem crescer (Penteado, 2001).

Outras técnicas incluem manejo de erva daninha, mas com a cobertura morta, a palha consegue suprimir o capim e impedir seu desenvolvimento e a adubação verde com plantas alelopáticas proporcionam uma redução ou inibição destas ervas, além de fixar N para o solo, a implantação de quebra vento para impedir de fortes chuvas, ventos e até mesmo, barreira contra agroquímicos de outros lugares e rotação de culturas, para que o solo não se desgaste (Penteado, 2001).

Já o manejo agroecológico, vem sendo no século XXI, uma das grandes alternativas para tentar reverter as mudanças do clima, através de seus manejos com técnicas práticas e pesquisas que permeiam o caráter sustentável de produção agrícola (Leff, 2002), o autor ainda aponta que a agroecologia, é uma forma do ser humano recontar a história de seus antepassados, através do conhecimento passado de geração em geração, que se consolida na adoção do manejo sustentável por parte de determinados indivíduos, que pretendem manter a biodiversidade sobrevivendo a estes problemas antrópicos que presenciamos diariamente como: Desmatamento, queimadas e tentativas de apagar o saber tradicional contido em comunidades indígenas, quilombolas e camponesas.

Estes tipos de manejo, configura a ideia de ecologização da agricultura trazida por Costabeber (2004), mencionando que se trata do uso de técnicas de transição ecológica, para que se tenha uma agricultura regenerativa, no entanto, para se ter um processo de transição, é necessário deixar de utilizar ou reduzir ao

máximo os insumos externos, principalmente agrotóxicos, uso racional de recursos naturais, juntamente com emprego de técnicas vindas da ciência biotecnológica e dos saberes tradicionais.

Esta ecologização, vem ser o que foi citado anteriormente, consistindo na adoção de manejos sustentáveis, como agricultura biodinâmica, natural, orgânica, sintrópica, entre outras, que tem por objetivo a reestruturação do solo e o estabelecimento da microvida no solo, com isso, o gasto com insumos externos são minorados ou inutilizados (Costabeber, 2004).

Além disso, a ecologização estabelece uma relação com a agronomia e a ecologia, visando sistemas regenerativos, multilíneares que é capaz de se adaptar às condições dos ecossistemas estabelecendo a vida, ao contrário da convencional, que possui um sistema mais agressivo e destrutivo (Costabeber, 2004).

Para Brandenburg (2009), a ecologização se reflete por uma nova agricultura vinda dos novos agricultores, que perceberam que o modelo atual de produção, está desencadeando vários problemas sociais e naturais, como desigualdades sociais, miséria, doenças, desemprego e catástrofes climáticas como secas prolongadas, infertilidade da terra, etc.

Desta forma, os novos produtores repensam a agricultura de forma regenerativa, adotando práticas de conservação do solo e recursos naturais, por meio de diversas agriculturas, com o propósito de produzir sem degradar, alegando que o alimento natural é mais saudável, saboroso e nutritivo (Brandenburg, 2009).

No entanto, mesmo sabendo que este modelo de agricultura com uso de agrotóxicos é prejudicial à saúde do planeta e dos seres vivos, o governo, pressionado por grandes indústrias, juntamente com fazendeiros e bancada ruralista no Congresso Nacional, tentam confirmar que os agrotóxicos não são prejudiciais, mesmo que não haja pesquisas abordando sobre esta afirmação (Haliski et al.; 2021, p.18), pode-se confirmar isso, pelas aprovações do governo federal, do “Pacote do Veneno”, proposta ainda no governo Bolsonaro, onde liberava mais de 2000 tipos de agrotóxicos, muitos deles proibidos na Europa (Portal g1, 2023).

Em se tratando de agroecologia, algumas premissas devem ser seguidas, para tanto, será tomado como base para caracterização, as seguintes premissas elencadas na tabela abaixo:

Tabela 3: Níveis agroecológicos.

Premissas	Nível agroecológico	Etapa
Ainda no campo da ideia, sem grupos definidos, ausência do poder público e assistência técnica, manejo convencional.	1	Em construção
Transição para a agroecologia, presença do		
poder público com recursos, oficinas e cursos, mas com poucos produtores	2	Em consolidação
Produção sem agrotóxicos, presença do poder público e entidades, organização para produzir e comercializar, grupo permanente de consumidores.	3	Avançado

Fonte: Adaptado de Nunes (2023).

Esta tabela, mostra os passos a serem seguidos para se obter um manejo agroecológico, que serão denotados nos próximos capítulos.

No estado do Paraná, a produção orgânica é maior que em outros estados da federação, colocando o estado como 1º lugar em produção orgânica do Brasil no ano de 2023, com cerca de 3.911 produtores certificados (g1, 2024). No entanto, tanto o estado como o município de Ponta Grossa, ainda concentram grandes produções convencionais e transgênicas.

No estado do Paraná, a promoção da agricultura familiar orgânica, é realizado através dos programas disponibilizados pelo governo federal como Pnae,

Pnapo, Paa, Pronamp e Pronaf, bem como programas estaduais como o Paraná Mais Orgânico (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 2024).

Isso mostra, que o estado se caracteriza pelos programas de incentivo a agricultura orgânica e familiar, porém ainda precisa avançar mais em relação a esta temática, tanto no campo de aporte financeiro para os produtores, programas de apoio e principalmente a assistência, responsável por implantar os diversos tipos de manejos regenerativos e auxiliar na transição para o manejo sustentável, da mesma forma, o município de Ponta Grossa, onde há poucos incentivos como veremos a frente.

1.2 A importância das Certificadoras, Assistências e Extensão no manejo orgânico e agroecológico

A certificação, é muito importante para se atribuir confiança na hora de adquirir o produto, apesar de onerá-lo, neste sentido, Fonseca (2009) aponta algumas vantagens da certificação:

- facilita o planejamento da produção (há necessidade de documentação e isso pode melhorar a eficiência da unidade de produção);
- facilita o desenvolvimento do mercado, dos serviços de extensão e da pesquisa (os dados coletados pela certificação podem ser muito úteis para o planejamento do mercado, para a difusão e para a pesquisa);
- cria transparência ao tornar pública a informação sobre produtores e produtos;
- aumenta a credibilidade e melhora a imagem da agricultura orgânica;
- facilita a introdução de créditos especiais ou subsídios, já que define o grupo que será beneficiado (Fonseca, 2009).

Em âmbito internacional, é necessária que a instituição certificadora seja credenciada por órgãos internacionais, como a International Federation of Organic Agriculture Movements-IFOAM, para garantir mais clareza e seriedade no processo (Campanhola; Valarini, 2001).

Existem tipos de certificações, a participativa, que consiste na participação de produtores, onde fiscalizam e compartilham conhecimentos, para atribuir a certificação ao proprietário (Stroparo; Floriani, 2023). Já a Certificação por Auditoria, consiste na atuação de uma empresa privada ou pública credenciada ao Ministério da Agricultura e a avaliação segue critérios reconhecidos internacionalmente, para isso, a certificadora deve estar em um

Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade-Opac, para emitir o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade com a Produção Orgânica SisOrg (CI Orgânicos, 2024).

Por fim, o Controle Social na Venda Direta, exige um cadastro do produtor em uma organização de controle social, cuja organização deve estar credenciada a um órgão fiscalizador oficial, para os agricultores poderem acessar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

No estado do Paraná, os produtores contam com o Instituto de Tecnologia do Paraná- Tecpar, responsável por certificar inúmeras atividades e produtos, dentre elas, está a produção orgânica de alimentos, é um órgão governamental do estado do Paraná fundado em 1940, no âmbito de pesquisa e soluções tecnológicas para a sociedade paranaense, em alguns produtores do município de Ponta Grossa e Castro, a Tecpar é a certificadora, ela costuma fazer duas visitas ao ano, onde uma é agendada e outra não, para verificar realmente se não há algum desvio de conduta por parte do agricultor em relação ao seu sistema de produção orgânico (Tecpar, 2024).

Já a Rede Ecovida, faz sua certificação em conjunto com outros produtores, mediante o seguinte processo:

1 — Demanda por parte do grupo: Agricultores e agricultoras que fazem parte da Rede, como um o grupo e que sentem a necessidade de tornar público o reconhecimento conferido pela Rede em relação ao seu processo ou produto.

2 — Preenchimento de documentos: Contendo as informações sobre:

área ou propriedade, produtos e manejo a ser planejado e assumido pela família perante o grupo e à rede.

3 — Visita por integrantes do grupo por integrantes da comissão de ética: Em um primeiro momento a visita é realizada pelos pares do Grupo - denominada de visita de pares e, posteriormente, a Comissão de Ética do Núcleo regional faz outra visita - denominada de olhar externo, após pedido do grupo.

4 — Elaboração de relatório: Um dos integrantes desta comissão que se constituiu para a visita se encarrega de elaborar um relatório onde constam aspectos das propriedades visitadas, ligados ao seu grau de ecologização e a outros aspectos que constam nas normas internas da Rede.

5 — Reunião entre o grupo, Comissão de ética e Núcleo Regionalassessoria: Nesta reunião se discute o relatório de visitas; grau de ecologização das propriedades do grupo e se planejam ações visando superar limites identificados.

6 — Decisão de liberação para o uso do selo de certificado orgânico para o grupo: É realizada por parte da Comissão de Ética do Núcleo.

7 — Informar produtos e quantidade: Caso tenha obtido a autorização, o Grupo deve informar a coordenação do Núcleo Regional em que produtos e em que quantidade o selo será utilizado. Este processo é cíclico e deverá ser recommçado, a partir do passo 3, sempre que pairar alguma dúvida sobre o produto ou o processo em questão, ou por qualquer outra razão que os envolvidos julgarem conveniente (Rede Ecovida, 2024).

Já o selo segue as seguintes etapas destacadas pela rede:

- **Confiança:** Esta é a base do processo. Parte do princípio que os agricultores e agricultoras, técnicos, técnicas e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira visando aprimorar a agroecologia. Todos e todas, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar e melhorar a qualidade dos produtos ecológicos;
- **Participação:** Acredita que a certificação pode se dar de forma participativa, ou seja, os princípios e normas construídos, são colocados em prática e verificados com o envolvimento efetivo dos agricultores, agricultoras e suas organizações, de técnicos e técnicas, de organizações locais e regionais de assessoria e dos consumidores. Este trabalho não fica restrito aos técnicos “altamente” capacitados;
- **Descentralização:** Respeita e prioriza as iniciativas e organizações locais, através da valorização de suas particularidades e capacidade própria de assumir as principais atribuições e responsabilidades na certificação e na garantia da qualidade;
- **Organização de base:** Uma característica fundamental da certificação participativa é a sua ligação com a base, ou seja, com os grupos e associações de agricultores e agricultoras e com as organizações dos consumidores. Neste sentido, a participação do maior número de atores possível permitirá uma melhor compreensão e prática de todo o processo. Quanto mais dinâmico e organizado for o grupo, tão mais fácil será de trabalhar e gerar credibilidade;
- **Formação da rede:** Quando se mostra sem hierarquias, respeita as iniciativas regionais e busca estabelecer uma conexão entre elas através da construção de diretrizes e princípios comuns e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente;
- **Transparência:** As informações estão disponíveis e não são confidenciais no processo de certificação e da obtenção da qualidade;
- **Olhar externo:** Garante a presença de pessoas e organizações não envolvidos diretamente com o processo produtivo que será certificado através da comissão de ética, estabelecidos no grupo comunitário, articulação municipal ou no Núcleo Regional;
- **Adequação a pequena produção familiar:** É adequada à realidade e características da agricultura e do empreendimento familiar, pois incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e

comercialização, além de simplificar os registros, fazendo com que a prática, o que é feito na unidade produtiva ou agroindústria, “fale mais alto” do que os relatórios e os papéis;

- **Processo pedagógico:** É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis. Acreditamos que a certificação participativa pode ser um processo educativo/pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias (Rede Ecovida, 2024).

A Rede, abrange 34 núcleos, mais 352 municípios, 436 grupos de famílias agricultoras, 2848 famílias envolvidas, participa de 20 Organizações Não Governamentais-ONGs, atua em mais de 120 feiras agroecológicas, a certificação é participativa, onde os próprios agricultores fiscalizam os outros para verificar se tudo está nas normas da Rede. A certificadora, também possui eventos como cursos, palestras, pesquisa e extensão, para capacitar as famílias na produção agroecológica (Rede Ecovida, 2024).

Já a assistência, é essencial para orientar o produtor no manejo, uso de insumos, sejam eles químicos ou naturais, beneficiamento, armazenagem, comercialização, consumo e cuidados com o meio ambiente, possui um caráter pontual, resolvendo problemas dos agricultores, diferentemente da extensão rural, onde tem um aspecto educativo, abordando questões políticas, processo de implantação e instituição, no Brasil, temos exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER, que engloba ambos os aspectos; o pontual e o educativo, mas pode haver empresas privadas que atuam nesta área (Nogaroli, 2024).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER, é responsável por dar assistência técnica e especializada, bem como, pesquisas rurais que visem melhorar as condições dos produtores e produtoras; seja no manejo convencional ou agroecológico, no Paraná, a Emater é denominada Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IAPAR, com o IAPAR, é possível consultar agrotóxicos permitidos no estado, fazer o Cadastro Ambiental Rural-CAR, atualizar e registrar a produção animal, entre outras atividades disponibilizadas. Além disso, no site da IAPAR, é possível verificar uma gama de serviços, como meliponicultura e apicultura, sericicultura, cultivares, livros sobre agropecuária e fruticultura, acesso a pesquisas desenvolvidas pelo instituto (IDR-Paraná, 2024).

Deste modo, é importante observar que o Governo do estado, está se mobilizando através dos institutos de pesquisa e extensão rural, para trabalhar com os produtos em aspectos agroecológicos, a fim de que o agricultor ou agricultora, consiga realizar um manejo mais sustentável, a partir de pesquisas relacionadas a área, embora, muitos prefiram continuar no convencional, por falta de apoio das próprias políticas públicas, que confere pouco recurso ao produtor sustentável.

Por sua vez, o Laboratório de Mecanização Agrícola-LAMA, pertencente a Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, criado em 1992, o laboratório faz assistência a agricultura familiar, em âmbito agroecológico, é responsável por transmitir técnicas que viabilizem a produção orgânica, contribuindo com a preservação da natureza e propiciando uma vida mais digna aos produtores e produtoras da agricultura familiar, também realiza pesquisa e extensão rural (LAMA, 2024).

Ressalta-se a importância da Universidade em relação ao agricultor(a), para desenvolver pesquisas e assistências, viabilizando o manejo sustentável, juntando os saberes tradicionais com os científicos, propiciando alternativas a agricultura familiar, não se limitando somente ao agronegócio, que apesar de impulsionar a economia, vem tornando a vida no planeta cada vez mais insustentável, pela alta carga de agrotóxicos empregados na produção rural.

Neste bojo, se destaca o grupo Interconexões da UEPG, que trabalha com certificações, saberes tradicionais (etnociência), que estuda os fenômenos em comunidades tradicionais, seus conhecimentos, cotidiano da comunidade, agricultura, história, a fim de compreender o território e suas territorialidades (Interconexões, 2024).

Estas certificadoras têm um papel importante na implementação da agroecologia ou produção orgânica (como ocorre em Ponta Grossa), através do selo e das visitas, irão conferir que o produto produzido no terreno respeita a natureza e o ser humano.

1.3 Movimentos sociais e comunidades tradicionais, um breve contexto e definições

No que tange esta temática, existem camponeses e comunidades tradicionais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, trata-se de um movimento social, juntamente com a agricultura familiar, já as comunidades, são representadas por faxinalenses e quilombos, também fazem parte das comunidades tradicionais, os indígenas, no entanto, o recorte espacial da presente pesquisa não apresenta comunidades indígenas, pois não foram localizados no município de Ponta Grossa-PR.

A importância de estudar estes dois temas, consiste na questão das sabedorias tradicionais, conhecer e entender seus manejos e pontos de vistas sobre o que é agroecologia, como produzem, como são assistidos, etc. Além disso, identificar lugares que ainda não são reconhecidos pelo poder público estadual e municipal. Outro ponto, é reconhecer seus aspectos culturais, festas, religiosidade que fazem parte da vida das comunidades e movimentos sociais.

1.4 O conceito de Movimentos Sociais na concepção dos autores

Já os movimentos sociais, tem a premissa de realizar diagnósticos do que a sociedade precisa e propor medidas junto ao poder público, para poderem ser tomadas providências e tem como características a oposição, criação de uma identidade e articulam projetos de vida e sociedade, estes movimentos, podem ser voltados a zona urbana como também para a zona rural, tentando lutar por políticas públicas igualitárias, tentando reduzir a desigualdade social (Gohn, 2011). Para Gehlen e Mocelin, falam que os movimentos sociais começaram a ser discutidos amplamente em 1960 devido a três fatores como:

O primeiro fator foi a emergente visibilidade dos movimentos sociais enquanto fenômenos históricos concretos na sociedade. O segundo fator foi o desenvolvimento de teorias sobre a ação social, com ênfase maior sobre os atores do que sobre a estrutura da sociedade. O terceiro fator a ser destacado foi o deslocamento, nas análises sociológicas, do foco de interesse analítico do “Estado-Nação” para a “sociedade civil” (Gehlen; Mocelin, 2009).

Os movimentos sociais rurais, são definidos como um conjunto de pessoas lutando por seus direitos pela posse da terra (reforma agrária), igualdade social e desvincular-se do capitalismo por meio das agroindústrias, que exploram o produtor rural, pagando abaixo do que realmente vale (Picolotto, 2007).

O autor ainda coloca que o êxodo rural causado pela Revolução Verde, fez com que muitos agricultores abandonassem o campo, na década de 1990, acabaram se organizando e formando movimentos sociais, como Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Movimento dos Pequenos AgricultoresMPA, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais-MMTR. Estes movimentos rurais, possuem caráter comunitarista, engajados na luta pela terra e também em outras frentes como transposição de rios, pessoas afetadas por construções de barragens, onde são desapropriadas, sustentabilidade, combate à pobreza, insegurança alimentar, entre outros (Ricci, 2005 *apud* Gehlen; Mocelin, 2009).

Para Bomfim et al., (2013), os movimentos sociais rurais, estão associados a indivíduos que vivem em situações de vulnerabilidade e permanecem invisíveis para boa parte da sociedade e do poder público, com isso, tem-se a violência e repressão dos movimentos, uma vez que os mesmos, não se sujeitam a permanecer de maneira submissa ao governo e ao capital e procuram formas de reivindicar providências do poder público.

Os movimentos rurais, estão presentes desde o Brasil colônia, até os dias atuais, como a luta dos indígenas contra os portugueses pela posse da terra e não escravização, Balaiada a Cabanagem no período imperial, Canudos e Contestados na República Velha, Ligas Camponesas no estado Novo, e organizações como MST na década de 1980-1990 (Targino, 2002).

Para Warren (2007), o movimento social rural, segue alguns preceitos, como o nível organizacional, as quais são entidades formalizadas ou semiformalizadas, responsáveis por auxiliar a população alvo, estas entidades podem sem Organizações governamentais ou pastorais.

O nível político articulatório, se refere ao poder de dialogar e articular ideias em âmbito comum, para serem sanados alguns problemas. Já no nível mobilizatório, são pessoas responsáveis por atuar na esfera pública, representando o movimento social a qual pertence, levando a indagação dos mesmos. Por fim, a rede de movimentos sociais, são práticas formadas por nível organizacional, articulatório e mobilização, para ser entendido como um movimento rural.

A agricultura familiar, é um dos movimentos sociais rurais estudados nesta pesquisa, tem várias definições, Altafin destaca duas:

[...]Uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a

agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (Altafin, 2007).

O termo “Agricultura Familiar” é relativamente novo, sendo fortemente denotado na década de 90, antes, estes agricultores eram chamados de pequeno produtor, produtor de subsistência ou de baixa renda, caipira, ou seja, termos ofensivos, que muitas vezes remete a uma pessoa às margens da sociedade, tratados como “pobres coitados” que não sabem o que estão fazendo, atrasados, arcaicos, entre outras nomenclaturas (Schneider; Cassol, 2013).

Além disso, é importante falar sobre a agricultura tradicional, que foi, de certa forma, precursora da familiar, no entanto, a definição da mesma, era de um manejo fraco, com produtividade apenas para os membros da família, baixo recurso, baixos insumos, nenhuma tecnologia e rentabilidade zero. Entre o final do século XX e começo do XXI, a agricultura se modernizou e começou a atender mercados consumidores, contar com colaboradores, quando não se tem mão-de-obra familiar e tecnologias (Alves, 1997).

O contexto histórico, nos mostra que o referido movimento social iniciou-se em meados da década de 1990, se dando em três fases: A primeira, foi logo após o período militar, com os sindicatos atuando fortemente para reconhecer esta agricultura, a segunda, veio com os intelectuais do meio acadêmico, onde propuseram definições a respeito da temática, por fim, a terceira fase, onde as políticas públicas começaram a surgir por parte do poder público da União (Schneider, 2014).

Mas Schmitz e Mota, mostram que em certas definições, esta agricultura é definida conforme o tamanho da área, em outras, utilizam a renda, herança, relação com recursos naturais, grau de intensidade da mão-de-obra da família, mas o autor salienta que estas definições, não consideram fatores internos, como o manejo, a cultura, insumos e saberes tradicionais, neste contexto, seria uma definição mais superficial (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2007).

Além disso, é pontuado por Schmitz e Mota, outras denominações para a agricultura familiar: Campesinato; pequena produção; agricultura familiar; produção familiar rural e produção (familiar) coletiva, embora, os termos tenham diferença, mas aqui, são colocados como sendo o mesmo (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2007).

Segundo Chayanov (1974), a agricultura familiar, é mantida pela força de trabalho familiar, produzindo para a unidade familiar e o excedente é vendido, caracterizada também pela baixa tecnologia. No entanto, este conceito não procede em todas as ocasiões, há produtores familiares, que utilizam sim de tecnologia, como sistema de irrigação, desenho de plantio, como horta em mandala, por exemplo, mediante assistências e extensão rural para agroecologia (Serafim et al., 2013).

De fato, agricultura em estilo empresarial principalmente, contam com tecnologia, mecanização, mas, não é somente pelo motivo de ser agroecológico, familiar, campesino ou povo tradicional, que se deve ficar arcaico pelo resto da vida, os processos mudam e podem ser adaptados às necessidades de cada indivíduo, mediante seu poder aquisitivo ou políticas públicas que visem o desenvolvimento tecnológico da referida agricultura, por mais que pareça capitalista, mas hoje em dia, não há como deixar de ser capitalista, quando o mundo todo adota este sistema econômico, a menos que toda a política econômica comece a se reinventar.

1.5 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Origens e manejo sustentável

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, apesar de ser campesino, trata-se de um movimento social, que cobra a distribuição igualitária de terras para o grupo, a chamada Reforma Agrária, Oliveira (2001) coloca que a referida reforma, é necessária para desmarginalizar estes grupos, aumentando a oferta de alimentos e elevando a renda dos assentados, o autor afirma, que a reforma deve ser política, pois assim, os indivíduos conseguiriam a sua cidadania.

Este movimento, luta pela permanência do indivíduo na terra, algo que foi destruído pela Revolução Verde, onde os maquinários e outras tecnologias foram substituindo os trabalhadores rurais, restando a eles, abandonar o campo e vir para a cidade, servir de mão-de-obra de reserva, ganhando pouco e vivendo em condições precárias (Fernandes, 2013).

Assim, Fernandes (2013), salienta que o este grupo se engaja na oposição ao modelo do agronegócio, onde há o uso intenso da terra, bem como sua destruição para produzir soja, milho e gado, que tem como destino, a exportação, nisto, são feitas grilagens, desmatamento e incêndios, para aumentar mais a área

de plantio, como consequência, há a infertilidade do solo e degradação da vida, desta forma, o MST se propõe a realizar um manejo ecológico que procure trazer o solo de volta à vida.

O MST, é herdeiro das Ligas Camponesas, que surgiram em 1950, onde reivindicavam a reforma agrária no território brasileiro, estes embates, envolveram camponeses desterritorializados, governos e fazendeiros, além de muita luta, com inúmeras mortes camponesas, mesmo assim, os grupos não desistiram e foram adiante, mediante reuniões e encontros, foram formando o MST que conhecemos hoje, que se engaja nas mais variadas frentes, como soberania alimentar, mulheres no campo, gênero entre outras (De Jesus, 2011).

Ademais, o movimento se pauta também na melhoria de escolas, infraestrutura, saúde e aquisição de créditos para melhorar a qualidade de vida dos assentados e da agricultura familiar, além de estabelecer cooperativas, que ajudam a impulsionar este movimento social rural, sendo assim, o MST acabou ampliando sua luta para além do acesso à terra e condições dignas de vida do camponês e camponesa (Leite; Dimenstein, 2010).

No estado do Paraná, no município Ponta Grossa, o Acampamento Emiliano Zapata, que será colocado mais adiante na pesquisa, produz culturas de maneira orgânica e outras no modelo convencional, pretendendo, futuramente, transformar-se em agroecológico, assim que sair a documentação da posse da terra.

Por outro lado, as comunidades tradicionais, diz respeito a faxinais no recorte espacial da pesquisa, são definidos por Toledo da seguinte forma:

(a) são descendentes dos primeiros habitantes de territórios conquistados durante os Descobrimentos, (b) são povos dos ecossistemas, tais como agricultores, pastores, caçadores, extrativistas, pescadores e ou artesãos que adotam uma estratégia multi-uso na apropriação da natureza, (c) praticam formas de produção rural de pequena escala e intensiva em trabalho, produzindo pequenos excedentes, apresentando necessidades satisfeitas com reduzida utilização de energia, (d) não dispõem instituições políticas centralizadas, organizam suas vidas a nível comunitário, tomando decisões em base de consenso, (e) compartilham língua, religião, crenças, vestimenta e outros indicadores de identificação assim como uma relação estreita com seu território. (f) apresentam uma visão de mundo específica consistindo de uma atitude de proteção e não-materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseada num intercâmbio simbólico com o mundo natural, (g) são dependentes de uma sociedade e cultura hegemônicas e (h)

identificam-se como povos e comunidades tradicionais (Toledo, 2001).

Porém, o referido autor menciona que em alguns casos, as comunidades tradicionais, podem se confundir com camponeses, devido ao modo de produção e miscigenação das culturas, o que vai alterar o modo de produção, para ser mais claro, se uma pessoa indígena, por exemplo, ter sua cultura misturada com um a pessoa europeia, esta cultura passará por alterações e um descendente de europeu, utilizará as técnicas indígenas e europeias no cultivo agrícola.

Já Silva (2007), coloca que as referidas comunidades, se tratam de um grupo de indivíduos que utilizam a terra racionalmente, preservando seus recursos, usam de forma comunitária suas terras, cultivando saberes e práticas herdadas de seus antepassados, bem como, conhecem profundamente seu ecossistema e sua organização social, estruturada na família, por de onde vem sua força de trabalho, além disso, existem suas religiosidades, culturas e interações com outros grupos.

Para Grzebieluka (2012), o conceito de comunidades tradicionais, está ligado a um modo singular de vida, interagindo com a natureza, preservam o meio ambiente para si e para as futuras gerações, elas desenvolvem uma forma particular de manejo, produz de maneira subsistente, sendo independentes das indústrias, em alguns casos, seus conhecimentos e tradições são repassados a cada indivíduo ao longo do tempo, o autor pontua, que por viverem isoladamente, buscam obter conhecimento de seu ambiente para sobreviver.

O termo “Comunidades Tradicionais” veio à tona em 1988, com a Constituição Federal, nela, são estabelecidas diretrizes, para que estes indivíduos tenham acesso às prerrogativas inerentes a qualquer cidadão brasileiro e conte com a preservação de seu território, bem como, o respeito às suas crenças e convicções filosóficas, cultura e seus saberes. Grzebieluka (2012), aponta que essas comunidades precisam ser debatidas pelo poder público, fazendo com que a inclusão social chegue a estas pessoas.

Ademais, Floriani e Floriani (2020) colocam que as comunidades tradicionais, em sua maioria, sofrem com disputas envolvendo a terra, como grilagem, áreas urbanas crescendo e aumento das famílias etc. Isso impactará na autonomia desta comunidade, até mesmo o preconceito com suas crenças e pensamentos, levam a prejudicar estas comunidades.

Os quilombos, são exemplos de comunidades tradicionais, outras denominações, constam remanescentes de quilombos e terra de preto, suas terras, são provenientes de ocupações e refúgios no tempo da escravidão, bem como, terras concedidas pelo estado em troca de prestação de serviços, onde constituíram uma comunidade pela qual são respeitados os valores, as culturas e sabedorias dos mais antigos, além do respeito a natureza (Schmitt et al., 2002). Os autores trazem que as comunidades quilombolas, por vezes, precisam lutar contra grilagem de terra, realizadas por fazendeiros que desejam aumentar sua produção, com isso, colocam fogo na mata, cortam as cercas para o gado adentrar na área dos quilombolas.

Na definição do conselho Ultramarino de Portugal, quilombos são: “habitações de negros fugitivos, formados por mais de 5 pessoas, em locais despovoados que não tenham levantado rancho e não haja pilões” (Schmitt et al., 2002). Em uma definição dada por Moura (2007), é de que os quilombolas, são comunidades negras, que mantêm relação de parentesco entre si, descendem de escravos, plantam subsistentemente, preservando seus laços culturais. As lutas do Movimento Negro, fizeram com que os quilombolas fossem debatidos e estudados na academia, mas ainda há muito que ser feito para estas comunidades, como reconhecimento, acesso a saneamento, saúde etc.

Atualmente, as comunidades remanescentes de quilombolas, tem um perfil diferente de quando surgiram, algumas ainda permanecem em locais isolados e inóspitos, outras não, utilizam da agricultura de subsistência para sobreviver, comercializando apenas o excedente e algumas possuem parceria com governos, para comercializar artesanatos e divulgar sua cultura, algo que é importante para manter sua identidade, na religião, estão presentes além do candomblé, o catolicismo e o evangelismo (Silva; Melo, 2011).

Os faxinalenses, representam as comunidades tradicionais e geralmente, se comportam como camponeses, ao plantarem para a família e comercializarem o excedente, mas por vezes, podem se parecer com a agricultura familiar, por possuírem características como a venda da produção para cooperativas e mercados, como iremos verificar mais adiante.

Os mesmos, partilham suas áreas com outros indivíduos da comunidade, conhecida como área comum, onde todos podem criar seus animais soltos e as terras de plantar, onde se pode arrendar uma área para plantio, estas são de uso

particular, ficam isoladas da área comum, onde são criados os animais e aves (Rocha; Martins, 2007).

Já os Faxinais são definidos por Rocha e Martins como:

Faxinais são comunidades rurais que se estabeleceram no centro-sul do Paraná e que se constituíram historicamente como mecanismo de autodefesa do campesinato local buscando assegurar sua reprodução social em conjunturas de crise econômica como a do tropeirismo e durante o ciclo da erva-mate, ou seja, entre meados do século XIX e a década de 30 do século XX (Rocha; Martins, 2007).

E pontuam que:

Tais comunidades possuem formas peculiares de apropriação do território tradicional, baseadas no uso comunal das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos e no uso privado das áreas de lavoura, onde é praticada a policultura alimentar de subsistência com venda de pequeno excedente. Baseados em normas de conduta e de uso ambiental próprias, sobretudo na combinação de uso comum e privado dos recursos naturais, os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa diferenciada no sul do país (Rocha; Martins, 2007).

Os autores tecem críticas a respeito da desterritorialização dos faxinalenses, pelo fato de que ocorre a grilagem de terra por conta de grandes proprietários rurais e empresas agrícolas, com isso, tem se a queimada destruindo fauna e flora para plantio de *commodities*, criação de gado, plantio de erva-mate em larga escala com formato de monocultura, violência contra algumas comunidades faxinalenses, homicídio, feminicídio, entre outras causas que deixam a comunidade desprotegida.

Outra situação que pode ser colocada, é a migração dos jovens faxinalenses para as cidades, em busca de mais oportunidades, ou seja, um êxodo rural, que ocorre, devido ao capital, onde estas empresas agrícolas e grandes fazendeiros e grileiros se estabelecem, que de certa forma vai “sufocar” os jovens e forçá-los a abandonar a comunidade para ir em busca de emprego na cidade, em outros casos, a falta de infraestrutura, deixam os faxinalenses a margem de uma boa segurança, educação e saúde, fatores que impactarão na decisão final de permanecer ou migrar (Schörner, 2010).

Em Ponta Grossa, encontram-se os faxinalenses do Faxinal Sete Saltos de Baixo, pertencente a Itaiacoca, distrito do município de Ponta Grossa, será um dos objetos de estudo da pesquisa, nesta comunidade, será vista a forma campesina

de criação e plantação, mas também a forma de agricultura familiar, com modelos convencionais e transgênicos de plantio, por conta da modernização e infiltração do capitalismo na referida comunidade, onde seus conhecimentos e tradições, serão impactadas.

A diferenciação entre agricultura familiar e campesinato, na teoria Lamarchiana (a qual será utilizada na pesquisa) propõe que a diferença entre elas, está nas relações de dependência de mercado (Lamarche, 2008 *apud* Vilas Boas, 2022). Nos Estados Unidos, o termo agricultura familiar foi muito associado à alta mecanização (Vilas Boas; 2022). Já Chayanov (1974), dirá que a agricultura campesina se diferencia pela produção para a própria família e venda do excedente, no entanto, há semelhanças entre elas, a começar pelo emprego da força de trabalho familiar, que em ambas estão presentes.

Mediante estes modelos, Lamarche (1994) destaca 4 tipos de estabelecimentos agrícolas:

O tipo Empresa, se traduz por depender intensamente de mercados, utiliza mão-de-obra assalariada, não há apego à terra, podendo ser vendida a qualquer tempo, há tecnologia, engenheiros responsáveis por garantir aplicações e dosagens de insumos (neste caso, orgânicos sintéticos como ureia, ou naturais como calcário) trata-se de uma agricultura capitalista, onde o lucro é o que prevalece, além de existir muitos arrendamentos para expansão de suas áreas de plantio, em Ponta Grossa, a Chácara Maria Emília, é um exemplo de agricultura empresarial, (Lamarche, 1994 *apud* Vilas Boas, 2020).

No modelo Empresa Familiar, tem sua principal diferença com a agricultura familiar empresarial, é a relevância da família no estabelecimento, mas, por outro lado, a dependência de mercado, tecnologia e colaboradores, é alta, visa a maximização de lucros através da comercialização. Não obstante, tem se a agricultura Familiar Moderna, se caracterizando pela dependência intermediária de maquinários e mercado consumidor, não são tão apegados à terra quanto o campesino, o trabalho é desempenhado por colaboradores efetivos e temporários e membros da família, faz opção por tecnologia para melhorar sua produção (Lamarche, 1994 *apud* Vilas Boas, 2020).

Já o modelo camponês, visa a alimentação da família e comércio do excedente, tendo um apego à terra, pouca dependência de tecnologia, insumos e mercado consumidor.

No que tange ao campesinato, Lamarche, coloca que existe a mesma lógica familiar na agricultura de subsistência, uma vez que se pauta na alimentação da família, com pouca dependência das relações comerciais de mercado, com pequena produção e utilizando equipamentos e técnicas rudimentares, mas elas não são o mesmo, pelo fato de que a terra é alienável e não um patrimônio familiar, desta forma, este agricultor(a) de subsistência, pode sim ter interesse em vender suas terras mediante o preço proposto (Lamarche, 1994 *apud* Vilas Boas, 2020).

Estas formas de agricultura subsistente ou camponesa, não estão atreladas ao capitalismo, mas sim, a segurança alimentar da família, os insumos são orgânicos, respeitando a biodiversidade e estabelecendo mecanismos para a própria natureza conseguir se manter saudável para evitar patógenos.

Algo importante de ser denotado, é a sabedoria tradicional existente tanto na agricultura familiar, quanto nas comunidades tradicionais, onde seus conhecimentos são repassados de geração em geração, como veremos nos relatos dos produtores e produtoras no decorrer da pesquisa.

Por outro lado, se deve salientar que a globalização do século XXI, vem alterando a forma de se pensar agricultura e agroecologia, seja na agricultura familiar ou nas comunidades tradicionais, por conta da facilidade que se tem em manejar com auxílio de máquinas e outras tecnologias, como adubação verde, que contribui para fixar nutrientes para o solo, trazendo vantagens para a vida do produtor familiar ou camponês (Lopes; Contini, 2012).

Para Silva e Cury (2015), coloca que o camponês, utiliza sua terra para sobreviver, produzindo o que precisa e comercializando o excedente, utilizando de conhecimentos tradicionais para cultivar suas culturas, isso traz uma ligação entre o solo e o camponês, como se uma fizesse parte do outro, neste âmbito, tem-se duas classes de camponês: Os posseiros e os arrendatários, este se caracteriza por não serem donos da terra, mas a utilizam para produção mediante pagamento de aluguel, ou deixando parte de sua produção com quem arrendou, aqueles, são donos da terra, possuem liberdade para fazer o que quiserem, possuem autonomia e criam sua identidade.

A força de trabalho da família, é muito importante para a vida camponesa, como mostra Chayanov (1974) quando fala que o número de filhos, é responsável pela produção agrícola da propriedade, no entanto, o cenário atual muda, segundo O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o Brasil vem enfrentando

uma crise de natalidade, nascem menos pessoas a cada ano, fato que acabará reduzindo a mão-de-obra no campo, o que pode levar a extinção do campesinato, até porque, este camponês ou camponesa, terá que se submeter a implantar maquinários.

1.6 Os Saberes tradicionais como parte da agroecologia e das comunidades tradicionais

A agroecologia, presa pelos saberes trazidos pelos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas, camponeses e agricultores familiares que obtiveram conhecimento de seus antepassados para aplicar na agricultura, indo desde o manejo até os aspectos culturais de cada comunidade, não obstante, por se tratar de uma ciência multidisciplinar, ela também apresenta os conhecimentos técnicos trazidos pela ciência, essa combinação, permite a agroecologia conversar com diversas áreas do conhecimento (Leff, 2002).

O conhecimento, é passado de forma dialogada ou escrita em algumas ocasiões, sendo a memória, o recurso primordial para transmitir este conhecimento, por meio de indígenas, formados há aproximadamente 300-500 milhões de pessoas, representando o “núcleo duro”, já os pescadores, camponeses, agricultores familiares e pastores(criador de animais), formados por 1,5 milhões de pessoas aproximadamente, representando o “núcleo fraco” (Toledo; Barrera-Bassols, 2008), estes núcleos, se referem a quantidade de pessoas que detém estes conhecimentos, quando mais pessoas mais forte o núcleo fica.

O autor menciona que as comunidades tradicionais, trazem um conhecimento mais coletivo, diacrônico, local, holístico, sincrético e dinâmico, os conhecimentos não dizem respeito apenas do que outros ensinam, mas também traz o conhecimento obtido individualmente, quando se observa que uma determinada ação impactou positiva ou negativamente em um manejo, isso é levado para os outros e compartilhados na sequência, ao se descobrir algum fertilizante natural, ou inseticida, plantas que fixam nutrientes, tudo isso corrobora para o enriquecimento dos saberes tradicionais (Toledo; BarreraBassols, 2009).

Para Leff (2002), a agroecologia se firma nos saberes tradicionais para sua produção, já a agricultura convencional, na crença dos mercados e bancos, que ditarão o ritmo deste manejo, colocando o que deve ser plantado e usado para sua

produção, que implicará em degradação e futuramente, especulação imobiliária por conta da terra infértil, pois neste sistema, o foco é o viés capitalista.

Um aspecto importante ressaltado por Götsch (1995), é a observação da natureza como forma de aprendizado, o autor e agricultor, coloca que aprender com os processos naturais, torna o produtor mais sábio, pois pode aplicar estes conceitos em sua produção, ora, quando observamos como que as árvores se estratificam, como que a cadeia alimentar se controla e retroalimenta, podemos abdicar completamente dos insumos químicos e produzir um alimento mais saudável e de qualidade.

Ainda para Götsch (1995), a natureza traz tudo aquilo que precisamos para fazer a nossa produção agrícola, além de nos ensinar a sobreviver. No século XXI, com o capitalismo e o consumismo avassalador, os recursos naturais estão se esgotando, caso continuemos desta forma, em breve a humanidade sofrerá consequências catastróficas como já vem ocorrendo hoje, com enchentes, estiagens, fome, miséria etc.

De fato, ao analisarmos o contexto citado por Götsch, temos que a natureza (fauna e flora) tem um poder elevado em relação à regulação da nossa vida no planeta, quando extinguímos uma espécie, haverá uma superpopulação de algum outro indivíduo que a espécie extinta se alimentava, onde pode gerar impacto na agricultura e consequentemente no ser humano, da mesma forma quando desmatamos, a proteção do território acaba enfraquecendo, resultando em aparecimento de fenômenos naturais extremos, desaparecimento de espécies, alteração climática, fome e miséria, pois a produção alimentícia será pífia.

No âmbito produtivo, temos a roça de coivara, desenvolvida nos primórdios da humanidade, quando o ser humano se tornou sedentário, essa forma de cultivo, consiste na queima de árvores de crescimento rápido, para abrir espaços na área para plantar (Munari, 2009) este processo, faz com que as cinzas entrem no solo e o fertilize, geralmente, o processo inicia com o “abandono” do perímetro onde se deseja plantar, com o passar do tempo, essa área cria vegetações, com isso, ocorre sua retirada e posteriormente a queima, onde gerará material orgânico para a terra (Schmidt, 2003; Warner 2001 *apud* Munari, 2009).

Estas áreas, quando deixadas em pousio, conseguem se regenerar através da sucessão ecológica, onde nascem espécies de gramíneas e arbustos e que depois de um tempo, vão se desenvolvendo e dando lugar a outras plantas, até

chegar a hora de retirar a vegetação novamente e plantar, essa prática vai fornecer micro e macronutrientes para o solo e vai retirar a acidez do mesmo (Santos; Quinteiro, 2019 p. 35).

Outro tipo de sabedoria tradicional, são as sementes crioulas e sua conservação, tais sementes, possuem um alto desempenho e adquirem características dos lugares, ou seja, conseguem adaptar-se às regiões, no Sul, ela é cultivada como resgate, já o Nordeste, é como forma de sobrevivência, devido às temperaturas elevadas e a escassez de chuva (Corrêa; Weid 2006 *apud* Santos; Quinteiro, 2019), na Lei Federal n.º 10.711/2003 em seu parágrafo 1º no inciso XVI, ela é definida como:

Art. 1º - O Sistema Nacional de Sementes e Mudas, instituído nos termos desta Lei e de seu regulamento, objetiva garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional.

XVI - cultivar local, tradicional ou crioula: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes as cultivares comerciais (Brasil, 2003).

As sementes são encontradas em festas locais, onde descentralizam a figura do guardião de sementes, nestas festas, ocorrem as trocas, cada indivíduo leva suas sementes, a fim de vendê-las para outros produtores e produtoras, ou trocá-las por outras variedades, o mais comum, é encontrar milho, feijão, abóbora (plantas de roça), mas há também, as hortaliças e leguminosas (Santos et al., 2020), a obtenção das sementes crioulas, tem a função de propagá-las pelo território, para que as mesmas não se percam, tendo que apelar para a indústria de sementes, pagando um valor alto e não podendo replicá-las.

Elas representam o patrimônio cultura de uma comunidade tradicional, além de representar a resistência do homem ou mulher do campo e é a chave para um manejo sustentável e para a soberania alimentar da população, pois estas sementes, se adaptam aos mais variados climas regionais, livre de modificação genética, no entanto, seu desaparecimento, pode levar a perda cultural e desaparecimento dos conhecimentos tradicionais (Amorim, 2016).

Para replicar as sementes, é seguido um processo que consiste primeiramente em selecionar as plantas mais vigorosas, na sequência, é deixada

para que se desenvolva no solo e libere a floração para formar as sementes, posteriormente, é aguardado o desenvolvimento e secagem das vagens, espiga ou fruto para começar a colher, quando inicia a colheita, também é realizado o beneficiamento, que consiste em retirar restos de palha e pétalas florais das sementes, feito isso, são colocadas em sombra, sol ou secador, para retirar a umidade, logo após a secagem, armazena-se em garrafas pet, livre de umidade e de lugares que favoreçam o desenvolvimento de parasitas e outros invasores que danifiquem as sementes (Lima; Forti, 2020).

As pessoas que fazem este processo, são denominados guardiões ou guardiãs de sementes, são responsáveis por garantir a perpetuação da espécie, resgatar outras cultivares e manter a cultura das comunidades, importante ressaltar, que existem inúmeras cultivares crioulas, como milho, por exemplo, que pode ser branco, vermelho, roxo, amarelo, pipoca, etc. Cada um com sua particularidade, sabor, cor, textura e aroma e ao contrário das sementes convencionais, as crioulas podem ser replicadas e comercializadas livremente, sem ter que pagar *royalties*⁵ para empresas.

Estes guardiões, não tem o objetivo de gerar receita com a venda das sementes, eles fazem este processo para que se tenha variedades de cultivares disponíveis para sua segurança alimentar, eles costumam a trocar sementes com outros guardiões, bem como, trocar conhecimentos e repassá-los aos mais jovens para que a tradição não acabe, com isso, o produtor estabelece redes de comunicação e se apropria do espaço (Stadler, 2024).

Estas sementes, reduzem os custos com a produção e os conhecimentos são utilizados para sua armazenagem e acondicionamento, juntamente com o conhecimento da produção e armazenagem de sementes crioulas, vêm as épocas de plantio e de poda, onde muitos seguem o calendário lunar e fazem as podas das árvores nos meses que não possuem a letra “R”, para a planta rebrotar vigorosamente e conseguir produzir frutos de qualidade e em maior quantidade (Santos; Quinteiro, 2018, p. 40).

Os povos tradicionais, possuem algumas características como a relação com a natureza, através da realização de práticas agrícolas sustentáveis, o respeito ao meio ambiente, a relação com o território como realizações de festas, sentimento

⁵ *Royalties*: Pagamento a empresas ou pessoas pelo direito de uso de algum produto.

de pertencimento ao território, símbolos, religiosidade e coletividade, as inter-relações com outros grupos ou comunidades que vivem na região e racionalidade na produção, como divisão do trabalho, tecnologia simples, atividades em sua maioria manual e a produção visa o abastecimento familiar (Cruz; 2012 *apud* Triba; Fischer, 2015).

Um fator interessante de ser analisado, é o *muxirum*, que consiste em ajudar uma pessoa da comunidade a carpir, roçar e preparar a roça, funciona como se fosse um mutirão, isso também faz parte da cultura de muitas comunidades tradicionais, ao final da atividade, é feita uma confraternização com comidas e músicas (Triba; Fischer, 2015), isso prova, que as comunidades não são individualistas, todos se preocupam com o bem-estar de todos, fazendo com que as famílias prosperem.

Nas comunidades tradicionais, é comum encontrarmos danças, festas para comemorar colheita, ou algum fato interessante que ocorreu, as comidas e bebidas, são marcas registradas, na região Sul, por exemplo, há o chimarrão, que costuma ser servido principalmente no inverno com o pinhão, que é uma semente, isso faz parte dos aspectos culturais de um grupo.

As benzedeiras e benzedeiros, parteiras, que receberam o conhecimento de seus familiares para tratar a saúde da comunidade, bem como, o conhecimento de ervas e chás, utilizados para enfermidades, rezas e culto a divindades de diferentes tipos, que serão responsáveis pela proteção e prosperidade destes povos (Custódio et al., 2019).

As benzedeiras, utilizam a fé e as plantas para realizar suas “curas”, além de simpatias, as quais são passadas as pessoas, para poderem fazer o tratamento em casa, neste contexto, a pessoa encarregada de benzer, é colocada como alguém que recebeu algum “dom espiritual” (Floriani et al., 2016).

Até mesmo os armamentos, feitos para batalhas, mesmo que não estejam em uso, mas remonta o período de sua independência e resistência perante outros grupos ou exércitos, as ferramentas utilizadas no trabalho, como ancinho, foice, sanguinha, zagalha, entre outros, trazem as lembranças de como eram os períodos antigos, revisitando os acontecimentos que marcaram determinada comunidade, bem como, os utensílios domésticos de confecção de produto, como monjolo e pilão, que alguns ainda usam para fazer quirera, canjica, etc.

Outro ponto a ser ressaltado, são os conhecimentos sobre plantas medicinais e Plantas Alimentícias Não Convencionais, também chamada de PANC, estas plantas, geralmente não fazem parte de nossa alimentação cotidiana, mas tem muitos nutrientes e vitaminas necessários ao corpo humano, a maioria delas são de crescimento espontâneo, precisando de pouco cuidado para se desenvolverem, podemos citar plantas como coração de bananeira, tanchai, dente-de-leão, atrapoeraba, que podem ser consumidas, em saladas, chás, sucos ou cozidos (Echer et al., 2021).

Muitas destas plantas, são consideradas pelas pessoas como “mato”, são retiradas dos canteiros, capinadas e queimadas muitas vezes, o próprio coração da bananeira, depois que o cacho é colhido, acabam jogando o coração fora, o próprio tronco de bananeira, possui uma espécie de palmito em seu interior, trazendo um sabor diferente, mas comestível e muitas PANC's, são de conhecimento de povos tradicionais sendo utilizados até hoje. Atualmente são usadas aproximadamente 20 espécies de PANC's, mas acredita-se que possam ser utilizadas mais de 20 mil espécies para alimentação humana (Kellen et al., 2015 *apud* Echer et al., 2021).

Para Menezes Souza (2019), as PANC's vêm ganhando cada vez mais espaço no aspecto nutricional, tais comunidades fazem o consumo constantemente, estes alimentos não convencionais, tem muito poder nutritivo e pode colaborar com a segurança alimentar da sociedade, por ser de fácil acesso e cuidado prático, nascem espontaneamente, sem precisar de insumos externos, se adaptam em diversas regiões, climas e solo, sendo uma alternativa para quem não consegue ter uma alimentação variada.

No entanto, o conhecimento sobre estas plantas, precisa ser mais divulgado, para isso, precisamos da etnociência (Ciência que estuda os conhecimentos tradicionais), para poder ser repassado esta sabedoria em âmbito acadêmico e posteriormente, possa atingir a sociedade, mas é necessário apoio político, para que estes conhecimentos não desapareçam juntamente com as comunidades indígenas, quilombolas e tantas outras que estão ameaçadas por conta do agronegócio e também por conta da política, que pode colaborar com pessoas mal intencionadas, liberando a apropriação de terras destas comunidades tradicionais, causando uma desterritorialização, como foi observado no governo anterior de 2019 a 2022.

As sabedorias tradicionais, sementes crioulas, simbolismos e culturas, assim como o próprio manejo, são exemplos de como o território se faz presente na agroecologia que será discutido no próximo tópico, trazendo o uso do poder, tanto político quanto financeiro, que por vezes busca se apoderar da terra, em busca de expandir seu território, para plantar, criar animais ou mineração.

1.7 O território e seus conceitos como parte da agroecologia

Neste tópico, o território será conceituado e combinado com a agroecologia, pontuando os conflitos, a modificação do território, que seriam as territorialidades, o poder político envolvendo as disputas por políticas públicas e território, bem como, sabedorias tradicionais.

Por território, entende-se a multidimensionalidade, trabalhando nas áreas de política, economia e cultura como aponta Haesbaert (2004), na dimensão política, o território é tido como delimitação de uma área, ou seja, quando é colocado limites entre países, estados, municípios e distritos, trata-se de uma representação legal de um determinado território, até mesmo, quando pensamos em demarcação de terrenos para moradia, ou propriedades rurais, delimita-se para saber que aquele território pertence a alguém.

Na cultura, o autor coloca como o espaço vivido, desta forma, relacionasse com as festividades, crenças e hábitos que servem como identidade de um povo ou comunidade, seja ela urbana ou rural, na rural, como trata esta dissertação, têm-se as festas religiosas, sementes crioulas, costumes e pratos típicos de cada movimento social, bem como, a forma de manejo.

Por fim, a econômica, refere-se a divisão territorial do trabalho e luta de classes, neste aspecto, destacam-se os movimentos sociais e comunidades tradicionais, como MST e quilombolas, onde ocorre uma perseguição contra os mesmos, devido à grilagem de terras e reivindicação daquilo que lhes foram tomados, onde muitas vezes, ocorrem embates violentos, principalmente quando observamos as ocupações do MST, lutando por reforma agrária, por qual se visa uma melhor distribuição de terras, evitando a concentração fundiária nas mãos de poucos (Haesbaert; Limonad; 1999, p.40 *apud* Haesbaert, 2004).

Na concepção de Reis (2005), o território é dotado de três dimensões das estruturas e dinâmicas territoriais:

a) A *proximidade* é o contexto e as relações que ela propicia: são pessoas em copresença; são ordens relacionais; são consolidações de culturas, práticas e de instituições; é conhecimento e é identidade partilhada de forma coletiva. É este conjunto de circunstâncias que desencadeia a formação de densidades.

b) As *densidades* exprimem-se em interações continuadas, em aprendizagens e competências (externalidades cognitivas), em “ordens constitucionais” que coordenam a ação de atores sociais, em multiplicação ou definhamento de contextos institucionais e de governação.

c) O *polimorfismo estrutural* assinala o fato de a tensão entre mobilidades e territorializações – isto é, o exercício matricial de que os territórios são parte – produzir diferenciações dentro de ordens mais vastas. Quer dizer, o mundo não é representável por uma organicidade sistêmica em que tudo-é-explicado-por-tudo, como acontece, por exemplo, com a estrita lógica centro-periferia ou pelas visões globalistas que dela são tributárias. O mundo é melhor representado pela ideia de polimorfismo, isto é, por uma visão das coisas em que há espaços estruturais de iniciativa e de autonomia cujo desenvolvimento afirma a sua relevância própria e exerce efeitos de *feedback* sobre outros espaços. Nisto consiste a noção de que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo (Reis, 2005, p.62).

O território em outra concepção é colocado por Gotmann como:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais (Gotmann, 2012).

O autor compreende que a política está relacionada com o espaço, o território seria denotado pelos próprios indivíduos através de suas ações e objetivos, sendo assim, o território é político e geográfico (por conta do espaço geográfico), que será compartimentado e organizado através da política.

E a territorialidade, está enquadrada na vida cotidiana, o abrigo, refúgio, condições ambientais, vegetação e interações, também é citado o mundo animal como exemplo, mas isso pode ser estendido para o ser humano, que no seu território, faz ações e cria laços com outras pessoas, constrói moradias, desmata, queima, destrói, reconstrói, refloresta e ressignifica o ambiente de acordo com suas necessidades.

No que concerne Saquet (2008), o espaço contém o território, que por sua vez, é produzido pelo indivíduo, construindo coisas, mas também é a negação da natureza natural, sobre esta afirmação, tem-se que as construções dos indivíduos, é uma forma de destruir os processos criados pela natureza, como podemos

perceber quando se desmata uma área para agricultura ou especulação imobiliária, estaríamos destruindo ou negando a natureza para reproduzir aquilo que desejamos ver e obter.

Já para Albagli, o território vem do latim, que significa terra apropriada, possui delimitações estabelecidas por indivíduos, através do poder, não é somente entendido como material, mas também imaterial, como pode ser observado nas terras de comunidades tradicionais, a terra tem um significado atrelado ao espírito, divindades, a sensação de pertencimento, já o Estado, trata o território como delimitações entre diferentes municípios, estados e países (Braga et al., 2004, p.26).

No entanto, Haesbaert e Limonad denotam que:

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);

O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que propomos denominar de consciência, apropriação subjetiva ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que propomos denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (Haesbaert; Limonad, 1999).

Os atributos mencionados podem ser diferenciados em uma tabela.

Tabela 4: Dimensões do território.

Território Simbólico	Território Funcional
Apropriação	Dominação (desigualdade)
Territórios da diferença	Território sem territorialidade (empiricamente impossível)
Territorialidade sem território (terra prometida)	Princípio da exclusividade (unifuncional)
Princípio da multiplicidade (múltiplas identidades)	Valor de troca (controle físico, lucro)
Valor simbólico (abrigo, lar)	

Fonte: Adaptado de Haesbaert, (2004).

Desta forma, Pereira et al., (2020), afirma que o território é multidimensional, ao envolver várias escalas, a econômica, política, social, cultural, ambiental, sejam elas materiais ou imateriais, que estarão ligadas com a agroecologia, na sensação de pertencimento ao território, sabedorias tradicionais, cultura e o valor de troca.

Mas trazendo para o âmbito rural, Raffestin (1993, p. 231), menciona que o solo fértil e os recursos naturais, serão objetos de cobiça de outros indivíduos, se valendo desta afirmação, podemos citar a grilagem de terras, que ocorrem nos povos tradicionais, onde há recursos como fertilidade, água, minérios, etc. Haverá o uso da força, tanto física quanto política, para tentar desapropriar estes cidadãos do lugar onde eles vivem.

Com isso, Haesbaert (2010, p.23), vai colocar que o território é funcional, devido ao seu papel de apresentar recursos naturais, disponibilização de matérias-primas, ou seja, está ligado à sua função, o que aquele território proporciona para o indivíduo para atender suas necessidades, já o simbólico, relaciona-se com suas crenças, abrigo e sentimentos.

De fato, um ambiente dotado de recursos e riquezas, será desejado por todos os que possam pagar por aquele território, ou tomá-lo mediante o uso da força física, ou política.

Podemos ir além, ao dizer que ocorrem nestas situações, a desterritorialização e a reterritorialização, ora, quando alguma comunidade ou indivíduo é expulso de seu território, como ocorre na grilagem, tem-se uma desterritorialização, que não significa apenas perder seu lugar ou moradia, mas também, perder sua identidade, seus sentimentos, cultura que aquele território traz consigo durante o tempo que o indivíduo/comunidade se estabeleceu ali, tendo em vista que Haesbaert (2010), coloca que o território é simbólico e dotado de significados individuais e coletivos.

Para Haesbaert e Bruce (2002), a desterritorialização e reterritorialização, é comparada a um indivíduo que precisa se deslocar para seu trabalho, (aqui eles citam o bóia fria), em tempo de colheita ele deixa seu território, quando não há serviço, ele retorna, desta maneira, temos a reterritorialização, ou ele também pode trabalhar em outras áreas no seu território até vir a próxima colheita, desta forma, a territorialização e a reterritorialização estão ligadas e indissociáveis (Deleuze; Guattari, 1997 *apud* Haesbaert; Bruce, 2000).

De encontro a afirmação acima, Saquet (2013), traz que os problemas da região urbana estão vinculados com o rural, devido ao êxodo das pessoas do campo, onde inflaram as cidades, este êxodo, se dá pela concentração de terras, disputas (por vezes violentas) onde ocorre a expulsão deste camponês, gerando a favelização nas grandes cidades, assim, ocorrem moradias irregulares, falta de saneamento, infraestrutura, saúde, segurança e educação.

Então, pode-se depreender das afirmações dos autores citados, que o território fará parte da questão agroecológica, tendo em vista os conflitos pela posse da terra, disputa por recursos naturais, tudo isso estará também relacionado com a política, por onde os atores sociais exprimem seus direitos coletivos, a depender de quem estará no mandato, um e outro grupo, terá mais privilégios que outros, ou, pode haver um equilíbrio entre as partes, para que todos sejam contemplados igualmente.

Não obstante, há os símbolos que fazem parte do território, algo que garante a identidade de um indivíduo ou grupo, que podem ser identificados pelas suas práticas religiosas, manejo, conhecimentos tradicionais, culturas, lendas entre outros atributos que vai conferir o caráter de camponês, faxinalense e agricultor familiar, além das definições contidas em leis federais, estaduais, municipais, bem como seus decretos.

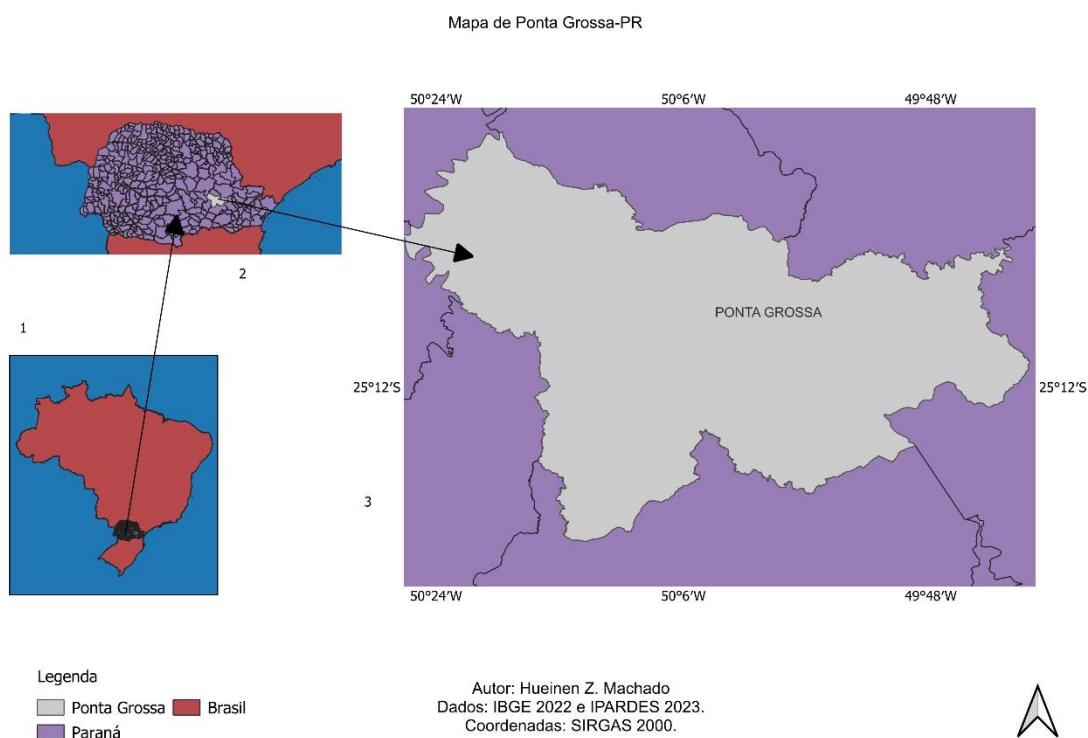
Outro fator levantado por Rosas (2014), é que o território precisa acompanhar as transformações que ali ocorrem, como o avanço da tecnologia, relações capitalistas de produção, além das transformações pessoais, como novas ideologias, manejos etc.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA NO SEU ASPECTO GEOGRÁFICO, SOCIAL E AGRÁRIO

2.1 Ponta Grossa-PR: Contexto histórico e características socioeconômicas do município

Localizado no 2º planalto paranaense a 955 m de altitude (Mapa 1), o surgimento deste município nasceu em 15 de setembro 1823, está ligado ao tropeirismo, que faziam suas viagens levando gado e muare, desde Viamão no estado do Rio Grande do Sul, até Sorocaba no estado de São Paulo e também Minas Gerais, com isso, a passagem pelos Campos Gerais, era inevitável, para descansar, se alimentar e alimentar os animais, os Campos Gerais, foram ocupados na primeira década do século XVIII, já seu povoamento, se deu em 1704 através dos nobres paulistas José Góis de Moraes e Pedro Taques de Almeida, que eram donos de sesmarias no Paraná (Prefeitura de Ponta Grossa, 2024).

Mapa 1: Localização do município de Ponta Grossa.



Fonte: O autor (2024).

Com o tropeirismo na região, surgiram comerciantes, que visavam atender as necessidades das tropas, com isso, se estabeleceu o comércio na região e vilas

surgiram, como Lapa, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Palmeira, Castro e Piraí do Sul. Durante o século XIX, Ponta Grossa foi tendo um caráter mais urbano, com pequenas vilas, com isso, no início do século XX, já havia bandas musicais, apresentações, hospitais, energia elétrica, associações e cinema (Prefeitura de Ponta Grossa, 2024).

Com o decorrer do tempo, já no século XIX, houve muitas imigrações europeias no Paraná, principalmente russos, alemães e ucranianos, então é comum avistarmos em Ponta Grossa, casas com formatos europeus, assim, a cidade começou a crescer, se industrializar, ganhar aspectos culturais de outros países por conta da imigração (Prefeitura de Ponta Grossa, 2024).

O nome “Campos Gerais” vem de uma denominação fitogeográfica, colocada por Maack (1948) como:

Uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Nessa definição, a região é ainda limitada à área de ocorrência desta vegetação que a caracteriza situada sobre o Segundo Planalto Paranaense, no reverso da Escarpa Devoniana, a qual o separa do Primeiro Planalto, situado a leste (Maack, 1948 *apud* UEPG, 2024).

Este tipo de vegetação campestre, proporciona alimento ao gado no tempo do tropeirismo na região, onde havia as famosas invernadas, onde o gado era colocado para engordar (Frank; Yamaki, 2018), os autores definem esta invernada como:

Entende-se como paisagem-tipo invernada aquela que mantém características que se repetem por uma determinada região. Uma invernada como paisagem-tipo é uma porção de terra plana, localizada ao longo de antigas rotas de tropas. Essa porção de terra, não necessariamente fértil, deveria ter água boa em abundância e ser cercada de morros, evitando os ventos e a dispersão de animais (Frank; Yamaki, 2018).

Sobre os aspectos socioeconômicos, Ponta Grossa tem um Produto Interno Bruto-PIB per capita (por pessoa) de R\$ 54.316,58, possui uma área de 2.054,732 km², população de 358.371 habitantes, sendo assim, uma densidade populacional de 174,41 habitantes por km², mortalidade infantil de 12,4 a cada 1000 nascidos vivos e 98,2% de indivíduos escolarizados entre 6 e 14 anos e um rendimento mensal de 2,5 salários mínimos por trabalhador formal (IBGE, 2022) e um Índice de Desenvolvimento Humano-IDH de 0,76 segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010)

No aspecto climático, segundo a classificação de Köppen, o clima de Ponta Grossa é pluvial temperado, se dá pela configuração Cfb, A letra “C” se refere a

temperatura nos meses mais frios, “f” faz referência ao regime de chuva e por fim, o “b” retrata a média de temperatura anual (IPLAN, 2006). Essa configuração, significa que a temperatura no mês mais frio fica entre 18 °C e -3 °C, temperatura média anual abaixo de 22 °C em meses quentes, com chuvas bem distribuídas durante o ano, cerca de 1500 mm, com amplitude térmica que pode chegar a 10 °C de variação, mas isso tem mudado, conforme o avanço do aquecimento global e a degradação ambiental (Climate. Data, 2024).

O município faz divisa com Carambeí e Castro ao norte; Palmeira e Teixeira Soares ao sul; Campo Largo a leste; Tibagi e Ipiranga a oeste, tendo como seus distritos: Itaiacoca, Guaragi, Piriqitos e Uvaia (IPLAN, 2006). Seu solo é proveniente de arenitos da formação furnas e folhelho da formação Ponta Grossa (Geus e Tonus; 2021). A formação furnas é composta por arenito de granulometria média/grossa (Assine, 1999 *apud* Geus et al., 2021).

A vegetação é de campos limpos, matas galerias da floresta ombrófila mista (mata atlântica), onde se destaca principalmente a araucária, mas existem outras espécies como a erva-mate, que é utilizada para fazer o chimarrão (IPLAN, 2006).

Ponta Grossa, ainda possui um importante entroncamento ferroviário, que interliga o interior do Paraná a Curitiba e ao porto de Paranaguá, na viação aérea, o aeroporto de Ponta Grossa, faz ligações entre São José dos Pinhais e Campinas (Plano Municipal de Saneamento, 2016).

Quanto a bacias hidrográficas, o município se encontra na bacia do Ribeira e Tibagi, este recebe água de outros rios como Taquara, Ribeirão Três Bocas e Ribeirão dos Apertados na margem esquerda e na direita, recebe dos rios Pitangui, Congonhas, Iapó e São Gerônimo (Plano Municipal de Saneamento, 2016).

A cidade é abastecida pela represa Alagados, que barra o rio Pitangui com a contribuição do rio Jotuva, a represa foi construída em 1929, para geração de energia elétrica, mas em 1969, passou a ser utilizada para captação de água para os munícipes de Ponta Grossa (Moro et al., 2003).

2.2. Apresentação da estrutura fundiária de Ponta Grossa-PR e sua relação com o agronegócio.

O município de Ponta Grossa, se destaca pela produção de soja, com cerca de 275.600 toneladas produzidas em 2023 (Tabela 5), mas desde o penúltimo censo agropecuário de 2017, Ponta Grossa vem crescendo na produção da cultura, ficando em 8º no ano de 2017 com 185.599 toneladas produzidas (IBGE, 2017). Além disso, também é cultivado milho e trigo, mas em menor quantidade, cerca de 58.350 e 51.150 toneladas respectivamente (IPARDES, 2024).

Tabela 5: Produção agrícola do município de Ponta Grossa.

Produção agrícola de Ponta Grossa	
Produto	Quantidade em %
Soja	72,30%
Milho	6,81%
Tomate	1,41%
Trigo	8,21%
Batata-inglesa	4,59%
Feijão	2,87%
Cevada	2,50%

Fonte: IPARDES (2024).

Percebe-se que o produto com mais destaque na produção pontagrossense, é a soja, depois vem o milho com uma porcentagem mais inferior, em último, se encontra a cevada, no entanto, dados da Agência Estadual de Notícias, o referido município, tende a liderar a produção da cevada em 2025, posto que estava sendo ocupado por Guarapuava (Agência Estadual de Notícias, 2024).

No presente município, segundo C. ⁶ (engenheiro da Secretaria de Agricultura e Pecuária de Ponta Grossa) A presença do agronegócio é forte, mas 70% são pequenas propriedades que estão abaixo destes 15 módulos fiscais que corresponde a aproximadamente 177 produtores, sendo as pequenas de 1 a 4 módulos. Os módulos são detalhados em legislação, servindo para distinguir as propriedades em pequena, média e grande (Embrapa, 2024).

Segundo C. (engenheiro da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a Prefeitura engloba tanto a média quanto a pequena propriedade

⁶ Nome abreviado para proteger a identidade.

como agricultura familiar, até mesmo o MST, são colocados como familiar, não tendo a diferenciação como camponês, o número de agricultores, bem como a porcentagem de cada um deles, com exceção dos pequenos proprietários, não foi informada por nenhum órgão.

Com relação aos dados do IBGE e Ipardes, temos os seguintes dados sobre a produção das lavouras em Ponta Grossa no ano de 2023, pois o estudo de 2024 ainda será lançado.

A respeito das cultivares, temos as temporárias, onde são contabilizadas as culturas colhidas sazonalmente (Tabela 6), indicando área colhida, rendimento, valor e produção, estas informações, servem de base para verificar onde o território se destaca em sua produção agrícola.

Tabela 6: Produção temporária do município de Ponta Grossa.
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA - 2023

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Alho	1	3	3.000	35
Arroz (em casca)	5	12	2.400	18
Aveia (em grão)	1.700	4.420	2.600	2.829
Batata-inglesa	513	14.964	29.170	31.424
Cebola	13	276	21.231	704
Centeio (em grão)	385	770	2.000	1.001
Cevada (em grão)	4.600	14.260	3.100	17.112
Feijão (em grão)	4.950	8.005	1.617	19.662
Fumo (em folha)	11	25	2.273	375
Mandioca	125	2.750	22.000	2.483
Milho (em grão)	5.000	58.350	11.670	46.680
Soja (em grão)	65.000	275.600	4.240	496.080
Tomate	60	3.150	52.500	9.671
Trigo (em grão)	16.500	51.150	3.100	56.265
Triticale (em grão)	150	375	2.500	413

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

NOTA: Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

Aqui vemos a cultura temporária, os quais são de sazonalidade e o produto em destaque é a soja, seguida pelo milho, ambos são exportados e representam a base do agronegócio pontagrossense, a menor produção, é de alho, arroz em casca (arroz não processado) e o fumo.

Com relação à cultura colhida de cultivares permanentes, tem-se a uva e a laranja (Tabela 7), onde se mostra a área colhida, rendimento, produção e valor.

Tabela 7: Produção permanente do município de Ponta Grossa.
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA PERMANENTE - 2023

CULTURA PERMANENTE	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Laranja	25	150	6.000	210
Uva	17	131	7.706	290

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

NOTA: Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

O destaque é para a laranja, que produziu 150 ton., embora a uva tenha um rendimento melhor e um valor financeiro maior, que está relacionado com a demanda pela fruta e suas características de sabor e aroma.

Na próxima tabela, têm-se as atividades econômicas desempenhadas pelo município, que é bem diversificada, mas ocorre um destaque maior para pecuária, lavoura temporária e produção florestal.

Tabela 8: Atividade econômica do município de Ponta Grossa.
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2017

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
Lavoura temporária	584	94.670
Horticultura e floricultura	98	1.634
Lavoura permanente	20	426
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	1	x
Pecuária e criação de outros animais	476	24.327
Produção florestal de florestas plantadas	71	20.646
Produção florestal de florestas nativas	4	155
Pesca	-	-
Aquicultura	4	x
TOTAL	1.258	141.936

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque existem unidades territoriais com valores inibidos para não identificar o informante. Esses valores estão desidentificados com o caracter 'x'.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

O destaque novamente vai para as lavouras temporárias, com 584 estabelecimentos, seguida pela pecuária e produção florestal, vale ressaltar, que a aquicultura também é presente no município, sendo utilizada tanto na produção de carne de peixe como na reprodução de alevinos.

No tocante a condição do produtor, verificam-se as formas de posse da terra, podendo ser com ou sem título, comodato, ocupante, arrendatário, parceiro, produtor sem área e assentado sem titulação (Tabela 9).

Tabela 9: Estabelecimentos do município de Ponta Grossa.
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 2017

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
Proprietário	999	125.753
Assentado sem titulação definitiva	58	437
Arrendatário	103	10.218
Parceiro	9	439
Comodato	54	4.131
Ocupante	35	958
Produtor sem área	-	
TOTAL	1.258	141.936

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'x'.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

A condição “proprietário”, aparece com mais frequência, seguida por “arrendatário” (pessoas que alugam uma área para plantar) e “assentado” sem titulação, este último, chama atenção para o governo tomar atitude sobre reforma agrária, mostrando que ainda há muitos acampados que não conseguem acessar políticas públicas, devido a não titulação da terra.

Com relação à pecuária, o município também se destaca na produção dos mesmos, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 10: Pecuária do município de Ponta Grossa.
EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES - 2023

EFETIVOS	NÚMERO	EFETIVOS	NÚMERO
Rebanho de bovinos	29.878	Rebanho de ovinos	5.480
Rebanho de equinos	3.076	Rebanho de bubalinos	280
Galináceos - Total	1.110.258	Rebanho de caprinos	275
Galinhas (1)	82.200	Codornas	-
Rebanho de suínos - Total	27.114	Rebanho de ovinos tosquiados	1.300
Matrizes de suínos (1)	4.657	Rebanho de vacas ordenhadas	3.500

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

NOTA: O efetivo tem como data de referência o dia 31 de dezembro do ano em questão. Os efetivos dos rebanhos de asininos, muare e coelhos deixam de ser pesquisados, em razão da pouca importância econômica e a série histórica, encerra-se com dados de 2012.

Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

(1) A partir de 2013 passa-se a pesquisar as galinhas fêmeas em produção de ovos, independente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação) e as matrizes de suínos.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

Nota-se que os galináceos, estão mais presentes e lideram o ranking, já os bovinos, ocupam a 2º posição, na 3º, aparecem os suínos nas últimas posições, aparecem caprinos e bubalinos.

Já a produção de origem animal, também é diversificada, como podemos notar na tabela a seguir:

Tabela 11: Produção de origem animal do município de Ponta Grossa.
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL - 2023

PRODUTOS	VALOR (R\$ 1.000,00)	PRODUÇÃO	UNIDADE
Casulos do bicho-da-seda	-	-	kg
Lã	13	3.500	kg
Leite	64.427	23.600	mil l
Mel de abelha	340	20.000	kg
Ovos de codorna	-	-	mil dz
Ovos de galinha	11.286	1.026	mil dz

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

NOTA: Diferenças encontradas são em razão da unidade adotada. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

Aqui, o destaque é o leite, mas o interessante desta tabela, são a lã e o mel de abelha, há menção aos casulos de bicho-da-seda e ovos de codorna, no entanto, não constam dados sobre a produção.

Na aquicultura, o município tem sua produção voltada para tilápias e carpa na tabela abaixo.

Tabela 12: Aquicultura do município de Ponta Grossa.
PRODUÇÃO DA AQUICULTURA - 2023

PRODUTOS	VALOR (R\$ 1.000,00)	PRODUÇÃO (kg)
Carpa	158	10.500
Tilápia	646	38.000
Alevinos (milheiros)	86	575

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

NOTA: Diferenças encontradas são em razão de arredondamento. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Fonte: Adaptado IBGE e IPARDES (2023).

A liderança vai para a tilápia, inclusive, sua pele é utilizada para cicatrização de feridas (Fapesp, 2023), a carpa aparece logo a seguir e por fim, a produção de alevinos que se faz presente no município.

Estas produções, mostram o quanto o município de Ponta Grossa é bem diversificado em sua produção agrícola e pecuária, não se limitando apenas a soja, milho e bovinos, mas também com peixes, frangos e frutas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR GEOGRÁFICO

3.1 As Políticas Públicas: Surgimento e evolução ao longo do tempo

A proposta de abordagem das políticas públicas em âmbito geográfico, tem a intenção de avaliar estas medidas, bem como sua aplicação na sociedade, a fim de trazer o desenvolvimento para a nação, tendo em vista, que estas políticas irão impactar no território de forma econômica, social e política, nas três esferas da federação (Teixeira, 2017). Para Ward (2006), ele ressalta que a abordagem da política pública na geografia, vai compreender como que a mesma se apropria de questões de outras ciências sociais para desenvolver a geografia humana (Ward, 2006 *apud* Rodrigues, 2014).

De fato, ao pensarmos em ciências políticas, direito, sociologia e filosofia, percebe-se que a geografia, procura incorporar alguns conceitos destas ciências para compreender as questões humanas, ainda para Rodrigues (2014), o debate sobre políticas públicas, está ligado a pensar não apenas no Estado, mas na sociedade e seus desafios, procurando entender se estas medidas se dão de maneira igualitária em diferentes recortes territoriais.

Para Bueno e Lima (2014), a questão capitalista, que está no mundo todo praticamente, “impõe” aos governantes medidas que propiciem melhores condições de vida da sociedade nas áreas de saúde, educação e segurança, meio ambiente, ocupação do solo etc. Daí, a importância de tratar sobre as políticas públicas no âmbito geográfico e defini-las, segundo os diversos autores da geografia e de outras ciências.

A princípio, as políticas públicas podem ser compreendidas como: “*Esforços do governo nas três esferas da federação, que influenciarão na vida da sociedade, de forma direta ou indireta*” (Souza, 2006 *apud* Peters, 1986), ou de maneira mais simples, como aborda Laswell: “*A política pública visa compreender e responder questões como: quem ganha o quê, porque e que diferença faz*” (Souza, 2006 *apud* Laswell, 1958).

Ainda existem outros pontos que Souza (2006) vai citar:

A política pública envolve vários níveis de decisão, embora seja materializada através de governos e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais também são importantes. A política pública é abrangente e não se limita a regras. É uma relação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tenha impactos a curto prazo, ela é uma política de longo prazo (Souza; 2006).

Ainda Para Souza (2006), a política pública, passa por alguns estágios antes de ser efetivada, a primeira, seria criar uma agenda, neste modelo, podem ser colocada as propostas que devem ou não ser consideradas para formular determinada política pública. Posteriormente, vem a identificação de alternativas, através da identificação de problemas e procurando atribuir soluções a eles, isso, também levará a conflitos de interesse mediante aos partidos políticos, onde cada um pode divergir do outro simplesmente por questões ideológicas e partidárias.

Ainda há a avaliação das opções, procurando verificar aquilo que melhor se adequa ao que a comunidade precisa, aí vem a seleção da proposta, que verifica o que é mais vantajoso para a sociedade. Por fim, a implementação e avaliação, estes dois, consistem em aplicar na prática a proposta e verificar posteriormente seu respaldo, seja por opinião do povo ou resultados indiretos que podem ser a curto ou longo prazo.

Existem alguns modelos de políticas públicas que devem ser esclarecidos, como o modelo de Sabatier e Jenkins-Smith (1973), o modelo de Coalizão de Defesa, consiste em: “Conceber a política pública como um conjunto de subsistemas estáveis, que se articulam com conhecimentos externos, este modelo leva a inclusão de crenças, valores e ideias, isso é fundamental para a política ser pensada também para as minorias, respeitando cada comunidade com sua identidade (Sabatier; Jenkins-Smith, 1973 *apud* Souza, 2006).

Já o modelo de Arenas Sociais, que envolve os empreendedores políticos ou de políticas públicas, que se traduz por convencimento das pessoas de que algo precisa ser feito em relação a uma determinada situação, para isso, a autora destaca três fatores fundamentais: (1) Divulgar indicadores que avaliem a situação problema; (2) informações ou feedbacks que revelem a situação da política pública e se ela surtiu efeito ou não; (3) Desastre ou eventos que comprovem a ineficiência desta política pública. Sua vantagem, está associada em identificar padrões nas relações entre indivíduos e grupos (Souza, 2006).

Neste modelo de arenas sociais, sendo uma iniciativa dos empreendedores políticos, são constituídas redes de contatos, desta forma, são realizados encontros entre indivíduos e entidades, a fim de analisar as relações entre os grupos e a integração entre estruturas e ações, estratégias, constrangimento e valores (Souza, 2006).

Diante disso, Marques (2000), aborda que as redes, podem gerar uma interação entre sociedade e Estado, de forma que os indivíduos possam ser assistidos, em vez de serem deixados na “penumbra” como traz o autor, em busca de entender os anseios da população e elaborando medidas para os mesmos conseguirem uma vida digna.

Há também, a política de equilíbrio interrompido, proposta por Baumgartner e Jones (1993), baseado em computação e biologia, o conceito se refere a períodos longos de estabilidade na política pública, interrompidos por períodos de instabilidade, este modelo, permite agir incrementalmente, para modificar a política pública de acordo com avaliações e resultados posteriores, para que se possa atender a sociedade de maneira mais igualitária e tornando esta política pública mais eficiente (Souza, 2006).

Mas segundo Delgado (2001), o estado interfere na política pública da seguinte forma: A política setorial e a macroeconômica, a setorial, é dividida por setores da economia, dentro dela tem a política agrícola, que pode ser dividida em: Agrícola, agrária e desenvolvimento rural, esta última, é destinada à agricultura familiar e campesina, visando criar soluções que atendam essas classes e objetivando também a sustentabilidade (Delgado, 2001 *apud* De Paula, 2012).

Para ilustrar as políticas diferenciadas, são trazidas o Programa Nacional de Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, que serão discutidas ao longo da pesquisa, mas consegue conceder créditos rurais e incentivar a produção e comercialização de produtos do campesinato e agricultura familiar (De Paula, 2012).

Em se tratando da geografia, a mesma tem interesse em compreender como funciona a dinâmica dos lugares, colocando o geral e o particular neste campo de estudo, entendendo as dinâmicas regionais e locais através das informações (Banks; Mackian, 2000 *apud* Rodrigues, 2014), ou seja, a geografia humana, política e agrária, procura verificar as situações que ocorrem com a população, para propor soluções aos problemas que assolam o povo. Desta forma, podemos colocar as desigualdades sociais, a questão da miséria, fome, violência, reforma agrária, preço de produtos agroecológicos, etc.

Outro aspecto importante, são os diálogos com a sociedade civil, onde os mesmos podem interferir na política pública mediante ideias e questionamentos, como os planos diretores, por exemplo, que buscam a opinião social a respeito de

adotar determinadas medidas para que determinada localidade se desenvolva, respeitando a cultura e a vocação da sociedade e do lugar (Serpa, 2011).

Além disso, observa-se a questão sustentável, também mediado pela política e geografia, que no século XXI, ganha repercussão ao lidar com a ameaça da poluição e a saúde do ser humano, principalmente na política agrária, onde os agrotóxicos são utilizados nas lavouras e descartados de qualquer forma contribuído para a degradação do meio ambiente (Gutiérrez, 2006).

Certamente, a ameaça dos agrotóxicos e a destruição do meio ambiente, vai interferir na saúde da sociedade, por meio de sua alimentação, que será completamente afetada pelos “venenos do agro”, além de alterar a paisagem (objeto de estudo da geografia), através do desmatamento para ampliar áreas de plantio ou de pecuária, dentro deste bojo, a geografia irá alçar seus estudos, a fim de discutir estes problemas e propor soluções para o manejo convencional.

Neste caso, pode ser colocada a miséria, que será objeto de estudo da geografia na elaboração de políticas públicas, tanto na parte agrária quanto na urbana, mas ambos recortes irão acabar em uma só palavra: “o lucro”, isso traz grandes problemas para o campo e a cidade (Conceição, 2005).

3.2 Políticas públicas para promover a agroecologia, orgânicos e agricultura familiar

As políticas públicas para agricultura familiar e agroecológica, tem o objetivo de minorar desigualdades existentes como a pobreza por exemplo e isso está vinculado a distribuição de renda desigual, que vai proporcionar grandes discrepâncias na distribuição da mesma, sendo que no campo, essa desigualdade é mais acentuada (Barros et al., 2000 *apud* Da Rocha, 2012).

O aspecto agroecológico, se tornou importante para o governo federal, devido ao fato da sustentabilidade, procurando incentivar uma agricultura que não agrida o meio ambiente e proporcione uma alimentação melhor para a população, bem como, nas reuniões e discursos internacionais, onde se procura dar mais oportunidades a agricultura sustentável (Da Rocha, 2022).

De fato, precisa-se de políticas públicas que incentivem a agricultura sustentável e familiar, de modo a promover estas pessoas, para poderem produzir alimentos de qualidade para a população brasileira, pois sem incentivo, não há como fazer agricultura, já que são necessários insumos, assistências (que muitas

vezes é privada e tem custo), além do tempo, para implantar determinado modelo agroecológico.

Assim, em 1990, devido ao contexto do agronegócio, com medidas que favoreciam a aquisição de agroquímicos, começaram a serem questionados por outros países, pelo fato da contaminação do meio ambiente e da saúde humana, além da degradação do solo e das matas e da persistência da fome (mesmo com altos níveis de produção), foi então, que as ações do governo a respeito das políticas públicas, passaram por transformações (Oliveira; Clemente, 2012).

Neste capítulo, analisaremos as políticas públicas para a agricultura familiar de maneira cronológica estabelecida em lei: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica-PNAPO.

Estas políticas públicas, visam não somente a produção agroecológica, mas também a aquisição de alimentos por parte das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade alimentar, propicia o desenvolvimento e promoção da agricultura familiar e dos povos tradicionais, preservando saberes locais, práticas alimentares e consumo de alimentos saudáveis (Canavesi et al., 2016).

A premissa, é de que as políticas públicas para agroecologia e agricultura familiar, possam trabalhar com a concessão de créditos, financiamento, capitalização e acesso a mercados tecnológicos, que auxiliarão a família a produzir de maneira ecológica, de modo a fixar o indivíduo no campo, evitando o êxodo rural, por falta de condições para se manter no campo (Junqueira; Lima, 2008).

A primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, se deu na segunda metade da década de 1950, onde o Estado procurava substituir as importações por mercadorias nacionais, porém, a crise foi acentuada cada vez mais, provocando uma crise nos alimentos em 1960, neste contexto, surgiram acadêmicos e a “cepalina estruturalista” representadas por políticos nomeados por João Goulart e movimentos sociais como: Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reivindicavam agendas públicas para reformas de base, como a reforma agrária, no entanto, as reformas adotadas de subsídios, investimentos e créditos,

beneficiam apenas grandes e médios produtores e permaneceu assim durante a ditadura militar (Grisa; Schneider, 2015).

Na segunda geração, já no primeiro mandato do governo Lula, foi implantado o Programa Bolsa Família, destinado a reduzir as desigualdades, reduzindo mortalidade, insegurança alimentar miséria, promovendo a agricultura familiar, garantindo qualificação e educação para a camada mais pobre da sociedade, no governo Dilma, o programa intensificou-se com o programa Brasil Sem Miséria, Brasil Carinhoso e Bolsa Verde, todos incorporados pelo Bolsa Família (Grisa; Schneider, 2015).

Como pode ser observado, o Brasil possui programas que incentivam a agroecologia e agricultura familiar, como será discorrido ao longo da pesquisa, no entanto, tais políticas públicas, contam com pouco aporte financeiro do governo federal, que ainda foca no agronegócio, além disso, falta coordenação e estrutura, pois, a cada governo, a política pública acaba sofrendo alterações em seu projeto.

3.3 Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar PRONAF

O Pronaf, foi uma conquista da agricultura familiar, para obter créditos rurais para sua produção, essa luta, se deu por meio de movimentos sociais do campo, durante o período militar de 1964-85, as lideranças do governo, não apoiavam a abertura de espaço, para que os movimentos lutassem por políticas públicas que os incentivassem a produzir alimentos, foi aí, que movimentos sociais como o Grito da Terra, na década de 1990, ganharam notoriedade, com auxílio de sindicatos, universidades e estudos das Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-FAO, que mostraram a importância da agricultura familiar (Fossá et al., 2020).

Esta política pública, que dá fomento à agricultura familiar e sustentável, começou a ser pensada em 1994, por meio do Programa de valorização da Pequena Produção Rural (Provape), posteriormente, em 1995, foi instituído por meio da Resolução 2.191/1995 o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar-PRONAF, no entanto, apenas em 1996, o programa passou a ser supervisionado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do decreto Federal n.º 1.946, se fazendo então, como programa de governo e a execução do serviço é feito por bancos públicos, privados e cooperativas (Governo Federal, 2024).

Podem acessar o programa:

Os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural, o empreendimento familiar rural, as cooperativas da agricultura familiar que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da DAP ativa ou do CAF Pronaf válido (Governo Federal, 2024).

Suas etapas são:

De posse da DAP ou CAF-Pronaf, o produtor rural pode procurar profissional para orientá-lo ou entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural mais próxima para elaboração de orçamento, plano ou projeto técnico, e o apresentar à instituição financeira em que possui relacionamento.

O produtor deve reter os comprovantes de aplicação na aquisição de insumos e no pagamento de mão de obra, e entregar ao financiador, no prazo de 30 dias os documentos comprobatórios da aquisição dos bens financiados (Governo Federal, 2024).

O Decreto Federal n.º 3991, de 2001, estabelece o que é e quais são as premissas do Pronaf em seus artigos 1 e 3 respectivamente:

Art. 1º O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares (Brasil, 2001).

Art. 3º O PRONAF, que tem por finalidade apoiar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo, poderá:

- I - negociar e articular políticas e programas junto aos órgãos setoriais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais que promovam a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias;
- II - promover a capacitação dos agricultores familiares com vistas à gestão de seus empreendimentos;
- III - disponibilizar linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares;
- IV - contribuir para a instalação e melhoria da infra-estrutura pública e comunitária de apoio às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares;
- V - apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural e a geração de tecnologia compatíveis com as características e demandas da agricultura familiar e com os princípios da sustentabilidade;
- VI - estimular a agregação de valor aos produtos e serviços das unidades de base familiar, contribuindo para a sua inserção no mercado e a ampliação da renda familiar;
- VII - apoiar a criação de fóruns municipais e estaduais representativos dos agricultores familiares para a gestão integrada de políticas públicas (Brasil, 2001).

Em seu artigo 5º, o mesmo dispõe de quem pode ser beneficiário do programa:

Art. 5º Para os efeitos deste Decreto, são considerados beneficiários do PRONAF todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo

naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- II - utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento;
- III - obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;
- IV - residam no próprio estabelecimento ou em local próximo (Brasil, 2001).

Dentro do Pronaf, existem subprogramas que o compõe:

Pronaf Custeio: Financiamento a itens de custeio relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas.

Pronaf Agroindústria: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.

Pronaf Mulher: financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

Pronaf ABC+ Agroecologia: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Pronaf ABC+ Bioeconomia: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.

Pronaf Alimentos: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.

Pronaf Jovem: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.

Pronaf Microcrédito (Grupo B): financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Pronaf Cotas-Partes: financiamento para integralização de cotaspartes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro (BNDES, 2024).

O programa, foi fruto de reivindicações feitas por trabalhadores rurais que ganharam notoriedade com as “Jornadas Nacionais de Luta” (Mattei, 2001), e isso serviu, para os governantes verem a produção familiar e agroecológica, de modo a atribuir recursos financeiros, para que pudessem custear suas produções,

mediante isso, são colocados diretrizes e regras em seu escopo na legislação federal e decreto.

Nestes subprogramas, percebe-se uma abrangência em diversas áreas, se preocupando não só com a produção de alimentos e renda, mas também com a sustentabilidade e a questão de gênero, onde existem muitas mulheres que são agricultoras e precisam de investimentos para alavancar a produção.

Como o programa tem o objetivo geral de gerar emprego e renda, aumentar a produção para melhorar a vida do indivíduo, foram definidos objetivos específicos para seu funcionamento:

- (1) Ajustar políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- (2) Viabilizar a infraestrutura necessária a melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- (3) Elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e gestão social;
- (4) Estimular o acesso dos agricultores aos mercados de insumos e produtos (Mattei, 2001).

Dentro destes objetivos, Mattei (2001), destaca a operacionalização do programa, os quais são infraestrutura e serviços municipais, crédito rural e capacitação. A primeira se refere ao financiamento de obras e serviços, que consiste na elaboração pelo município, de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PMDR), onde será analisado e aprovado pelas instâncias do programa, isso funcionaria como se fosse um plano diretor para identificar onde precisam ser feitas melhorias.

No que concerne ao crédito rural, são feitas linhas de crédito divididos em: Custeio e investimentos normais, crédito rural rápido, crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria, por fim, tem a capacitação, são as formas de ensinar os produtores e produtoras sobre o manejo.

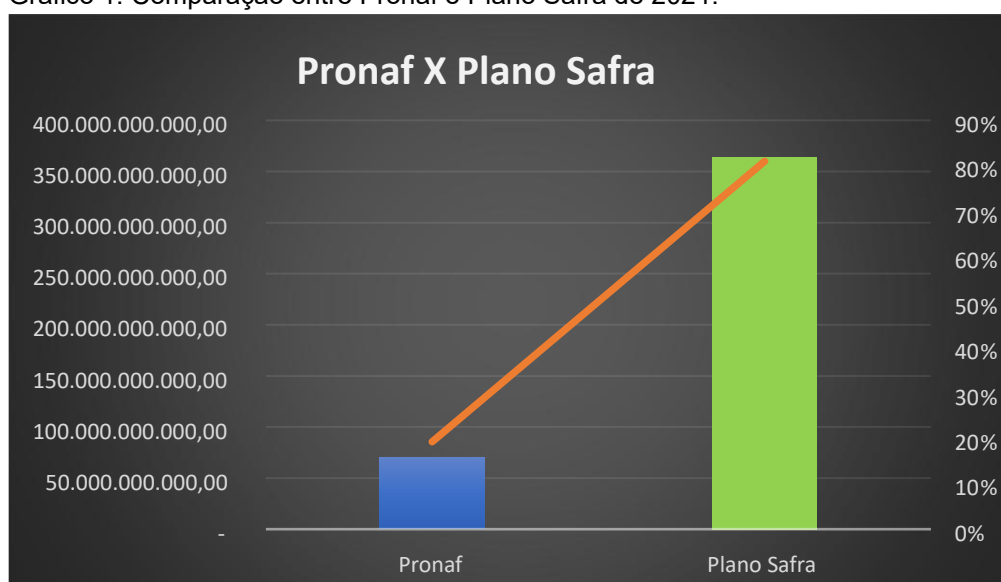
Importante salientar que as diretrizes do Pronaf, tem suas origens na França, com a agricultura familiar no pós-guerra, porém, há algumas diferenças entre Brasil e França, uma delas, é a economia brasileira ser duvidosa, onde a mesma vive oscilando para distribuir desigualmente as verbas para a agricultura familiar, outro fator, é que a modernização da agricultura familiar, ficou a cargo das empresas agrícolas, ao contrário da França, que se manteve na agricultura familiar (Carneiro, 1997).

Neste contexto, nota-se que ao deixar a indústria agrícola “pensar” na modernização da agricultura familiar, estamos colaborando para uma forma

desigual na distribuição da renda, colaborando para a continuidade da miséria, pois, os produtos comercializados pela agricultura familiar nas indústrias, terão um preço menor, dando origem a exploração da mão-de-obra gratuita da agricultura familiar.

Através da análise feita por Grisa et al. (2014), o Pronaf, recebeu mais aporte de dinheiro desde a sua criação, indo de R\$ 650 milhões em 1996, para quase R\$ 16 bilhões em 2012, em 2024, este montante é maior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento-Conab, o valor repassado é de pouco mais de R\$ 70 bilhões (Conab; 2024). Mas em comparação ao plano Safra (Gráfico 1), pertencente ao agronegócio, o valor repassado é de R\$ 364 bilhões, quase 5 vezes maior que o valor destinado ao Pronaf (MAPA, 2024).

Gráfico 1: Comparação entre Pronaf e Plano Safra de 2024.



Fonte: O Autor (2024).

A autora, mostra que expansão do recurso destinado ao programa, se deve a fatores como: Flexibilização de regras financeiras; mudanças institucionais que diversifiquem o público da agricultura familiar; outras atividades financiadas pelo programa (que foram retratadas anteriormente), aumento de municípios envolvidos, condições de acesso, aumento da renda para enquadramento de produtores; mais fontes de financiamento e fortalecimento social e econômico da agricultura familiar (Grisa et al., 2014).

Como destaca Guanziroli (2007), o PRONAF, por se tratar de um programa caro para a sociedade (uma vez que o custeio de toda e qualquer política pública

vem de impostos pagos pelos cidadãos), o mesmo deve ser moldado ao longo do tempo, consoante as necessidades dos agricultores familiares, o que de fato ocorre, basta olhar a gama de subáreas citadas anteriormente, o autor ressalta a importância de se aplicar o dinheiro com eficiência por parte dos usuários do programa, no entanto, a afirmação anterior esbarra na falta de assistência ao produtor, junto a isso, o gasto com insumos de fora (adubos e sementes), sendo assim, fica complicado exigir que o produtor utilize os recursos com eficiência.

3.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar- Pnae

Primeiramente, antes deste programa ser concebido, o Brasil contava com a Campanha de Merenda Escolar, que surgiu na década de 1950, através do Decreto Lei n.º 37.106, no entanto, o Brasil recebia alimentos vindos de doações internacionais e assim, repassava os alimentos para os municípios incorporarem na merenda escolar (Dos Santos et al., 2016).

Este programa, é fomentado por conta da fome no Brasil, onde muitas pessoas viviam e vivem em situações deploráveis, no que concerne Josué Castro em seu livro: Geografia da Fome de 1946, ele retrata, que as universidades e o poder público, negligenciavam estas situações e deveria haver estudos que analisassem a questão da fome na sociedade (Silva; Hespanhol, 2023).

Neste contexto Peixinho (2011) diz que:

O mundo começava a sentir as pressões dos fatos, em que milhões de pessoas faleciam por subnutrição devido à escassez de alimentos. O fato de que cerca de dois terços da humanidade viviam num estado permanente de fome, começou a incomodar os governantes, políticos, grandes empresários principalmente aqueles que exploravam nações inteiras para garantir a exportação dos alimentos produzidos no país, com receio de ver os seus lucrativos negócios desabarem (Peixinho, 2011).

Diante desta fala, Silva e Hespanhol (2023), colocam que a elite estaria interessada apenas em seus lucros mediante as comercializações que faziam de seus produtos agrícolas para o exterior, dispensando a temática da fome e desigualdade social, que ainda habita na sociedade brasileira.

O Pnae, antes de conhecermos como ele é hoje, ele tem sua origem ainda no século XX, porém com muitas lacunas em seu funcionamento, o início se deu em 1940, ainda no governo Vargas, quando o Instituto de Nutrição defendia que o governo deveria oferecer merenda nas escolas, mas devido à falta de recursos, não foi possível implementá-la. Em 1950, foi elaborado o Plano Nacional de

Alimentação e Nutrição, chamado Conjuntura Alimentar e Problema da Nutrição do Brasil, aí se fez presente a distribuição de merenda escolar, sob responsabilidade pública (FNDE, 2013).

Neste contexto, apenas o Programa de Alimentação Escolar seguiu, com a distribuição do excedente de leite em pó destinado inicialmente para crianças materno-infantis, financiado pelo atual Fundo das Nações Unidas para Infância Unicef, em 1955 assinou-se o Decreto Nacional n.º 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda escolar, sob responsabilidade do Ministério da educação juntamente com a atual Unicef e outros investimentos internacionais, no ano seguinte, mediante o Decreto federal n.º 39.007, o programa veio com a intenção de tentar promover a merenda escolar em âmbito nacional (FNDE, 2013).

Mediante o Decreto Federal n.º 56.886, o nome foi modificado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar, isso já no ano de 1965, início do governo militar, com investimentos vindos dos Estados Unidos, com programas chamados Alimentos para Paz, Programa de Alimentos para o Desenvolvimento e Programa Mundial de Alimentos, em 1976 este programa era parte dois do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição-Pronan e em 1979 passou a chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar, desde sua origem, até 1933, o programa era centralizado, trazendo para si todas as etapas referentes a efetivação do programa (FNDE, 2013).

Em 1994, houve a descentralização, por meio da lei 8.913, mediante celebração de convênios e distribuição de alimentos para os municípios e sua consolidação veio em 1998 com a Medida Provisória 1784, onde não precisaria de convênios e as tarefas seriam divididas entre secretarias de educação, em 2006, foi obrigado a presença de nutricionista na elaboração do cardápio, além disso, Instituições Federais puderam contar com a distribuição de alimentos (FNDE; 2013).

Em 2009, com a lei federal n.º 11.947 trouxe o Programa Nacional de Alimentação Escolar que conhecemos hoje, com aquisição de alimentos da agricultura familiar de no mínimo 30%, inclusão da educação de jovens e adultos no programa. Em 2013, foi publicada a Resolução FNDE n.º 26, que traz mais inovações no programa fortalecendo o eixo de Educação Alimentar e Nutricional, segurança Alimentar Nutricional e Plano nacional de Combate a Obesidade, em

2020, com apoio de outras instituições e grupos, começou a desenvolver medidas que analisem os riscos de alimentos ultraprocessados (FNDE, 2013).

Em 1979 foi instituído o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, que começou a ser gerenciado em 1998 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não contemplava todas as redes de ensino, mas começou a melhorar em 2009. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), trazido pela Lei Federal n.º 11.947 de 2009, pretende, colaborar tanto com o produtor quanto com os alunos por existirem discentes que não conseguem fazer as refeições em casa, devido às condições financeiras, dessa forma, a escola se torna um ótimo lugar para este discente se alimentar, com produtos vindos da agricultura familiar e camponesa, oferecendo alimentos saudáveis, conforme trazido em seu artigo 4º:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Brasil, 2009).

Suas diretrizes são:

- I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelo

empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (Brasil, 2009).

O Pnae, é destinado aos colégios do ensino fundamental, médio, creches e educação de jovens e adultos, cerca de 30% do valor do Pnae, é destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar (FNDE, 2024) e o valor para cada instituição é variado como podemos observar no gráfico 2.

Gráfico 2: Valor do Pnae.



Fonte: Adaptado FNDE (2024).

Mesmo durante a pandemia de Covid-19, que ocorreu em 2020, foram colocados alimentos a disposição dos responsáveis pelos estudantes, para alimentar a família, tendo em vista a situação de calamidade pública que o mundo enfrentou (FNDE, 2024), para ter acesso ao PNAE, o agricultor deve ter em mãos a Declaração de Aptidão (DAP), que também dará acesso ao crédito do Pronaf (Governo Federal, 2024).

De acordo com o Governo Federal, a verba repassada ao programa, se destina a atender cerca de 40 milhões de estudantes matriculados em redes de

ensino ou instituições filantrópicas mantidas pelo governo federal, estadual e municipal, para acessá-lo, o estudante deve estar matriculado nas redes públicas de ensino, por meio do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mediante este Censo, o FNDE faz o cálculo para saber o montante que deve enviar para o programa (FNDE, 2024).

Os alunos, possuem acesso aos alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar, respeitando inclusive a regionalidade, através do consumo de alimentos provenientes da própria localidade, além disso, é um aprendizado para os discentes, em saber que determinado alimento, é produzido e pode ser nativo de uma determinada região (Rossetti et al., 2016).

Entretanto, por mais que o Pnae seja considerado um ótimo programa desenvolvido pelo governo federal, ele possui limitações, uma delas são as exigências legais e sanitárias, o que leva ao produtor(a) a não conseguir novos arranjos produtivos (Rossetti et al., 2016), ou seja, investimento em locais para armazenagem e tratamento dos produtos que estejam conforme as normas, dependendo do poder aquisitivo do (a) produtor(a), ficará difícil comercializar para o programa, ou até mesmo a qualidade do produto, caso o produtor(a), não possua orientações e assistências.

Outro ponto determinante para o estabelecimento do Pnae, é a logística de transporte, muitos produtores não possuem caminhão para entrega e contam com difícil acesso, caso terceirize o frete, fica mais caro, tendo pouco retorno financeiro de suas vendas, segundo Baccarin (2011), os editais de chamadas públicas, queriam 58% de produtos de origem animal, o que ficaria difícil para os produtores, tendo em vista as normas sanitárias, o que causaria outro gargalo no PNAE (Baccarin, 2011 *apud* Camargo et al., 2013).

Tendo por base o que os autores apresentam, nota-se que o programa, tem muito potencial para auxiliar os agricultores e agricultoras familiares, no entanto, precisa de mais verba e adoção de outras medidas que viabilizem o uso do programa para todos os que desejem participar, caso contrário, o Brasil perderá muitos produtores agroecológicos, principalmente se eles e elas conseguirem alguma forma para exportar seus produtos orgânicos.

De acordo com Santos et al., (2022), o programa em questão, é muito importante não só para crianças e adolescentes em fase escolar, porque propicia

uma nutrição melhor para eles, mas também para os produtores, por incentivar a sustentabilidade, através da compra por parte do programa de produtos oriundos da agricultura familiar, esta afirmação, certamente é válida, principalmente na pandemia mencionada anteriormente, onde existiam (e ainda existe) alunos e alunas da rede pública, que ficaram muitas vezes sem as refeições, diárias, devido ao fechamento temporário das escolas.

Através do que foi mencionado pelos autores durante o capítulo, percebe-se a importância do Pnae na vida do agricultor e dos discentes, muito do que o programa é hoje, deve-se a descentralização do mesmo, com várias secretarias direcionando e fiscalizando recursos para aquisição de alimentos no âmbito escolar e compra de produtos da agricultura familiar de no mínimo 30%, foi observado que sua evolução, foi se adaptando às necessidades dos usuários, mas ainda assim, precisa ser modificado, atendendo as demandas atuais da sociedade, que ainda passa por episódios de fome e miséria, a depender do governo em questão.

3.5 Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

No ano de 2023, entrou em vigor a Lei Federal nº 14.628, que trata do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), que permite incentivar a agroecologia, a economia dos povos tradicionais, incentivar hábitos alimentares saudáveis, fomentar a produção e reduzir as desigualdades (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023).

Esta lei, abrange a pesca e a coleta de produtos da floresta, principalmente povos ribeirinhos, que vivem da pesca para alimentar suas famílias, que por vezes costumam vender seus produtos para atravessadores, recebendo muito abaixo do que realmente vale, levando a família a ser escrava do atravessador, enquanto o mesmo vende as mesmas mercadorias com valores mais elevados, para estabelecimentos como hotéis, restaurantes, etc.

Vale ressaltar, que o PAA foi instituído no ano de 2003, com a Lei Federal nº 10.696, no âmbito do programa Fome Zero, que começou a ser esboçado em 2001, por meio de uma política de segurança alimentar e nutricional, com a participação das Organizações Não Governamentais-ONGs, movimentos sociais, sindicatos, organizações populares e institutos de pesquisa. A Proposta, apresentava 3 perspectivas que contribuíam com a fome no Brasil: O poder aquisitivo da população, a ideia malthusiana sobre o aumento de pessoas, escassez de comida e por fim, a

estrutura inadequada na distribuição e comercialização de alimentos, ou seja, havia muito desperdício e isso também encarecia os produtos, com base nisto, em 2003 lança-se o Fome Zero (Vinha; Schiavinatto, 2015 *apud* Instituto Cidadania, 2001).

Neste contexto, no programa Fome Zero, a União fez parcerias com estados, municípios, sociedade civil e organizações para o alimento chegar à mesa de quem mais precisa e fortaleça a agricultura familiar e camponesa (Vinha; Schiavinatto; 2015).

Posteriormente, houve mudanças, consoante as trocas de governo, tanto que em 2011, pela também Lei Federal n.º 12.512, posteriormente em 2021, foi instituído o Programa Alimenta Brasil pela Lei Federal n.º 12.284 e o que vigora é atualmente a Lei Federal n.º 14.628/2023 (Secretaria de Comunicação Social; 2024). Juntamente com esta lei, existe outro dispositivo que é o Decreto Federal n.º 11.802 de 2023, que dispõe sobre a regulamentação do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Contudo, a Lei que instituíra o Fome Zero, acabou substituída pela Lei Federal n.º 12.512 de 2011, onde a mesma incentivava a agricultura familiar e era integrada ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, onde a mesma promovia a agricultura familiar, criação de estoques para abastecer pessoas em vulnerabilidade e criação de circuitos locais de abastecimento alimentar (Peixoto; Oliveira, 2015).

O PAA, tem como enfoque a política agrícola e a segurança alimentar e nutricional, a soberania alimentar. Segundo os movimentos camponeses, está relacionada com a decisão do indivíduo em escolher aquilo que ele quer consumir, bem como o seu modo de cultivo. No aspecto nutricional, aborda a questão de quantas refeições as pessoas estão fazendo diariamente, desta forma, o PAA, tenta minorar estas desigualdades, onde alguns têm o que comer e outros não (Facco; Gómez, 2016).

Segundo o Governo Federal (2024), o PAA destina-se a:

Agricultores familiares, incluindo assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e as entidades que prestam assistência ou serviços às mesmas, que recebem a doação dos alimentos (Secretaria da Comunicação Social, 2024).

Funcionando da seguinte maneira:

O programa pode ser executado pelos estados e municípios com recursos do MDS ou pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com recursos disponibilizados pelo MDS e MDA. Os produtos são adquiridos a preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais. São cinco modalidades ofertadas: Compra com Doação Simultânea; PAA-Leite; Compra Direta; Compra Institucional e; Apoio à Formação de Estoques. Entre as novidades da atual versão do programa está o aumento no valor individual que pode ser comercializado pelas agricultoras e pelos agricultores familiares, de R\$12 mil para R\$15 mil, nas modalidades Doação Simultânea, Formação de Estoques e Compra Direta. O agricultor pode acessá-las simultaneamente de maneira individual ou por meio de organizações associativas das quais façam parte do quadro societário (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023).

Os agricultores podem participar da seguinte forma:

- a) O PAA é executado através de **Termos de Adesão** firmados com Estados e Municípios ou através de **repasse de recursos** para execução pela Companhia Nacional de Abastecimento-Conab.
- b) Participar como **fornecedor do programa**: O agricultor familiar deverá ser detentor de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP e estar atento aos editais lançados por Estados e municípios e pela Conab.
- c) Participar para **receber alimentos**: As entidades participantes precisam pertencer à rede socioassistencial, pública ou privada, à rede pública ou filantrópica de ensino, à rede pública de saúde ou ser reconhecida como equipamento de alimentação e nutrição tais como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023).

No tocante aos beneficiários, existe em seu Decreto 11.802/ 2023:

- Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:
- I - Beneficiários consumidores:
 - a) pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
 - b) pessoas atendidas:
 - 1. pela rede socioassistencial;
 - 2. pelos equipamentos públicos e sociais de alimentação e nutrição; e
 - 3. pelas redes públicas e filantrópicas de ensino e de saúde;
 - c) pessoas que estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais ou em unidades de internação do sistema socioeducativo; e
 - d) pessoas atendidas por ações de alimentação e nutrição conforme estabelecido pelo Grupo Gestor do PAA (Brasil, 2023).

No que se refere aos valores destinados ao PAA, tem em seu artigo 6º do mesmo decreto:

- Art. 6º A participação dos beneficiários fornecedores e das organizações fornecedoras observará os seguintes limites:
- I - por unidade familiar, até:
 - a) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por ano, nas modalidades:
 - 1. compra com doação simultânea;
 - 2. compra direta;
 - 3. apoio à formação de estoques;
 - b) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por ano, por órgão ou entidade compradora, na modalidade compra institucional; e

- c) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por ano, na modalidade PAA-Leite; e
 - II - por organização fornecedora, por ano, observados os limites por unidade familiar, até:
 - a) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), nas modalidades:
 - 1. compra com doação simultânea;
 - 2. compra direta; e
 - 3. apoio à formação de estoques; e
 - b) R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), por órgão ou entidade compradora, na modalidade compra institucional.
- § 1º A primeira operação na modalidade apoio à formação de estoques estará limitada a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (Brasil, 2023).

Dentro desta mesma lei, entra a Cozinha Solidária, que fornece alimentos gratuitos àqueles que se encontram em situação vulnerável, o programa, assim como o PNAE, destina 30% de sua verba para comprar produtos advindos da agricultura familiar, assim, o governo consegue minorar cada vez mais as desigualdades, alimentando pessoas e promovendo o poder de compra da agricultura familiar, camponeses e povos tradicionais.

Mediante a Lei Federal n.º 14628/2023, o PAA é instituído da seguinte maneira:

- I – incentivar a agricultura familiar, a pesca artesanal, a aquicultura, a carcinicultura e a piscicultura, com prioridade para seus segmentos em situação de pobreza e de pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos em geral, à industrialização e à geração de renda;
- II – contribuir para o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Constituição Federal;
- III – incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, pela pesca artesanal, pela aquicultura, pela carcinicultura e pela piscicultura nacionais;
- IV – promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação do Programa Cozinha Solidária;
- V – apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais organizações da agricultura familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura nacionais;
- VI – fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização da produção da agricultura familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura;
- VII – promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;
- VIII – incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbitos local e regional;
- IX – incentivar o cooperativismo e o associativismo;
- X – incentivar a produção por povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, negros, mulheres, juventude rural e agricultores familiares urbanos e periurbanos nos termos do regulamento;

XI – incentivar a produção agroecológica e orgânica, bem como a adoção de quaisquer práticas associadas à conservação da água, do solo e da biodiversidade nos imóveis da agricultura familiar;

XII – reduzir as desigualdades sociais e regionais brasileiras; e

XIII – fomentar a produção familiar de agricultores que possuam pessoas com deficiência entre seus dependentes.

§ 1º O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

§ 2º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre o regulamento do PAA (Brasil, 2023).

A Cozinha Solidária, tem com objetivo de combater a fome, proporcionando refeições gratuitas para a população, operando através de comunidades, por meio de serviço voluntário, com recursos financeiros obtidos por doação, situando-se em locais estratégicos em territórios vulneráveis, funcionando por meio de entidades gestoras, sendo empresas privadas sem fins lucrativos (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023).

De fato, segundo a Agência Brasil (2024), em 2023, o Brasil possui cerca de 27% de lares com insegurança alimentar, desta forma, programas como este, tem grande importância na vida destas famílias e no governo federal, que busca a cada ano, minorar a situação de insegurança alimentar no país.

Dentre outros pontos positivos se encontram a oferta dos produtos pelas organizações e instituições que disponibilizam o alimento, a variabilidade dos produtos, onde o produtor(a), através dos recursos, pode investir em melhorias e aumento da área de produção de alimentos e o resgate aos hábitos alimentares regionais, através da disponibilização de alimentos de uma determinada região, mantendo o aspecto cultural e territorial (Vinha; Schiavinatto, 2015).

Olhando por este enfoque do PAA, o mesmo ajuda tanto os produtores e produtoras, como os indivíduos que não conseguem ao menos fazer uma ou duas refeições diárias, este programa consegue promover a agricultura familiar, comprando seus produtos e distribuindo em locais subvencionados pelo governo, aumentando a renda da família, gerando alimentos de qualidade e muitas vezes, próximo às pessoas (Marioto, 2013).

Um mecanismo importante de ser abordado, é o Cadastro Único do governo federal, que auxilia na mensuração de famílias que estão em situação de insegurança alimentar, o cadastro, possui informações de escolaridade, renda familiar (de até 3 salários mínimos), moradia, trabalho etc., além disso, serve como

porta de entrada para a família conseguir acessar outros programas do governo federal, municipal e estadual (Silva; Hespanhol, 2019).

Com isso, observa-se que ao longo dos anos, o referido programa, passou por diversas mudanças, iniciou como Fome Zero, foi posteriormente substituído pela Lei 12.512 de 2011, com outras mudanças tentando acompanhar as necessidades da sociedade e por fim em 2023, com a criação da lei 14.628, estabelecendo mais diretrizes, incluindo alimentos processados, industrializados e *in natura*, promovendo além da agricultura familiar, povos tradicionais.

Em análises de alguns autores consultados, pode-se perceber que a fome se relaciona primordialmente com a desigualdade social, onde se verifica que muitas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade alimentar, são pobres, possuindo pouca ou nenhuma renda, com isso, as políticas públicas, como o PAA e outras mencionadas no capítulo, tem o objetivo de estabelecer a redução da desigualdade, sendo um dos preceitos constitucionais (Marioto, 2013).

O autor também pontua que não basta ao produtor somente o acesso à terra, deve-se propiciar meios que o leve a atender os mercados locais/regionais, levando alimento à mesa da sociedade e permitindo que ele diversifique sua produção, trabalhando com mais variedades alimentícias, tendo em vista que alguns autores, como Gomes e Bastos (2007) e Veloso (2011), criticam a falta de diversidade dos produtos, se atendo em arroz, feijão e mandioca.

Em contrapartida, Batista et al., (2016), evidencia que esta política pública, colabora com a permanência da família no campo, através da renda obtida com o comércio de seus produtos, além disso, ajuda-nos a compreender o papel do Estado na sociedade civil, via estudos e criação de programas em âmbito rural que propicie uma vida digna a produtores e sociedade.

No tocante a benefícios, a compra pública por dispensa de licitação, foi algo inovador que o PAA trouxe consigo, outra vantagem, é o preço da produção, a fim de garantir preços mínimos, mas com valores de mercado regionalizado, proporcionando ao agricultor mais uma segurança maior, caso haja queda de preço e para o consumidor, quando ocorre escassez do produto (Grando, 2019).

Para Silva e Oliveira (2018), o PAA, contribui para que os produtores e produtoras, utilizem de seus conhecimentos tradicionais para produzirem suas cultivares, além disso, permite que os mesmos comercializem para os mercados

consumidores e não apenas para si e alguns clientes, devido às mudanças que ocorrem na legislação desta política pública ao longo dos anos.

Já para Silva e Hespanhol (2019), a inclusão a partir de 2011 da mulher no PAA, é um avanço, pois a mulher pode ser independente, tendo dinheiro para ela, deixando de ser submissa ao homem, que por vezes tem de pedir autorização para compra de objetos ou qualquer coisa que a mesma deseje, sem falar, que há situações em que a própria mulher é a chefe da família, seja por divórcio ou falecimento do cônjuge, desta forma, torna-se imprescindível a participação da mulher na presente política pública.

3.6 Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- Pnapo

Outro programa instituído pelo governo federal, em apoio à agricultura ecológica, é a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), este programa, iniciou-se mediante a 4ª Marcha das Margaridas em 2011, onde produtores e produtoras rurais reivindicavam medidas de incentivo à produção orgânica (Araújo, 2020), com isso, em 2012 instituiu-se a Lei 7.794 de 2012, que tem por diretrizes:

- I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
- II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bemestar de proprietários e trabalhadores;
- III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
- IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006 ;
- V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
- VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e
- VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. (Brasil, 2012).

Além de instrumentos como:

- I - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO;
- II - crédito rural e demais mecanismos de financiamento;
- III - seguro agrícola e de renda;
- IV - preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;
- V - compras governamentais;
- VI - medidas fiscais e tributárias;
- VII - pesquisa e inovação científica e tecnológica;
- VIII - assistência técnica e extensão rural;
- IX - formação profissional e educação;
- X - mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; e
- XI - sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica. (Brasil, 2012).

O Pnapo, começou a ganhar mais atenção do governo depois da Conferência Rio+20 em 2012, cujo objetivo, foi discutir a sustentabilidade do planeta, diante disso, foram propostas maneiras de promover a soberania alimentar, agroecologia e melhor uso dos recursos naturais, com isso, foi estabelecido temas importantes como: Combater o uso de agrotóxicos e o uso de madeiras clandestinas apreendidas para construir casas populares (Barcellos, 2012).

O referido programa, visa reduzir o manejo convencional e transgênico iniciado com a Revolução Verde, através desta política pública, os agricultores são incentivados a trabalhar com o manejo sustentável, evitando insumos químicos como herbicida, pesticida e outros produtos, além de sementes modificadas (Sambuich et al., 2017).

O mesmo, se originou mediante a Articulação Nacional de Agroecologia-ANA, fundado em 2002, com auxílios dos Encontros Nacionais de Agroecologia-ENA, que estabelecia diretrizes para impulsionar, o manejo agroecológico no país, tendo como participantes, grupos como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, Confederação nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar-FETRAF e Movimento Feminista, que criticavam o manejo transgênico e convencional e propunha medidas para a agricultura mais ecológica (Chechi, 2017).

Mediante os movimentos sociais, é importante frisar que a comunidade indígena não e fez presente nesta luta, para contribuir com suas ideias a respeito de seu território e como fazer para esta política pública adentrar no território

indígena e estabelecesse meios para que a comunidade também se beneficiasse destas conjunturas (Binotti, 2018).

É importante ressaltar, que o Pnapo, tem seus desdobramentos no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica -Planapo, instituído em 2013, responsável por objetivos como:

Eixo 1 – Produção

Objetivo 1 – Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/ as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.

Eixo 2 – Uso e Conservação de Recursos Naturais

Objetivo 2 – Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.

Eixo 3 – Conhecimento

Objetivo 3 – Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio.

Eixo 4 – Comercialização e Consumo

Objetivo 4 – Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e promover a ampliação do consumo de tais produtos.

Eixo 5 – Terra e Território

Objetivo 5 – Garantir o acesso à terra e a territórios, como forma de promover o etno desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Eixo 6 – Sociobiodiversidade

Objetivo 6 – Promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.
Objetivo 7 - Apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo (Secretaria Geral, 2024).

Com isso, o Planapo tem o objetivo de fomentar a produção orgânica, servindo de instrumento de operacionalização do PNAPO, ou seja, seria uma forma de descentralizar o mesmo, a fim de garantir um melhor funcionamento desta política pública (Alves, 2019). No entanto, Araújo (2020), pontua que a falta de informações a respeito de fornecimento de créditos para os produtores, contribui para falhas nesta política pública.

Porém, o Pnapo sofreu grande interferência com a edição do Decreto federal n.º 9784 de 2019, pois o Conselho e a Comissão e outras instâncias foram extintos, devido à ideologia política do governo em questão no ano de 2019 a 2023 (Rocha Neto, 2022). Neste âmbito, Chechi (2017), também critica a ideologia política em

relação ao PNAPO e a relação de poder que há em relação ao agronegócio “ditar” o que o governo deve fazer em relação à agricultura, ora, é só observar os pacotes para o agronegócio.

Além disso, são pontuados alguns possíveis problemas como a questão da reforma agrária, infraestrutura e manejo socioambiental, recursos (uma vez que a lei orçamentária prevê mais recursos ao agronegócio do que para a agroecologia), acesso ao crédito, medidas de monitoramento e fiscalização relativos ao uso de transgenia e agroquímicos em propriedades vizinhas, etc. São algumas das possíveis causas que podem acarretar dificuldades na implementação do Pnapo (Barcellos, 2012).

Os desdobramentos, se fizeram e se fazem necessários para a continuidade das pessoas no campo, também contribuindo para a segurança e soberania alimentar das pessoas tanto rurais quanto urbanas, através de merenda nas escolas, Cozinha Solidária e outras intervenções governamentais que garantam refeições para a população.

No contexto dos movimentos sociais e comunidades tradicionais citados pelos autores neste capítulo, estes, precisam de incentivos governamentais para conseguirem produzir alimentos para a sociedade, onde as políticas públicas não são efetivas (como será observado nos próximos capítulos), a população tende a desistir do campo e ir para a cidade, contribuindo muitas vezes para a favelização.

Por meio de políticas públicas como Pnapo, é possível notar a proteção das comunidades tradicionais e movimentos sociais, com o respeito a seus conhecimentos e formas de manejo, tratando das territorialidades e do simbolismo que os mesmos representam por meio das festas e formas de manejar a terra, além das crenças, que se fazem presentes nas comunidades tradicionais camponeses, faxinalenses e quilombolas vistas a seguir.

3.7 Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural PRONAMP

Como o próprio nome diz, o programa permite dar suporte ao médio produtor, sendo aqueles cuja propriedade possui uma área entre 5 a 14 módulos fiscais, sendo cada módulo, correspondente a 12 ha no Paraná, o referido programa financia proprietários, arrendatários, posseiros ou parceiros, com renda de até R\$

2 milhões por ano, para conseguirem investir em melhorias na sua propriedade e adquirir insumos e maquinários (Brinker, 2019).

O crédito rural, teve seu início no século XVI, ligado a economia açucareira, no século XIX, esteve ligado ao café, pois os produtores necessitavam de financiamentos para investir na cultura, com isso, comerciantes e bancos desempenharam este papel (Copetti, 2008 *apud* Coladini, 2014, p.7) posteriormente, no Governo Getúlio Vargas, foi lançado a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial-CREAI, que era utilizado para investimento na produção agropecuária (Massuquetti, 1998 *apud* Coladini, 2014, p 7).

Mas em 1960, o rural vivia um certo atraso, por conta de sua estrutura agrária ser fraca, com isso, a pobreza começava a se estabelecer (Massuquetti, 1998 *apud* Coladini, 2014, p. 7). Certamente, se a política de créditos rurais não existirem, o produtor estará condenado à miséria, pois o mesmo, não terá condições de investir em sua propriedade.

Isso permaneceu ao longo da década de 1960, até que foi criado o Sistema de Nacional de Crédito Rural-SNCR, que permaneceu até 1980 (Copetti, 2008 *apud* Coladini, 2014, p.7). Em 1983, A assembleia da Organização das Nações Unidas-ONU, colocou o meio ambiente em pauta, para que os créditos também auxiliassem os produtores neste aspecto, colaborando para uma agricultura mais sustentável (Layragues, 1997; Brüseke, 1994 *apud* Coladini, 2014).

O Pronamp, iniciou se em 2010, alterando o programa de Geração de Emprego e Renda Rural-PROGER, para atender as demandas dos médios produtores rurais (Bianchini, 2015 *apud* Vilagram et al., 2023), o programa trabalha em duas modalidades: O custeio, para cobrir custos produtivos e o investimento, é responsável pela manutenção da propriedade e investimento em maquinários e tecnologia (Scapin, 2021 *apud* Vilagram et al., 2023).

Conforme o Banco Nacional do Desenvolvimento, podem solicitar o Pronamp, proprietários de terra, posseiro, parceiro ou arrendatário que tenha 80% de sua renda bruta anual, oriunda de atividades agropecuárias e extrativismo vegetal e a renda não ultrapasse R\$ 3 milhões, o juro é prefixado em 8% ao ano (BNDES, 2024).

O Programa, é dividido em financiamento, onde são destinadas verbas para melhorias da infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, plantio,

reflorestamento, adoção de práticas sustentáveis, reformas, etc. Já o custeio, é destinado à pecuária e custeio agrícola, com a produção (BNDES, 2024).

Verifica-se no contexto das políticas públicas para agroecologia apresentadas neste capítulo, que o início se deu com movimentações por parte de movimentos sociais destinados à produção orgânica, exigindo mais condições de produzir seus alimentos de forma mais sustentável, algo que foi se desenvolvendo e ganhando notoriedade em meados do século XXI, tendo em vista que as algumas foram iniciadas na década de 1990.

Vale pontuar, que as políticas públicas em detrimento da agroecologia e insegurança alimentar, que embora tenham um arcabouço enorme para tentar abranger todas as pessoas, elas não conseguem atender 100% da população, que será verificada em outros capítulos, onde produtores entrevistados relatam a falta de incentivo das políticas para a agroecologia.

Neste quesito, Ataídes (2017), coloca que há um certo coronelismo, que vem desde os primórdios do Brasil, onde oligarcas mandavam e desmandavam no país, elegendo políticos e trocando favores, com isso, a concentração fundiária na mão de poucos, tornou-se algo comum, não obstante, vemos produtores com extensas áreas de terra, a depender da política retratada por Haesbaert (2004), a mesma, pode ser utilizada para beneficiar aqueles que os líderes do governo querem, deixando de lado as políticas públicas a favor da sociedade.

A autora ainda vai além, coloca que esta forma de pensar políticas públicas, torna o país cada vez mais atrasado, certamente, mediante a análise em questão, quando uma nação se sustenta fazendo pouco caso dos problemas fundiários e desigualdade social, o desenvolvimento econômico, sustentável e social, se torna uma utopia, consequentemente, a vida neste país pode se tornar menos próspera e complicada.

Em Ponta Grossa, estão elencadas na tabela abaixo, quais são as políticas públicas de incentivo à agricultura orgânica, em âmbito estadual e municipal.

Tabela 13: Comparativo entre Ponta Grossa e Paraná em Políticas públicas.

Programa	Ponta Grossa Valor repassado em R\$	Número de produtores atendidos	Paraná Valor repassado em R\$
PAA	477.290,96	32	X
PRONAMP (Custeio e Investimento)	39.094.321,51	125	8.132.684.134,68
PNAE (Descentralizado e Centralizado)	R\$ 7.216.990,61	X	307.078.225,02
PRONAF	1.336.382,92	36	32.538.457.851,89
PNAPO	X	X	X
Feira Verde	1.851.000,00	91	X
Total	49.975.986,00	284	40.978.220.211,59

Fonte: Prefeitura de Ponta Grossa, Seab (2024).

Nota: X, Significa ausência de dados.

Vale lembrar, que o Pronamp e o Pronaf de Ponta Grossa, no que diz respeito ao número de produtores, estes estão distribuídos em número de operações, sendo 25 em custeio e 11 em investimento, totalizando 36, já o Pnae, tem o montante dividido na Agricultura familiar somando R\$ 1.367.581,56, centralizado que soma R\$ 2.341.297,39 e descentralizando com o total de R\$ 3.508.111,66 (Seab, 2024).

Outras iniciativas do município de fomento à agricultura orgânica e segurança alimentar, são as hortas comunitárias, que no município de Ponta Grossa, é denominada Horta em Casa, onde são utilizados a própria residência do indivíduo ou condomínio, que disponha de uma área para isso. Esta prática, é voltada para a agricultura de subsistência nestes locais, o excedente é comercializado para melhorar a renda das famílias que ali produzem, a assistência é feita pela própria Prefeitura (Prefeitura de Ponta Grossa; 2024).

Alguns preceitos da Horta em Casa devem ser seguidos conforme a tabela 14 abaixo:

Tabela 14: Premissas do Feira Verde.

Os voluntários devem compartilhar a colheita.
A gestão da horta deve ocorrer de forma inclusiva e colaborativa.
A agroecologia e a permacultura devem ser seguidas, como fundamento para cultivar.
Jamais será utilizado agrotóxicos.
As atividades devem ser gratuitas para a sociedade ter acesso.

Fonte: Adaptado da Prefeitura de Ponta Grossa (2024).

Este programa, visa a distribuição de mudas para residentes que desejem receber as mesmas, além disso, as escolas do município também são atendidas, a distribuição é feita a cada 3 meses e a quantidade é entre 100 a 120 mudas, a depender do espaço que cada residência possui, para participar, é necessário que o líder da comunidade ou presidente da associação de moradores do bairro, procure a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento-SMAPA, até o ano de 2022, foram realizadas 154.231 distribuições de mudas, beneficiando 1.540 famílias e 35 comunidades (Prefeitura de Ponta Grossa 2024).

Já o programa Feira Verde, onde são estabelecidas trocas de materiais reciclados por hortifrúti, cujos objetivos são promover a agricultura familiar, contribuir na educação ambiental e auxiliar na alimentação, a aquisição dos alimentos funciona da seguinte forma (Tabela 15).

Tabela 15: Funcionamento do Feira Verde do município de Ponta grossa.

A cada 20 kg de material reciclado e mediante aprovação do cadastro, o indivíduo tem direito a uma carga de gás de cozinha (Máximo de 02 cargas por ano)
Cada 3 kg de material reciclado, o indivíduo recebe 01, crédito em bilhete eletrônico para o transporte público.
Cada 3 kg de material reciclado, pode ser trocado por meia dúzia de ovos (Máximo 1 dúzia por troca).
Cada 3 kg de material reciclado, pode ser trocado por 1l de leite (Máximo de 2l por troca)
Cada 3 kg de material reciclado, cada indivíduo recebe 1 kg de alimento.

Fonte: Adaptado, Prefeitura de Ponta Grossa (2024).

Os produtos disponibilizados, são mediante a sazonalidade, são provenientes da agricultura familiar e assentamentos e o máximo de materiais reciclados que são aceitos, é de 90 kg por pessoa. O programa nasceu em 2007 e conta atualmente com 4 associações recicladoras, 209 pontos de troca e 5000 famílias atendidas por mês (Prefeitura de Ponta Grossa, 2024).

Em 2024, segundo a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o programa conta com 91 produtores, as compras são realizadas de março a dezembro e aceita apenas produtos que tenham peso, excluindo folhosas como alface, mostarda, agrião, entre outras. Cada família produtora recebe 20 mil reais por ano, mas fala-se em 40 mil em 2025. O município, também conta com feiras livres, onde o interessado comparece à Prefeitura, faz o cadastro e ganha um espaço para poder comercializar seus produtos.

As feiras, acontecem na quarta-feira e no sábado, no entanto, estes produtos não são orgânicos, são convencionais, além disso, no espaço cedido, há poucos produtores, sendo destinada também as donas de casa que fazem pão ou artesanato para comercializar.

Segundo C. (Engenheiro da Prefeitura), estes produtores são convencionais, por conta de estarem próximos de grandes fazendeiros, que utilizam agrotóxicos nas lavouras, com isso, não há como ser orgânico, isso acontece com os produtores de Uvaia e até mesmo o Acampamento Emiliano Zapata, que estão

inseridos em áreas próximas a grandes propriedades que utilizam o manejo convencional com agrotóxico.

Outro ponto que C. ressaltou, é a presença de atravessadores no fornecimento de produtos para feira verde e Pnae municipal, isto se deve a escassez de produtores e produtos, principalmente sazonais, este atravessador, nem sempre é produtor, mas consiste em um indivíduo que adquire produtos das Centrais de Abastecimento-Ceasa e repassa para feiras e programas como o Pnae.

Segundo a Prefeitura de Ponta Grossa, isto pode ser visto com maus olhos, mas para evitar a falta de produtos, bem como maior diversidade dos mesmos, é realizada uma parceria com atravessadores, sendo assim, as disputas por políticas públicas, estarão entre produtores e atravessadores, onde este último será mais beneficiado, pois não precisa se preocupar com o manejo e sim com a compra de produtos mais baratos na Ceasa.

Pode-se depreender, mediante os dados das políticas públicas e a entrevista realizada na prefeitura, que o município tem poucos programas de promoção para engajar a produção agroecológica, da mesma forma o estado e a federação, que mais a frente será visto, como isso se traduz nas propriedades.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES

4.1 Agricultura Familiar no município de Ponta Grossa: Definições, características e desafios do manejo

A agricultura familiar, é classificada por meio de seu espaço de produção, individual ou coletivo, chamado Unidade Familiar de Produção Agrária-UFPA, a qual é definida da seguinte maneira pelo Decreto Federal N.º 9064/2017:

I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele (Brasil, 2017).

Além disso, o decreto também pontua outras definições:

II - família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA;

III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei;

IV - módulo fiscal - unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

V - imóvel agrário - área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinada à atividade agrária; e

VI - empreendimento familiar rural - empreendimento vinculado à UFPA, instituído por pessoa jurídica e constituído com a finalidade de produção, beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado exclusivamente por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF; e

VII - formas associativas de organização da agricultura familiar - pessoas jurídicas formadas sob os seguintes arranjos:

a) cooperativa singular da agricultura familiar - aquela que comprove que o quadro de cooperados é constituído por, no mínimo, cinquenta por cento de agricultores familiares com inscrição ativa no CAF;

b) cooperativa central da agricultura familiar - aquela que comprove que a soma dos agricultores familiares com inscrição ativa no CAF constitua mais de cinquenta por cento do quantitativo de cooperados pessoas físicas de cooperativas singulares;

c) associação da agricultura familiar - aquela que comprove a totalidade das pessoas jurídicas associadas com inscrição ativa no CAF e, no caso de pessoas físicas associadas, que comprove que o quadro é constituído por mais da metade de agricultores familiares com inscrição ativa no CAF (Brasil, 2017).

Já o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, é realizado pelo produtor(a) no próprio município, isso serve para que o mesmo(a) possa acessar políticas públicas para a agricultura familiar (Pimentel et al.; 2021).

Em se tratando da agricultura familiar, alguns autores como Guanziroli et al., 2001, destaca que:

A direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Foi estabelecida uma área máxima regional para cada região do Brasil como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares que considere as enormes diferenças regionais para evitar que grandes latifúndios improdutivos sejam incluídos no universo de unidades familiares (Schmitz e Mota, 2008 apud Guanziroli, 2001).

Importante lembrar, que esta é uma opinião do autor, no entanto, a lei vai ditar outras medidas para que se defina a agricultura familiar, ainda para Schmitz e Mota (2008), a agricultura familiar é diferente das europeias, onde as casas são feitas nos estabelecimentos, dificultando o deslocamento. Além disso, Schmitz e Mota (2008), vai mencionar 5 nomes para a agricultura familiar não patronal, que seria o campesinato, agricultura familiar, produção familiar rural, pequena propriedade e produção coletiva (familiar), já o termo posseiro, se refere aquele que não possui o documento da terra e o trabalhador rural, é uma linguagem mais sindicalista.

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar, é basicamente definida como a propriedade trabalhada e administrada pela família, ao existirem mais detalhes que a define, sendo este conceito mais genérico. Já o campesinato, vem com a premissa de produzir para a sua segurança alimentar e comercialização do excedente, com a mão de obra mais rudimentar, utilizando os membros da família para compor a força de trabalho Chayanov (1974), quanto mais filhos os camponeses tinham, mais mão-de-obra teriam, de fato, esta definição de camponês, se dá no contexto mais antigo, hoje, devido à tecnologia, observa-se que o campo não necessita de muitas pessoas para laborar, exceto quando a declividade do terreno não permite o uso de maquinários, a depender da condição financeira do produtor.

Por esta definição, existem semelhanças entre agricultura familiar e camponesa, pois, ambas usam a força de trabalho familiar, podem possuir a mesma metragem de terras, o manejo é parecido, no entanto, os conhecimentos tradicionais podem surgir no campesinato e se ausentarem em alguns casos na agricultura familiar, principalmente nas propriedades particulares e outros detalhes que estão presentes em uma e outra não, isso ocorre, quando o capitalismo se faz

presente e o produtor segue o modelo mais industrial de produção, seguindo aquilo que os profissionais prescrevem a ele (Chayanov, 1974).

Em outra definição, a agricultura familiar não estaria restrita apenas ao trabalho executado pela família, mas também, ao patrimônio cultural e material da estrutura familiar (Savoldi; Cunha, 2010, p.25 *apud* IBGE, 2017). Já Martins (2001), mostra que a colaboração da própria família, via doações, é responsável por fazer a manutenção da vida no campo, bem como, o recebimento de bolsas e aposentadorias, o autor ainda salienta a importância de compreendermos a espacialidade e a multiterritorialidade, de modo que a família não “habita” somente seu núcleo interno, ela também vai para fora, se relacionando com a cidade (Savoldi; Cunha, 2010, p.25 *apud* IBGE, 2017).

O parágrafo anterior fica bem definido, quando o autor fala no estabelecimento de redes, onde o agricultor familiar irá comercializar seu produto, certamente, quando nos deparamos com feiras, ali terá uma troca de conhecimento e diálogos sobre a maneira de produção, além da transmissão cultural e das práticas utilizadas por seus antepassados e as simbologias contidas em seus manejos, como calendário lunar, por exemplo.

Ainda na definição, Savoldi e Cunha (2010), a agricultura familiar é definida em 3 níveis: Família Agrícola de caráter empresarial, família camponesa e Família agrícola urbana. A primeira se refere ao agricultor que realmente produz para vender, investindo em máquinas e técnicas mais avançadas, a segunda, tem como premissa a produção e a propriedade familiar, saindo um pouco dessa ideia de mercado, já a terceira, foca na qualidade de vida, comercializando seu excedente, mas com os valores da família camponesa (Savoldi; Cunha 2010 *apud* IBGE, 2017).

Para Abramovay (1990), a agricultura familiar capitalista, é uma criação do Estado, onde o mesmo a molda conforme as características deste modelo econômico, capaz de usar tecnologias e integrar-se ao mercado, isso pode ser percebido, quando a União Europeia cria a Política Agrícola Comum-PAC, visando assistir o agricultor familiar e investir em sua produção, deixando o produto interno mais competitivo e evitando trazer produtos de fora (Contini, 2004).

Para Marques (2008), a afirmação de Abramovay, é excludente, pois aquele produtor que não consegue acompanhar a modernização, acaba ficando de lado, no entanto, a autora poderia mencionar as políticas públicas, que poderiam dar este

aporte financeiro para o produtor adquirir determinados equipamentos e acompanhe a modernidade.

Já Mendes (2005), coloca a agricultura familiar, como algo que vem se moldando ao longo do tempo, por meio de situações, como o vínculo com a terra, tamanho da propriedade, tamanho da família e até mesmo o grau de instrução e tecnologia da mesma, isso vai influenciar no conceito. De fato, basta observar a Chácara Maria Emília que será apresentada, devido ao tamanho da propriedade, recursos financeiros e tecnologia disponível, a mesma conta com outro conceito de agricultura familiar (E. Mendes, 2005 *apud* D. Mendes; E. Mendes, 2023).

No município de Ponta Grossa-PR, a Chácara Maria Emília, que será retratada neste capítulo, ela representa a agricultura familiar do tipo empresarial, que foca em vender seus produtos como se fosse uma empresa, a mesma foi visitada na saída de campo, na ocasião, foi aplicado um questionário, onde foram feitas inicialmente 10 perguntas, abordando questões da propriedade, como documentação do terreno, colaboradores, origem da propriedade, manejo e o entendimento de agroecologia, para que o produtor em questão explicasse seu ponto de vista a respeito desta temática, posteriormente, mais 15 questões foram abordadas, discorrendo sobre dados econômicos, grau de instrução e quantidade de produtos.

No decorrer da entrevista, as perguntas foram se desdobrando em outras dúvidas mediante o que o produtor respondia, que foi no tocante a projetos sociais, uso de adubos verdes, criação de abelhas e outros cultivos, como a piscicultura e produção de mel nativo.

A chácara foi escolhida, mediante as pesquisas de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, por ser notável em sua produção orgânica, a mesma dispõe de site na *internet* e conta com reservas de mata nativa em seu entorno, a propriedade pode ser entendida como orgânica, uma vez que cumpre os requisitos de cuidados com o meio ambiente e sociedade, conforme definida no primeiro capítulo da pesquisa, além de usar adubos provenientes das agriculturas, natural e biodinâmica.

Posteriormente, foram visitadas duas chácaras pertencentes a agricultura familiar tipo empresa familiar, localizadas em Uvaia, uma utiliza recursos do Pnae, a outra ainda não foi inserida em nenhuma política pública, mas segue preceitos da

agricultura orgânica, foram visitadas por que costumam comercializar na feira de orgânicos de Ponta Grossa.

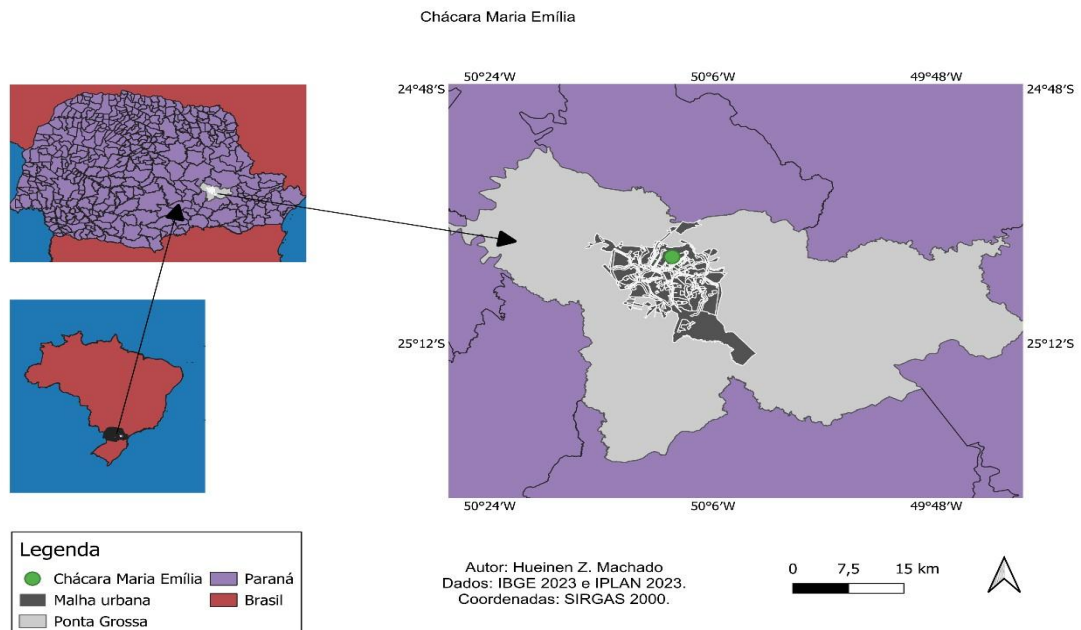
4.2 A Chácara Maria Emília e seu modelo de produção

A presente Chácara está localizada no município de Ponta Grossa-PR (Mapa 2), se trata de uma propriedade particular, ela conta com mata nativa preservada e tem seu manejo de forma orgânica, possuindo uma área de 102 ha aproximadamente, o comércio se dá por meio de delivery (Chácara Maria Emília, 2024), onde o cliente faz o pedido e os colaboradores separam e enviam até a residência.

A propriedade, foi passada de forma hereditária, a mesma fica localizada no centro de Ponta Grossa-PR, desta forma, contribui para o escoamento da produção, de modo que a logística para este local é apropriada, até mesmo para a aquisição de insumos, pois os fornecedores situam-se próximos à chácara, sem contar, que há pavimentação nas intermediações, facilitando ainda mais o transporte.

Já os colaboradores, que totalizam 5 pessoas efetivas, dispõe de instalações sanitárias, um refeitório com produtos da própria chácara, eles possuem seus direitos trabalhistas, com carteira assinada, salários, férias, como dispõe a legislação, laboram em jornada de 40h semanais, com possíveis horas extras, além disso, quando necessário, são realizadas contratações temporárias para atender a demanda, também não há trabalho escravo nem infantil, a família, labora na administração da propriedade.

Mapa 2: Localização da Chácara maria Emília.



Fonte: O Autor (2024).

Neste molde, pode ser observado que a presente Chácara se enquadra no modelo Lamarchiano de produção, que se traduz por uma agricultura familiar tipo empresa, como o próprio nome diz, o funcionamento desta propriedade é igual uma empresa, com funcionários e outros profissionais da área, a fim de maximizar lucros e aumentar a produção.

Segundo o proprietário da Chácara, o início se deu em 2009, começou com a venda de tomates, onde se realizou um teste para verificar se a cultura iria produzir bem, com o bom resultado da experiência, a produção foi aumentando e com o passar do tempo, teve-se a ideia de vender cesta de produtos, mediante a ideia de uma amiga do proprietário, no início, a propaganda foi feita de maneira verbal (boca a boca como diz o proprietário).

Com isso, as cestas são comercializadas para os clientes, além do que é produzido na chácara, também são feitas compras de produtos de terceiros que produzem em outras regiões, estados e até mesmo fora do país, como Chile e Espanha, esta parceria, visa atender a demanda dos clientes em certos produtos,

que porventura não esteja em época aqui no Brasil, ou no município de Ponta Grossa-PR.

Em sua maioria, os produtos vindos de outros produtores são certificados como orgânico, onde o certificado é enviado para a Chácara Maria Emília, para que se possa ter o controle do que está vindo para a comercialização, mas existem produtos no caso dos cogumelos, que são convencionais, os produtos vêm para a Ceasa (Central de abastecimento) e na sequência, para a Chácara.

A certificação, é feita pela Tecpar, que pertencente ao governo do Paraná, onde a mesma avalia os produtos da Chácara Maria Emília, a certificação ocorre duas vezes ao ano, sendo uma agendada e a outra sem avisar, para realmente verificar se há ou possa haver alguma irregularidade, segundo o proprietário, a visita não agendada, garante idoneidade no produto, ao assegurar que não foi utilizada qualquer prática que não seja orgânica.

O proprietário também foi questionado sobre projetos sociais e parceria com escolas privadas e públicas, foi dito que a Chácara, ajuda a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança com Deficiência-APACD, quando ocorre muita produção, o excedente é doado a esta instituição mantida pela prefeitura, que muitas vezes não consegue suprir a demanda da mesma.

O produtor também disponibiliza a chácara para visitação das escolas, onde as escolas tanto públicas quanto privadas, podem visitar a propriedade, de forma que os alunos terão um aprendizado sobre o cultivo orgânico e como este manejo é importante para a saúde do planeta, as escolas públicas, não pagam taxa e os alunos geralmente são do fundamental 1, com cerca de 7 anos.

A agroecologia na educação, mostra como o meio ambiente deve ser preservado, para compreender como que homem e natureza fazem parte um do outro, valorizando os conhecimentos e culturas tradicionais, visando contribuir na formação de crianças, para poderem crescer com a ideia de preservação ambiental e comece a questionar sobre a origem dos produtos, além de ajudar na escola em matérias como ciências e geografia (Baldin; Mello, 2015).

A respeito da cultura e saberes tradicionais, o proprietário disse que cultivava, mas no manejo já é mais técnico, com orientações de uma agrônoma, por se tratar de um plantio comercial, onde a chácara vai funcionar como uma agroindústria por assim dizer, desta forma, o conhecimento técnico na opinião do proprietário, fica mais interessante em relação a produtos artesanais, os mesmos são produzidos,

mas em pouca quantidade, no momento, pelo fato de que o foco é a produção de hortaliças, frutas e legumes, mas não é descartada a hipótese de comercializar doces, geleias e molhos (que no momento é o mais produzido na chácara em se tratando de produto artesanal).

No tocante aos aspectos culturais, o produtor vem de uma descendência alemã, mas não são feitas festas ou comemorações tipicamente alemãs, em contrapartida, são realizados eventos e cursos no local, a respeito de cultivo e manejo de orgânicos, para produtores e pessoas interessadas em saber mais sobre a produção orgânica.

Por fim, quando questionado sobre o que é agroecologia, o produtor disse, que é um conjunto de técnicas com saberes tradicionais e conhecimentos científicos, que servem para melhorar o aspecto do solo, fazendo captação de CO₂ e auxiliando a natureza, pois quando usamos o solo e não o recuperamos, o mesmo pode ficar fraco e infértil.

Na propriedade, no tocante a recursos naturais não há nascente, a água vem de dois poços artesianos e da captação de chuvas em cisternas quando ocorrem estiagem, os poços são utilizados, mas a princípio, a irrigação é feita pela água da cisterna, tornando o custo mais baixo e preserva os poços destinados ao abastecimento das residências.

No que se refere a mata nativa (Imagem 3), a propriedade possui uma área maior do que a lei específica, cerca de 40% da área da propriedade, na reserva, há frutas nativas que podem representar outro nicho de mercado, por ser frutas nativas e o preço elevado, por conta da baixa oferta, mas na chácara Maria Emília, não é o foco da produção, pois o que existe na chácara já consegue suprir a demanda e por conta da colheita ser mais difícil, pois os produtos maduram ao mesmo tempo.

No código florestal disposto pela Lei Federal n.º 12.651/2012 Considerase que:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I – as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta)

a 200 (duzentos) metros de largura;

- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- II – as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com larguramínima de:
 - a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50(cinquenta) metros (Brasil, 2012).

Imagem 3: Mata nativa na Chácara Maria Emília.



Fonte: O Autor (2024).

A mata nativa, respeita uma área maior do que a legislação coloca que é de 20% da área total da propriedade segundo o Código Ambiental de 2012 e a Procuradoria Geral do Estado do Paraná de 2020, algumas áreas, como o passar do tempo avançam em direção à área de plantio, com isso, há o controle das mesmas, é bom salientar que existem eucaliptos na área, onde são retirados quando precisa de palanques para cerca.

No que diz respeito a criação, a chácara tem frangos para produção de ovos para consumo próprio juntamente com a carne de frango, já os suínos (Imagem 4), são vendidos por encomenda, que vem de outra propriedade do mesmo proprietário, eles são engordados e castrados (ou capados, como diz o produtor), para poderem atingir o peso necessário de forma mais rápida e melhorar o sabor da carne.

Também foram colocadas abelhas *apis melífera*, para retirar mel, no entanto, é um terceiro que faz a extração do mel. A criação dos suínos, é confinada para engorda e os frangos contam com uma espécie de cercado para poderem circular

pelo terreno e colocar em práticas seus hábitos, o esterco é colocado nas culturas, para fertilizar a terra.

Imagem 4: Criação de suínos e aves na Chácara Maria Emília.



Fonte: O Autor (2024).

Com relação ao manejo, para controlar invasores, são utilizados produtos orgânicos como leite, por exemplo, caso não funcione, são adquiridos produtos biológicos para aplicar nos invasores, mas todos os produtos são registrados no MAPA e posteriormente, é realizado um controle em um caderno de campo, apresentado a Tecpar, além disso, é colocado calcário para retirar acidez do solo e injetar cálcio e magnésio na terra.

Outros adubos que também são utilizados pelo produtor é boro, algas, bokashi (adubo orgânico), termofosfatos e adubos verdes em algumas áreas de pousio, para recuperar o solo, geralmente os produtos são adquiridos de uma empresa em São Paulo, que possui variedades de compostos orgânicos prontos.

Já as sementes, representam 30% das culturas produzidas, os outros 70% são mudas fornecidas por viveiros de Curitiba, outra técnica retratada pelo produtor, é a enxertia de tomateiros, que tem por objetivo a variabilidade da espécie, bem como a resistência contra doenças e patógenos.

O produtor também falou, que as sementes das culturas que ele não quer, ele pode deixar com o dono do viveiro, para semear e reservar as mudas para ele, sendo assim, o produtor irá pegar as mudas para replantar posteriormente.

Neste aspecto, pode-se afirmar que a Chácara Maria Emília, trata-se de uma agricultura familiar de caráter empresarial como menciona Lamarche, pois os produtos cultivados na Chácara, são enviados para uma instalação na propriedade (Imagem 5), depois são selecionados e embalados pelos colaboradores, na sequência são despachados para os clientes.

Imagem 5: Separação de pedidos na Chácara Maria Emília.



Fonte: O Autor (2024).

São separados produtos que vêm de outros produtores, com os quais a Chácara tem credenciamento, para suprir os clientes quando não há disponibilidade na própria Chácara.

Já o manejo (Imagem 6), como o produtor cita, é feito sob orientação de uma agrônoma especializada em produtos orgânicos, os canteiros são realizados com auxílio de maquinários, os produtos são dispostos em monocultura em sua maioria, o produtor mencionou que tentou plantar de forma consorciada, porém, não conseguiu uma boa produção, o solo, por vezes, aparece sem cobertura morta, o que pode dificultar a absorção de água e favorecer a erosão, além disso, há algumas linhas de árvores entre os canteiros.

Imagem 6: Manejo e produção da Chácara Maria Emília.



Fonte: O Autor (2024).

No entanto, as linhas de árvores não possuem a estratificação necessária como na agrofloresta ou sintropia, além disso, a cultura é citrus na linha toda, ou seja, ainda é monocultura e nas áreas de pousio (espaço para rotação de cultura), existem áreas com adubo verde. Para cada canteiro, é feito um controle de quantidade que será produzida, este número, é colocado em uma planilha, para posterior apresentação à certificadora.

Foi construída, no ano de 2024, uma área de produção de morangos feita sob suportes de madeira embaixo de uma estufa, segundo o produtor, será mais ergonômico para o trabalho dos colaboradores, a variedade é chilena e possui uma alta qualidade e resistência a patógenos e dessa forma evita formigas (Imagem 7).

Imagem 7: Área para morangos Chácara Maria Emília.



Fonte: O Autor (2024).

Em estaleiros, o produtor disse que fica mais ergonômico para realizar a colheita, pelo fato de que o colaborador não ficará agachado a todo momento, mas neste modelo, o morango costuma produzir menos do que plantado diretamente no solo, aqui, o processo também é orgânico.

A Chácara, também comercializa com restaurantes, o proprietário consegue abastecer cerca de 40 restaurantes nos municípios paranaenses de Ponta Grossa, Castro e Curitiba, este último, é fixo e recebe mercadorias toda a semana. No tocante aos produtos comercializados, são mais de 50 tipos, entre hortaliças, leguminosas e frutas, que totalizam 7 toneladas ao mês.

Então como se pode observar, a presente chácara se comporta empresarialmente, visando a comercialização de produtos, a mesma não utiliza nenhuma forma de programa governamental de políticas públicas, mas recebe visitas de escolas e ajuda a APACD na distribuição de alimentos quando ocorre algum excedente.

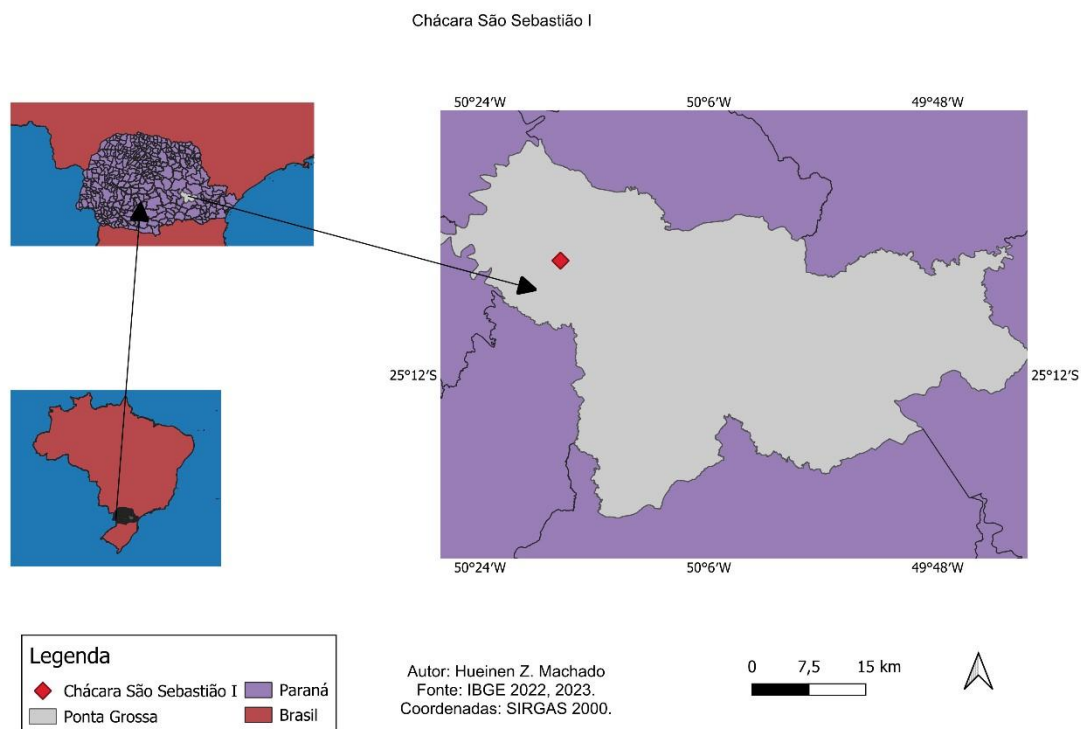
Trata-se de uma agricultura mais capitalista, e a escolha do manejo orgânico pelo produtor, é um nicho de mercado, por conta do alto valor agregado neste tipo de manejo.

Já ambas as Chácaras que serão trabalhadas a seguir, pertencem ao modelo empresa familiar pontuada por Lamarche, onde a dependência da família, é muito importante para o desenvolvimento da propriedade.

4.3 A Chácara São Sebastião I

Localizada em Uvaia, distrito de Ponta Grossa–PR (mapa 3), a propriedade é administrada por E.O ⁷ e R.S⁸.

Mapa 3: Localização da Chácara São Sebastião I.



Fonte: O Autor (2024).

A mesma e a propriedade Estância Alegre, ficam próximas (Mapa 4).

⁷ Nome abreviado para proteger a identidade.

⁸ Nome abreviado para proteger a identidade.

Mapa 4: Limite entre as propriedades.



Fonte: O Autor (2024).

Nota: Na área superior está a propriedade Estância Alegre, na inferior, a São Sebastião 1.

O terreno, é proveniente de herança, mas ainda não foi passado para o nome dos proprietários atuais, a metragem é de aproximadamente 8,5 ha, totalmente orgânico, nunca foi utilizado agrotóxicos, quanto a colaboradores, é raramente utilizado, mas quando utiliza, é por diárias (temporário), a política pública utilizada é o Pnae, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 16: Valor do Pnae na Chácara São Sebastião I.

Programas	Valor em R\$/ano
PNAE	40.000

Fonte: O Autor (2024).

O programa, começou a ser utilizado por eles em 2014, antes disso, em 2003, eles comercializavam para a Conab, mas em 2014, entraram na Cooperativa de Orgânicos de Uvaia, e começaram a usar o Pnae.

Isso tem auxiliado na renda juntamente com a feira, mas, por outro lado, retratam que poderia melhorar mais, a começar pela assistência, que raramente acontece e quando ocorre, é somente quando solicitam a renovação de contrato com a política pública, feita pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-SMAPA, pertencente a prefeitura de Ponta Grossa.

Quanto a esta política, os dois produtores relatam que poderia ser melhor, com mais disponibilização de dinheiro e sem dificuldade para acessar, pois no Pronaf, R.S, disse que apenas uma pessoa por família pode requisitar, ainda disseram que o MST possui mais vantagem do que a agricultura familiar, pois recentemente, o MST ganhou uma licitação do município para atender as escolas municipais.

Esta situação, ocorreu devido ao número de DAP's encontradas no assentamento, que segundo informações advindas da Prefeitura de Ponta Grossa, onde R.S teve acesso, totalizam 19, enquanto os produtores de Uvaia, foram listados 12 DAP's, dessa forma, acabaram perdendo a licitação da merenda escolar municipal, reduzindo o número de escolas, no entanto, E.O e R.S.; falam que as políticas favorecem mais o MST do que os agricultores familiares.

Ainda na fala dos produtores da Chácara São Sebastião I, segundo informações da Prefeitura, os assentados, não conseguem dar conta de suprir as escolas, além de que foi encontrado assentados trabalhando em outras áreas como motorista de aplicativo, por exemplo, e isso significa acabar com a agricultura familiar, pois não há equidade na distribuição das políticas públicas.

Quando questionados sobre o que significa agroecologia, eles disseram ser o mesmo orgânico, ou seja, a agroecologia, ainda é vista como uma vertente do orgânico, isso se deve a mais divulgação do manejo e pessoas com qualificação, para que a agroecologia seja entendida pelos produtores.

O plantio, se dá por aquisição de mudas, exceto culturas de milho, cenoura, rúcula e feijão, sendo plantados a partir de sementes, mas, em geral, as hortaliças, são plantadas a partir de mudas, isso representa um gasto para a família, pois as sementes crioulas, irão reduzir o custo da produção, além de garantir uma adaptabilidade da semente, que irá adquirir característica do solo e ficar cada vez mais forte.

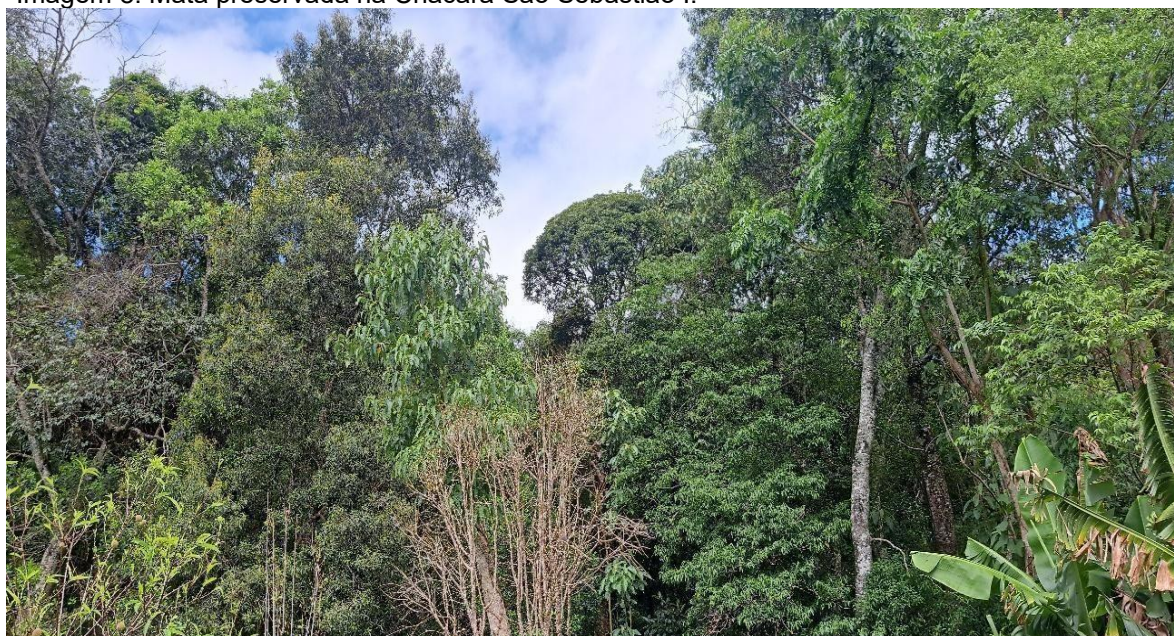
No entanto, sabe-se que é difícil produzir sementes, precisa de muitas plantas, posteriormente, deve deixá-las secar, selecionar sementes viáveis para acondicioná-las em garrafas pet e isso demanda muito tempo, ainda mais quando a família é pequena.

Os produtores também comercializam na feira de orgânicos de Ponta Grossa, mas a renda é variável e, por vezes, não conseguem vender. Isso se deve ao preço do produto, que por ser orgânico é muito elevado, chegando a custar até

5 vezes mais do que o convencional em determinadas culturas, no entanto, isso deve ser pontuado por haver o gasto com adubação, compra de embalagens, calcário, combustível, etc.

No tocante a recursos naturais, a propriedade possui cerca de 1,96 ha de área plantada (Imagem 8), ou seja, mais de 70% da propriedade é mata preservada, dentre as árvores, existem pitangas, aroeiras, guaçatonga, que são nativas do Paraná. A propriedade, no ano de 2024, não conta com criação de animais e aves, por conta do custo e da produção, onde a produtora E.O., relatou estarem tendo prejuízos por conta das galinhas comerem a plantação.

Imagem 8: Mata preservada na Chácara São Sebastião I.



Fonte: O Autor (2024).

Já com relação às nascentes, há uma mina de água, que abastece a irrigação da lavoura (Imagem 9), na propriedade a água é de poço artesiano e o tratamento de esgoto é por fossa séptica.

Esta mata, poderia ser aproveitada para criação de melíponas ou melíferas, juntamente com inserção de mais frutíferas, principalmente nativas, podendo assim, trabalhar com madeira de lei (devido à retirada e plantio de novas nativas), frutas nativas e exóticas, além de madeiráveis como eucalipto, por exemplo, bem como, gerar material orgânico e garantir a saúde do solo, além da contenção de agrotóxicos, pois a propriedade fica ao lado de uma fazenda que produz convencional.

Imagem 9: Mina de água na Chácara São Sebastião I.



Fonte: O Autor (2024).

Esta nascente, se encontra em uma caverna, de difícil acesso, o caminho é íngreme e precisa caminhar muito para chegar.

Acerca das frutas (Imagem 10), o foco é em citrus, que tem mais aceitação, frutas como pitanga, não são comercializadas devido à baixa procura pelo produto e a uvaia (que dá nome ao distrito) atualmente não existe mais, por conta do desmatamento que houve para extrair a madeira.

Imagem 10: Pomar de citrus na Chácara São Sebastião I.



Fonte: O Autor (2024).

Na tabela abaixo, pode-se verificar a quantidade produzida e o que produzem na chácara.

Tabela 17: Produção na Chácara São Sebastião I.

Produção	Quantidade (aproximadamente)
Alface	100 und.
Abobrinha (*)	100 kg
Banana	100 kg
Beterraba	100 kg
Cenoura	100 kg
Brócolis	100 kg
Tomate (*)	100 kg
Laranja (*)	100 kg
Repolho	100 kg

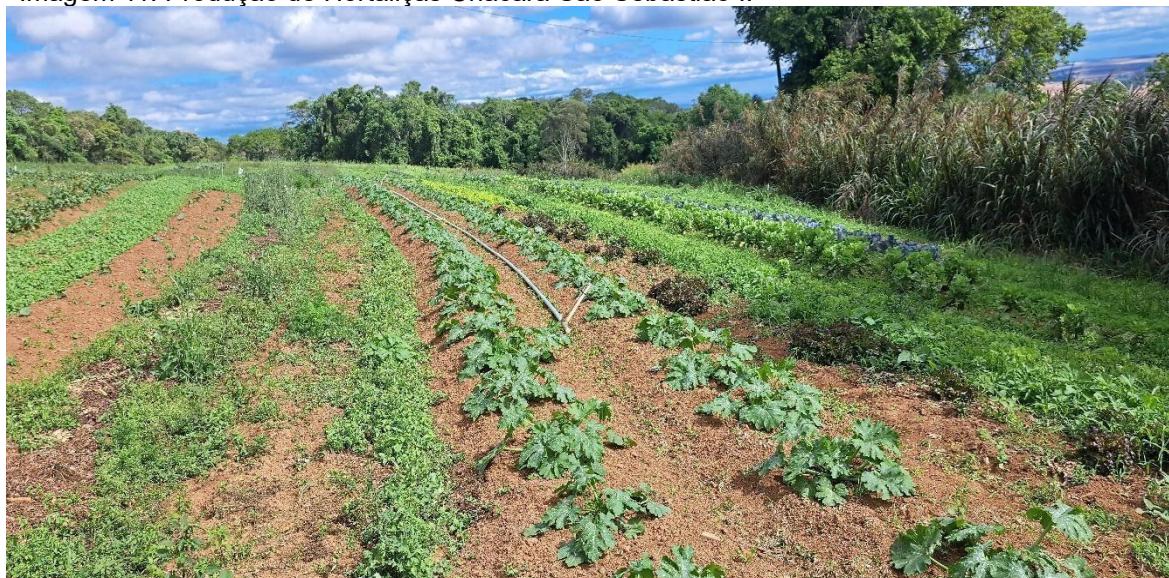
Fonte: O Autor (2024).

O símbolo * refere-se a culturas sazonais.

Os produtos, são em quantidades aproximadas, por sofrerem variação conforme o clima e fertilidade do solo.

Acerca dos produtos cultivados (Imagem 11), as culturas são adubadas com esterco de ave, por vezes utiliza-se aveia como adubação verde para fornecer palhada, que atuará na cobertura dos canteiros, importante salientar, que as hortaliças produzidas também são consumidas pela família e devido ao clima da Paraná possuir estação fria e quente, culturas como tomate, pepino, abobrinha e pimentão, são sazonais, plantadas na primavera, com seus ciclos terminando na entrada do outono.

Imagem 11: Produção de Hortaliças Chácara São Sebastião I.



Fonte: O Autor (2024).

Percebe-se que os canteiros, não possuem cobertura morta, levando o sol a incidir diretamente sobre o solo, algo que é prejudicial, pois vai deixar a terra exposta, reduzindo sua fertilidade ao longo do tempo, sem contar, na incidência de erosões, lixiviações pela chuva e aparecimento de ervas daninhas, que estarão sem impedimento algum para se desenvolverem.

Também é plantado feijão e milho, mas estes são para consumo próprio, não entram na comercialização, estes plantios são feitos pelo calendário lunar, pois o plantio é feito por sementes, os saberes tradicionais também se estendiam a criação que havia anteriormente, como cortar metade da asa da galinha, para que elas não consigam avançar nas plantas.

A produção é levada na associação, para posterior entrega nas escolas municipais que são 6 e estaduais que são 4, então tem o gasto de combustível,

para atender os colégios. Esta associação, denominada Agroecológica, é responsável por separar os pedidos das escolas e inserir os produtores em políticas públicas.

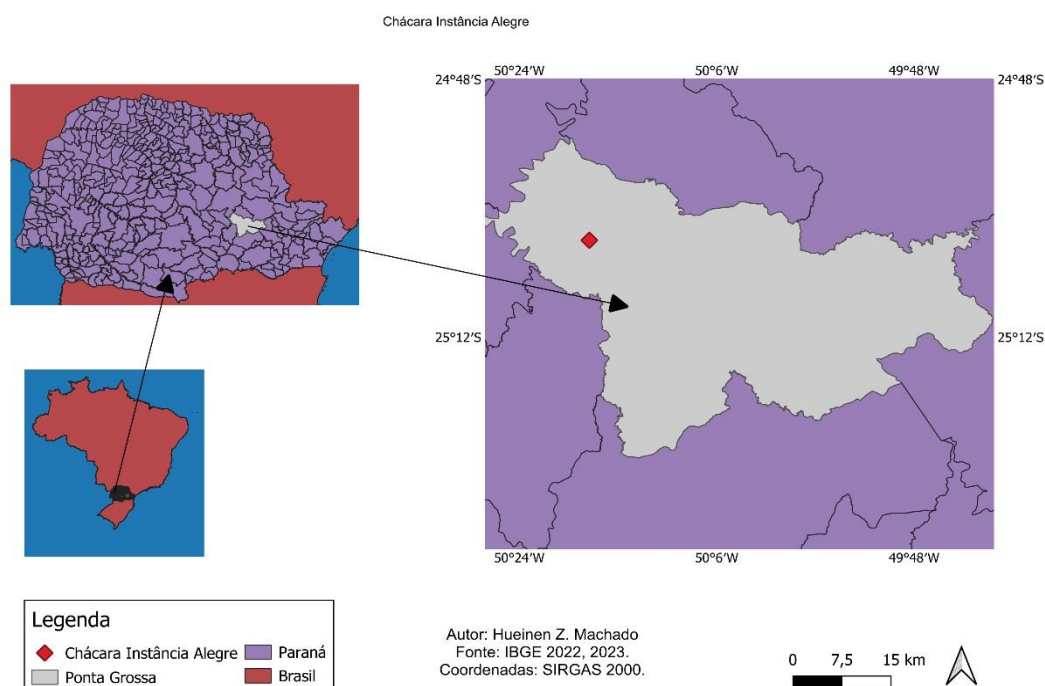
Neste âmbito da associação, notou-se que os proprietários ficaram na dúvida de qual programa governamental eles utilizam, houve menções ao Pronaf e Pnae, mas ainda assim, existe muita dúvida em qual programa eles realmente pertencem, há uma certa confusão entre programas do estado, município e federação.

Em síntese, nota-se que a agricultura familiar vem sendo prejudicada por conta dos recursos destinados a uma classe, para se ter uma produção orgânica, com incentivo e promoção da agricultura orgânica e agroecológica, precisa-se da distribuição igualitária de recursos, caso contrário, haverá o desincentivo e possivelmente um êxodo rural.

4.4 Chácara Estância Alegre

Também localizada em Uvaia (Mapa 5), a propriedade não é orgânica, mas sua produção se enquadra neste modelo, na mesma vivem duas pessoas, a propriedade ainda não tem documentação, mas foi adquirida através da compra.

Mapa 5: Localização da Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

São dois terrenos, um foi adquirido em 2005, outro em 2020, cada um possui 2,5 ha, sempre foram orgânicos e atualmente estão tentando serem inseridos em políticas públicas, devido à certificação sair em janeiro do ano de 2024. A comercialização é realizada na feira e mediante encomendas, onde o cliente pode vir na propriedade, comprar ou receber em domicílio.

A respeito de colaboradores, a propriedade não possui, a comercialização é feita na feira de orgânicos e na própria chácara, através de clientes que podem receber em domicílio ou ir até a propriedade, no presente ano de 2024, A.S., disse que não utilizam políticas públicas, mas que estão cadastrados para começar a receber recursos em 2025.

Esta política, é feita por meio de uma associação, onde a presidente da mesma, é quem insere os produtores de Uvaia nestas políticas públicas, com a venda dos produtos, o dinheiro chega para a associação, onde é depositada nas contas dos produtores, com desconto de R\$ 80,00 mensais para cada unidade produtora, a venda dos produtos na feira e para clientes particulares não entram na associação.

A respeito do entendimento sobre agroecologia, A.S.⁸, falou que seria o mesmo que o manejo orgânico, visando produzir sem degradar, sendo assim, ela falou que trabalha com esterco de ave e resto de verdura e legumes, são incorporados na terra para apodrecerem e fertilizem a mesma, através do revolvimento do solo, a proprietária relatou que também recorre ao adubo verde, que neste caso é o milheto, que produz palhada e recicla os nutrientes. Esta forma de manejo que A.S. faz, é proveniente de saberes tradicionais de seus pais e avós, que sempre plantavam deste modo.

Com relação a recursos naturais, a propriedade possui mata nativa, que segundo A.S., cobre por volta de 70% da propriedade (Imagem 12), no tocante a saneamento básico, tem fossa séptica e coleta do lixo, o abastecimento de água é feito por poço artesiano (Imagem 13), além disso, para ajudar na irrigação, a proprietária utiliza uma cisterna para armazenar água da chuva (Imagem 14).

⁸ Nome abreviado para proteger a identidade.

Imagem 12: Reserva nativa na Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

Nesta reserva, é possível visualizar alguns pés de cana-de-açúcar plantado, que serve como barreira contra agrotóxicos de outras propriedades.

Imagem 13: Poço artesiano na Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

Como a propriedade não possui o saneamento básico completo, a água vem do poço artesiano, mas sempre é feita análise para comprovar sua pureza.

Imagem 14: Cisterna para captar água da chuva na Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

A cisterna, é colocada para irrigação, representa um ponto positivo, principalmente, porque a propriedade não é rica em água, e para ajudar na irrigação das plantas, é utilizada água da chuva.

Já a criação é de frangos, onde é feita a criação para o consumo próprio (Imagem 15).

Imagem 15: Criação de frangos na Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

Aqui, os frangos ajudam na adubação, ao serem retirados esterco, que serão depositados nos canteiros e aportarão nitrogênio para o solo.

As hortaliças, são adquiridas por um viveiro de Piraí do Sul, onde o caminhão chega com as mudas na propriedade e fornece para os produtores da região, produtos como milho, feijão, rúcula, cenoura, abobrinha e rabanete, são plantados a partir de sementes, o manejo é orgânico (Imagem 16).

Imagem 16: Hortaliças e leguminosas na Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

O pomar da Chácara, é composto por citrus e algumas outras culturas como pêssigo, ameixa sanguínea e abacate (Imagem 17).

Imagem 17: Pomar na Chácara Estância Alegre.



Fonte: O Autor (2024).

No pomar, existem plantas que não produzem ou produzem muito pouco, segundo a produtora, é devido à sombra, no entanto, pode ser observado na imagem, que além da sombra, as plantas também estão muito altas, o que pode ser resolvido com podas drásticas, a fim de que estas culturas permaneçam baixas, facilitando na hora de colher e manejar, bem como, liberar luz solar para todas as cultivares e servir como material orgânico para cobertura de solo.

A.S. relatou, que a produção não tem saída na feira, por conta de divulgação, falta de políticas públicas que fomentem a produção, incentivar mais produtores a comercializar, pois no momento, a feira de orgânicos possui pouquíssimos produtores e as vendas são extremamente baixas, chegando a vender 2 unidades ou menos de cada produto.

Na questão assistencial, A.S. não recebe nenhuma, apenas algumas poucas orientações, por conta da certificadora, que mostra o que pode ou não ser utilizado na produção e se a mesma precisa de barreiras para contenção de agrotóxicos, ela colocou que a assistência é fundamental para motivar a produção, pois trará inovações para a produção agrícola orgânica, novas técnicas, novos adubos e tratamentos para impulsionar a mesma.

O preço do produto também é variável, caso seja adquirido na propriedade, o preço é cerca de 50% mais barato que na feira, isso se deve por conta dos gastos com embalagem e combustível, que entrará no preço final do produto, além disso, as condições climáticas interferem, quando há muita estiagem ou muita chuva, as

cultivares podem se desenvolver menos e demorar para estar no ponto de colheita, com tamanho menor e suscetível a ataques de parasitas como pulgões, por exemplo.

A produtora, participou do Programa Feira Verde, porém, acabou saindo, por conta da burocracia ao vender os produtos, A.S. relatou, que perdeu 500 kg de brócolis devido a não entregar no prazo estabelecido pelo programa, onde não se poderia atrasar o produto, mas como relata a produtora, não é possível dar certeza de quanto tempo a cultura levará para ficar pronta, sendo assim, ela acabou desistindo do Feira Verde.

A produção da Chácara Instância alegre, pode ser verificada na tabela 17 abaixo.

Tabela 18: Produção da Chácara Estância Alegre.

Produtos comercializados	Quantidade por mês(aproximadamente)
Alface	80 und.
Alho-poró	4 maços
Escarola	5 maços
Cenoura	100 kg
Espinafre	20 kg
Beterraba	20 kg
Cebola	15 kg
Banana	10 kg
Cheiro verde (salsa+cebolinha)	40 maços
Rúcula	10 maços
Vagem (*)	5 kg

Conclusão

Couve	60 maços
Abobrinha (*)	50 und.
Chuchu (*)	20 kg

Fonte: O Autor (2024).

Nota: O símbolo * refere-se a culturas sazonais.

Estes valores, são uma média da produção de cada mês, há variações, existem meses que não se vende muito, também há comercialização para estabelecimentos como mercearias, mas isso ocorre, quando sobram produtos da feira, muitas culturas que aparecem na tabela, são sazonais, que estão assinaladas com (*).

Em síntese, pode-se verificar que estes produtores poderiam ser mais valorizados, pois acabam ganhando apenas os 40 mil reais do Pnae, as outras políticas, eles não sabem que existe, também se deve à falta de divulgação por parte do poder público nas três esferas, sem contar a burocracia que é para certificar os produtos, o atraso na certificação, acarreta prejuízos como o acesso tardio às políticas públicas e até mesmo, a perda de produtos.

A assistência é outro fator a ser salientado, com pouca orientação, o manejo tende a ficar ultrapassado ante as novas formas de cultivo, então, uma técnica de adubação, poda, preparados biodinâmicos, adubos verdes e outras técnicas, se reflete em ganho de produção e redução de gastos com insumos.

Notou-se que os produtores manifestam interesse em cultivar melíponas, que está sendo solicitado junto a Prefeitura de Ponta Grossa, ao relatarem que as poucas abelhas e outros polinizadores, tem atrapalhado na produção das cultivares, sem dúvida, com as abelhas (principalmente as nativas), geram mais produção e renda, pela venda do seu mel e das famílias.

5 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST E OS FAXINALENSES

5.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST: Surgimento e lutas

Este movimento, consiste em lutar pelo direito à terra, com pautas políticas, cobrando a reforma agrária, a qual é a divisão de terras de forma igualitária, para que os enormes alqueires de terra não se concentrem apenas nas mãos de alguns, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, também lutam pela soberania alimentar, onde todos podem escolher o que querem consumir, livre de agroquímicos, os mesmos, também possuem conhecimentos tradicionais herdados de seus antepassados e que ainda hoje estão arraigados em suas almas.

Segundo Fernandes (2001), o MST, surgiu por volta de 1979 a 1974, por conta de diversos conflitos envolvendo fazendeiros, governo, camponeses, meeiros posseiros, etc. Sendo assim, estas lutas, corroboraram para o nascimento de um novo movimento que lutasse pela reforma agrária e vida digna no campo, neste período, encontra-se a implantação da agricultura comercial em larga escala, que utiliza recursos provenientes das indústrias, se tornando dependentes das mesmas e isso foi afetando a agricultura familiar, culminando na expulsão ou êxodo rural de muitas famílias.

O marco histórico deste movimento foi em 1974, quando indígenas da tribo Kaingang, decidiram retomar seu território, expulsando os colonos que ali viviam, ao noroeste do Rio Grande do Sul, onde foram expulsos cerca de 5 mil famílias do Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER, que estavam ocupando a fazenda Sarandi, deste modo, o governo decidiu mandar as famílias para a terra indígena, em maio de 1978, os indígenas expulsaram os colonos, que ficaram à mercê da sorte, alguns foram para casa de amigos e parentes, outros foram para beira de estradas acampar ou viver em chiqueiros e pocilgas com animais (Fernandes, 2001).

Em junho de 1978, decidiram ocupar nas Glebas Macali e Brilhante e na Reserva Florestal da Fazenda Sarandi, isso começou com 30 famílias e chegou em 300, com este fato, o governo decidiu mandar o Secretário de Agricultura para cadastrar o pessoal, para quando fosse feita a reforma agrária, mas devido ao crescente número de famílias para cadastrar, o governo disse que iria assentar uma parte em Bagé e outra no Mato Grosso em Terranova (Fernandes, 2001).

Em julho de 1979, 1100 famílias se reuniram no Salão do Centro da Tradição Gaúcha de Nonoai e tomaram duas decisões que foi fazer um abaixoassinado reivindicando terras, caso não fossem atendidos, iriam ocupar Sarandi mais uma vez, em agosto do mesmo ano, essa proposta foi feita ao governo, que pediu prazo de 30 dias para responder, a resposta não veio e o único jeito foi a ocupação (Fernandes, 2001).

A ocupação foi de 6 para 7 de setembro do mesmo ano, no dia 8, chegou a brigada militar para tentar conter os colonos, mas eles resistiram e o governo decidiu autorizar que cultivassem nas terras de Macali, em 25 de setembro, ocuparam Brilhante, mas a luta foi mais intensa, no entanto, os colonos contaram com apoio de vereadores do Partido Democrático Social (PDS), que mais tarde acabou abandonando-os. Posteriormente, na época da colheita, uma vez que as terras de Brilhante estavam arrendadas com milho e soja, as mulheres dos colonos acabaram impedindo a colheita, isso resultou no assentamento das famílias na área, que acabou sendo insuficiente, devido ao número de pessoas no local, com isso, acabaram ocupando a Fazenda Anoni em 1980 (Fernandes, 2001).

Em Anoni, foram enfrentados pela Polícia Federal, mais tarde, foi planejada a ocupação em Campinas do Sul, próximo à barragem de Passo Fundo, no entanto, a Brigada Militar soube do acontecimento e impediu a ação. Por fim, no dia 4 de novembro de 1980, um grupo sem-terra acampou no centro do Rio Grande do Sul para reivindicar terras, ao longo de duas semanas, o governo cedeu uma área de 240ha e comprou outra de 1049 ha, assim, o movimento foi crescendo e tomando várias regiões do Brasil (Fernandes, 2001).

Em âmbito paranaense, na década de 1980, os camponeses enfrentaram uma violência extrema por parte dos jagunços da empresa Giacometti Marodim S.A. e policiais militares; a empresa possuía 95000ha de terras, quando souberam que estava sendo ocupados 1000ha, houve muita repressão, tortura e violência, na década de 1970, houve o desaparecimento de 100 mil propriedades rurais, neste contexto havia a construção de barragens, uma delas foi a Itaipu, que desapropriou muitos camponeses, parte das famílias foram enviadas ao estado do Acre (Fernandes, 2001).

Em 1981, cerca de 500 famílias ficaram desapropriadas, o governo decidiu enviá-las ao Mato Grosso ou ao norte do país, mas isso resultou em mais mobilização e revolta, entre os anos 1982-83 surgiram vários movimentos em todas

as regiões paranaenses, em 1982, ocuparam a Fazenda Anoni no município de marmeleiro-PR, no primeiro semestre de 1984, as famílias organizadas do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná- MASTRO, ocuparam uma área florestal do INCRA, em São Miguel do Iguaçu, juntamente com a fazenda mineira, que terminou em desapropriação e prisão de integrantes das famílias, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná-MASTES, ocupou a Fazenda Imaribo, que em 1985, após muitos protestos o governo federal desapropriou 10000 ha para os ocupantes, deste modo, surgiu o Assentamento Vitória da União, que contribuiu para a efetivação do MST no Paraná (Fernandes, 2001).

Já no governo Collor, em 1990, as famílias integrantes do MST, foram reprimidas pelas forças policiais, como diz o trecho de Stédile:

(...) O governo Collor, além de não fazer reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal (Stédile; Fernandes, 1999, p.69 *apud* Fernandes, 2001, p.200).

Em 1992, os relatórios da Food and Agriculture Organization-FAO, apontou que o MST conseguia arrecadar com a venda de seus produtos, aproximadamente 3,7 salários por família, revelando-se eficaz na permanência das pessoas no campo (FAO/PNUD/MARA, 1992; p.100 *apud* Fernandes, 2001, p.201), desta forma, ajudaram a derrubar o governo Collor e a continuar lutando e ocupando, construindo uma organização visando lutar cada vez mais por questões agrárias.

No que concerne a organização do MST, Fernandes e Stédile (2005) ressaltam em um primeiro momento, que não havia muito diálogo, as pessoas achavam que resolveria tudo com suas forças, havia um certo receio em trabalhar em terras de camparia, como as do Rio Grande do Sul, por conta do terreno plano e propício à agricultura mecanizada, muitos tinham aversão a isso, sem contar que os indivíduos estavam acostumados com terrenos com mata densa e não campos, uma vez que o estilo de agricultura do MST, se baseava na indígena, ou seja, roça de toco ou coivara.

Em se tratando de sua organização, o movimento procura escolher os líderes através das discussões nos estados, aqueles que melhor se encaixam no modelo, com boas propostas, quando há mais indicados que vagas, acontece uma

votação, também é possível ter reeleição a depender da vontade dos indivíduos pertencentes ao MST, enquanto os eventos nacionais, servem para confraternização e conhecer as diferenças regionais, nos encontros, são comuns a participação de estudiosos, professores especialistas, etc. (Fernandes; Stédile 2005, p.98).

Como pode ser observado, o histórico de lutas do MST, é de longa data, a reivindicação por terras e soberania alimentar, uma luta cheia de conquistas, mas também, com muito sangue por conta das reivindicações, opressão por parte do governo e violência por conta dos grandes fazendeiros que ordenavam que seus jagunços expulsassem estes colonos que mais tarde se tornariam o MST.

Para Oliveira (1994), o século XX, foi rico em lutas e reivindicações, o autor destaca dois pontos a respeito disso, o primeiro, se refere ao resgate da condição de camponês autônomo frente a expropriação, representada por posseiros contra grileiros e fazendeiros, o segundo ponto, é a luta dos camponeses, parceiros ou moradores contra a expropriação completa, que os transforma em assalariados, de certa forma, isso acontece mediante a modernização da agricultura, que vem impactando até os dias atuais, muitos conflitos do século XX, estão voltando, agora no século XXI, ainda nos deparamos com grilagens, violência e expropriação dos povos originários e camponeses, representado pelo MST.

O território e suas disputas, estão ligadas ao campo, em se tratando de grilagem e expropriação, as terras tornam-se objeto de cobiça por parte do grileiro, uma vez que os recursos disponíveis em uma determinada propriedade como, água, terra fértil e com pouca declividade, são muito importantes para o agronegócio, vai menos insumos para correção do solo, as máquinas conseguem trabalhar bem e o gasto com água reduz, porém, com o uso de insumos químicos, o solo perde sua fertilidade e se torna improdutivo, sendo utilizado posteriormente para especulação imobiliária (Raffestin, 1993).

Outro aspecto levantado por Oliveira (1994), é a luta dos camponeses contra as instalações de empresa, indústrias para construção de barragens, o governo alega que é para desenvolvimento da região, no entanto, os indivíduos ficam com a promessa de serem assentados em outro lugar, promessa que muitas vezes não se cumprem, deixando as pessoas sem abrigo e mais revoltadas, os motivando a adentrar na luta pela terra, a fim de garantir uma vida mais digna e igualitária.

No tocante às empresas, com a produção agrícola integrada, os camponeses acabam se tornando “escravos”, pois o preço dos produtos acaba caindo e os produtores se endividando com bancos, desta forma, acabam deixando suas terras, ou lutam pelo reconhecimento de seus produtos, através de mais protestos e reivindicações, chegando a fechar ruas e estradas e bloqueando bancos nas cidades com suas máquinas, para que se tenha uma política de crédito mais justa ao camponês (Oliveira, 1994, p.70).

Em Ponta Grossa, existe o Acampamento Emiliano Zapata, que tem sua produção de hortaliças orgânicas, mas a parte de grãos é convencional, faz parte do MST, lutando pela soberania alimentar e o cuidado com o meio ambiente, faz o uso de políticas públicas federais, estaduais e municipais, ainda não tem as documentações necessárias para se tornar assentamento, mas espera-se que em breve as burocracias sejam solucionadas.

O Acampamento, ainda precisou lidar com uma possível transferência para o município de Palmeira, devido à implementação da Escola de Sargentos das Armas (ESA) ainda no governo Bolsonaro, com isso, o Acampamento teria que se reestruturar novamente, contudo, a escola não veio para Ponta Grossa e o Acampamento permanece em Itaiacoca (distrito de Ponta grossa).

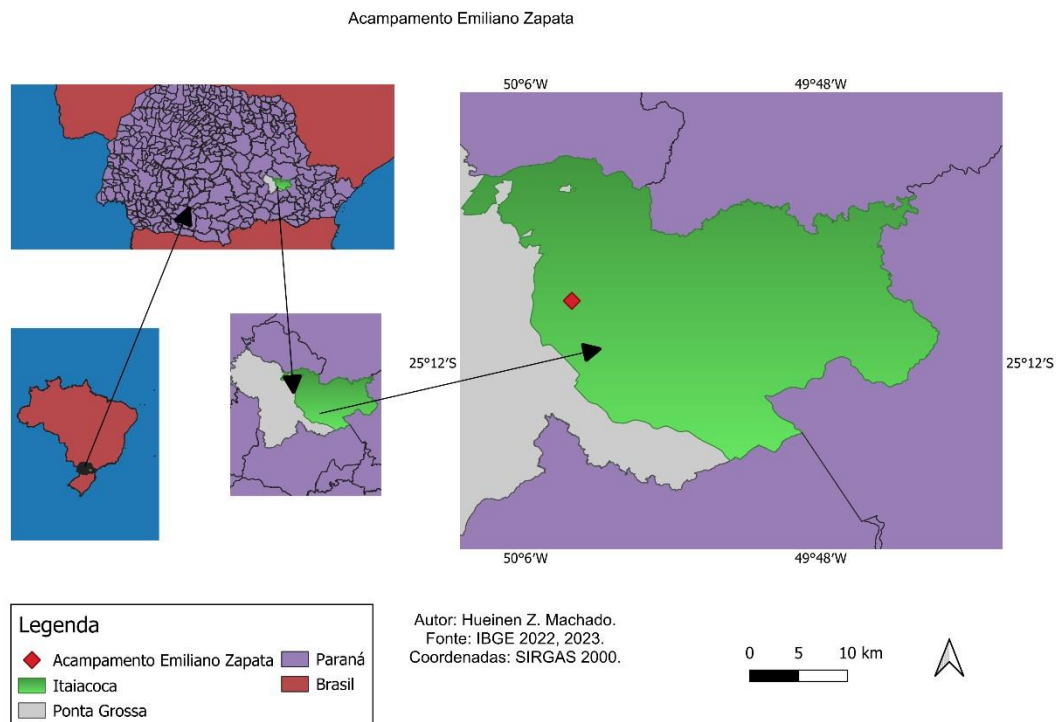
5.2 Acampamento Emiliano Zapata e a tentativa de inserção na agroecologia

Localizado em Itaiacoca, distrito do município de Ponta Grossa–PR (Mapa 6), este Acampamento iniciou-se em 2003, a propriedade que hoje é utilizada para o assentamento, antes de 2003, pertencia à Embrapa, também era alvo de grilagem, posteriormente, as famílias que viviam em barracos de lona, foram assentadas nesta área que possui 600 ha que foi dividido entre as 51 unidades, ficando cada uma com 8,5 ha para produção. Em 2024, N.L. afirma que a posse da terra ainda não foi dada, sendo ainda um acampamento.

Segundo N.L., a aquisição do terreno se dá pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, onde o mesmo pagaria a Embrapa pelo terreno, todavia, o recurso está disponível desde 2007, mas precisa do georreferenciamento do terreno da Embrapa, no caso, também há interesses de fazendeiros em não querer que a área seja destinada à reforma agrária.

Na questão das políticas públicas, o acampamento tem acesso ao PAA, que é utilizado desde 2007 e o Pnae desde 2017.

Mapa 6: Localização do Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

5.3 Manejo nas propriedades visitadas.

No estabelecimento de N.L., o manejo é orgânico em hortaliças e frutas, mas os grãos, têm o manejo convencional (Imagem 18), sendo vendidos para as cooperativas.

Para ela, o manejo agroecológico é “vida” ao produzir sem agrotóxicos, gerando a melhora na saúde das pessoas. Ela ressalta, que quando compramos em mercados e outros estabelecimentos, o produto vem com altas taxas de agrotóxicos, sendo responsáveis pelo aumento de doenças como depressão e câncer.

Imagem 18: Hortaliças e roça de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Com relação a outros tipos de manejo, havia o projeto flora, que ensinava os produtores a cultivar no sistema agroflorestal, no entanto, a assistência permaneceu por apenas dois anos, sendo assim, este método de cultivo não durou muito tempo, pois as árvores acabaram crescendo e o sistema se perdeu (Imagem 19).

Imagem 19: Linha de árvore de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Já os recursos naturais, estão preservados, possui nascente e mata preservada onde existe a nascente (Imagem 20).

Imagem 20: Nascente e mata nativa de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.

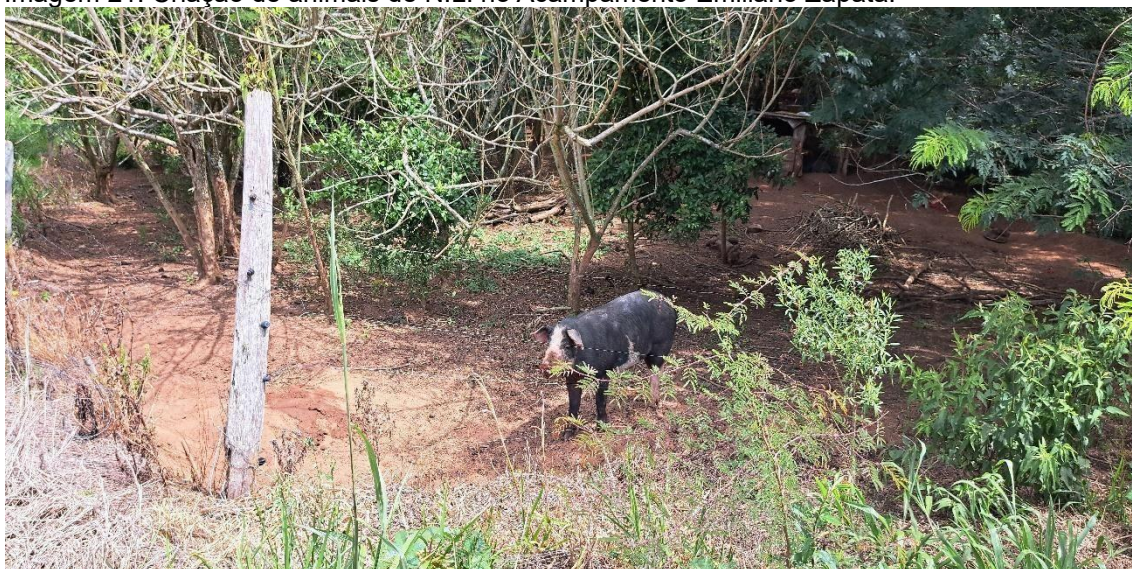




Fonte: O Autor (2024).

A respeito da pecuária, é criado suínos e frango (Imagem 21), no entanto, é apenas para consumo próprio, já o saneamento básico não possui, a água vem da nascente e o esgoto é fossa séptica.

Imagem 21: Criação de animais de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Já o pomar, é apenas para consumo da família, tendo em vista que a produção é pouca e o próprio acampamento tem dificuldade na produção de frutíferas (Imagem 22).

Imagem 22: Pomar de N.L. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Para ela, os programas governamentais, deveriam melhorar no aspecto do aumento da verba para cada produtor, apesar destas políticas colaborarem para a promoção da família no aspecto financeiro, outro ponto ressaltado por N.L., é a questão da feira verde, que poderia ser mais flexível para os produtores, pois a mesma coloca prazo para a entrega das culturas, e sempre ocorre das mesmas não estarem prontas devido ao clima ou o ciclo de cada uma, neste caso, a feira verde não compra estes produtos, sendo feita a doação para pessoas carentes, comercializados para clientes ou distribuídos para os animais.

A produção de N.L. está distribuída da seguinte forma na tabela 19:

Tabela 19: Produção de N.L. do Acampamento Emiliano Zapata.

Produto	Quantidade em kg (aproximadamente)
Repolho	300
Abobrinha*	300
Beterraba	200

Conclusão

Cenoura	200
Brócolis	200

Fonte: O Autor (2024).

O símbolo * refere-se a produto sazonal.

O segundo estabelecimento visitado, foi de J.S.⁹, para ele, as políticas públicas melhoraram muito a vida dele, porém, precisa de mais ajustes para atender ainda mais os produtores, como o montante repassado aos programas.

Já no aspecto agroecológico, J.S. define a mesma como um produto orgânico que é livre de agrotóxicos, herbicidas e pesticidas, produzindo uma alimentação saudável para as pessoas.

Sua propriedade, utiliza esterco de ave, no entanto, quando questionado sobre adubação verde, ele responde que seria difícil fazer deste modo, pois os adubos verdes só poderiam ser utilizados em rotação de cultura, por conta do tempo que a adubação leva para concluir seu ciclo, caso precise de plantar em uma área maior ou em todo o terreno, a adubação não seria viável, principalmente nas culturas de hortaliças.

J.S., cultiva hortaliças, legumes e feijão, sendo que a horta é orgânica e o feijão convencional (Imagem 23), frutas não há na propriedade para comercialização, apenas para consumo próprio, também há criação de abelhas africanas, comercializado quando ocorre a retirada do mel.

⁹ Nome abreviado para proteger a identidade.

Imagem 23: Hortaliças de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

O produtor relatou que agora no fim de ano, o produto não tem saída, pois as políticas públicas só iniciam em fevereiro do ano subsequente, então parte do que é produzido, é doado ou utilizado na alimentação animal.

Na propriedade, são produzidas as seguintes, cultivares na tabela abaixo.

Tabela 20: Produção de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.

Produto	Quantidade em kg (aproximadamente)
Feijão*	12.000
Rabanete	500
Beterraba	500
Abobrinha*	500
Repolho	500
Abóbora*	500

Fonte: O Autor (2024).

Nota: O símbolo * refere-se a produto sazonal.

No que se refere a recursos naturais, a água é de poço artesiano (imagem 24), não há nascente em sua propriedade.

Imagem 24: Poço artesiano de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

A mata nativa é preservada, também há outra fonte de água que é por gravidade, que vem de fora, proveniente do Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR, que vem para irrigação, embora J.S. também a utilize para criação de peixe (Imagem 25). O tratamento de esgoto não há, sendo utilizado fossa séptica, mas este sistema será substituído por outro que utiliza pneu.

Imagem 25: Mata nativa e tanque de peixe de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.





Fonte: O Autor (2024).

O tanque, é de despesca, ou seja, os peixes não reproduzem e são todos retirados quando prontos para o abate, a lona é colocada para evitar a perda de água para o solo, no tocante ao solo de J.S., observa-se na propriedade, plantas espontâneas como caruru, que são indicadoras de fertilidade de solo, o caruru, significa equilíbrio de nutrientes e fertilidade (Imagem 26).

Imagem 26: Carurú no estabelecimento de J.S. no Acampamento Emiliano Zapata.

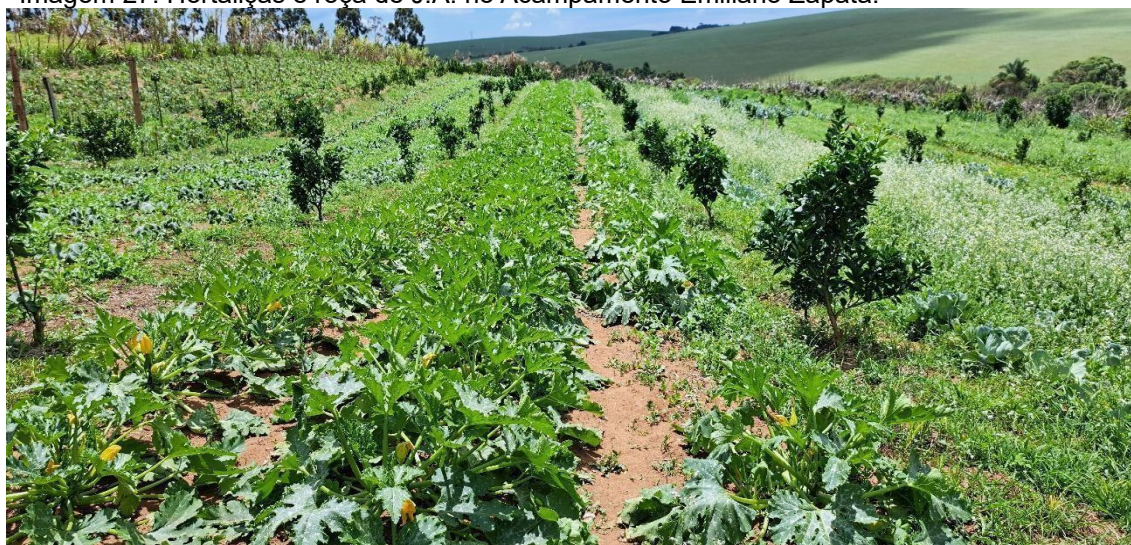


Fonte: O Autor (2024).

Para J.S., o governo deveria continuar com os programas e dar a posse da terra, para que eles possam utilizar as outras políticas públicas e passem de Acampamento para Assentamento.

No terceiro estabelecimento, pertencente a J.A¹⁰. e sua esposa, o manejo também é orgânico nas hortaliças e convencional na parte de grãos (Imagem 27), com relação às políticas públicas, J.A. ressaltou a importância das mesmas, relatou que houve melhora na vida dele e da família na questão financeira, no entanto, ele ressaltava que as políticas deveriam dar mais aporte financeiro ao produtor, devido ao manejo ser braçal e desgastar muito o corpo. Outro fator ressaltado, é a posse da terra, que ainda não saiu.

Imagem 27: Hortaliças e roça de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

¹⁰ Nome abreviado para proteger a identidade.

As árvores, além de quebra vento, servirão para produção de frutas e material orgânico, através da poda.

No que tange a agroecologia, o casal definiu como manejo sem agrotóxicos, respeitando a natureza, integrando a produção juntamente com a preservação do meio ambiente. J.A. falou sobre a importância dos saberes tradicionais, como o plantio seguindo o calendário lunar, onde as tuberosas seriam plantadas na lua minguante e as folhosas, na crescente, mas isso só se aplicam as sementes e ramas, pois as mudas, não é sabido em que lua foi plantada.

No que diz respeito à produção de J.A., os alimentos que são comercializados e produzidos estão na tabela 21.

Tabela 21: Produção de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.

Produto	Quantidade em kg (aproximadamente)
Feijão*	10.000
Soja*	10.000
Alface	300 und.
Beterraba	300
Cenoura	300
Abacate*	300
Banana*	300
Rabanete	300
Repolho	300

Fonte: O Autor (2024).

Nota: O símbolo * refere-se a produto sazonal.

Aqui é possível visualizar algumas frutas produzidas no acampamento, mas ainda são poucas.

No tocante a adubação, ela é feita com esterco de ave e granulado (ureia), na pecuária, são criados cavalos (Imagem 28).

Imagem 28: : Criação de cavalos de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

A criação de animais não é vasta, por conta do gasto com alimentação, sendo que os produtores não possuem condições de criar muitos animais e aves, teriam que adquirir produtos de fora como milho ou ração.

Em relação às nascentes, elas estão presentes em sua propriedade e a mata está preservada (Imagem 29).

Imagem 29: Mata preservada e nascente de J.A. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

J.A. falou que a nascente estava seca, devido à plantação de pinos que existia ali, mas esta cultura foi derrubada e a área foi reflorestada com o tempo, hoje, a nascente está pulsante.

Na opinião do casal, para melhorar a vida do produtor, precisaria de mais assistência, embora já tenha um técnico que é por parte do projeto da Itaipu, mas seria interessante devido a outros tipos de manejo que o casal gostaria de realizar, que seria a agrofloresta, para reestruturar a área.

No estabelecimento de G. S¹¹ e seu esposo, o manejo também é orgânico, não é produzido grãos, somente horta e pães, devido à propriedade não contar com nascente, sendo mais difícil a aquisição de água e assim, ser mais difícil a manutenção da horta.

Com relação às políticas públicas, ressaltou-se a importância de se ter uma política de crédito, que fomente, custeie e invista na produção, pois foi dito que o gasto com a produção é alta, sobrando poucos recursos para a família, embora as políticas do Pnae e Paa contribuam, mesmo assim ainda falta mais investimento.

Na definição de agroecologia, G.S. aponta que a mesma não está relacionada somente ao manejo sem degradar a natureza, isso vai mais além, estaria relacionado a parte humana, ou seja, respeito a gênero, condição social e etnia, sem quaisquer formas de preconceito e violência.

Com relação ao plantio, G.S. segue o calendário lunar, mas relatou que ainda não sabe muito sobre este modelo e que procura aprender a cada dia sobre isso, já as sementes crioulas, são apenas em algumas culturas, como mucuna, milho e feijão, mas as hortaliças não são crioulas e a maioria vem de viveiro. Ela explicou que se o acampamento fizesse as mudas, necessitaria de infraestrutura e dedicação e por enquanto eles não dispõem destas premissas.

Na pecuária, tem criação de ovelha, cavalo, vaca e galinha, mas é para consumo próprio, com exceção dos cavalos (Imagem 30) e com relação a saneamento, a água vem por gravidade (Imagem 31), a fossa é séptica.

No tocante a produção, sua propriedade dispõe de pouca água, então as hortaliças são poucas, sendo mais comum o plantio de culturas que não utiliza muita água, também há criação de abelhas na propriedade, desta forma, G.S. se dedica a produção de pão para o Pnae, no entanto, a aquisição de ingredientes, vem de uma empresa com um valor mais alto, por se tratar de ingredientes orgânicos.

¹¹ Nome abreviado para proteger a identidade.

Imagem 30: Criação de animais de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Imagem 31: Reservatório de água de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.





Fonte: O autor (2024).

G.S explicou, que foi tentado fazer um poço artesiano em seu terreno, mas acabou não dando certo, sendo assim, a captação da chuva é muito importante para a manutenção da horta.

Os recursos naturais como a mata nativa é preservada, porém, não existe nascente na propriedade (Imagem 32).

Imagem 32: Mata preservada de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

A proprietária acrescentou, que estaria disposta a transformar a propriedade em agrofloresta, se dedicando a produção de frutíferas, por conta da baixa

demanda de água que as frutas exigem, mas precisa de assistência técnica para isso.

No estabelecimento, também são criadas ápis (abelha com ferrão), para ajudar na polinização (Imagem 33), porém, não são nativas.

Imagem 33: Criação de abelhas de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Estas ápis, devem sempre ficar longe da residência, para evitar ferroadas das mesmas.

Com relação à produção de G.S., verifica-se na tabela 4, a quantidade e o que é produzido em sua propriedade.

Tabela 22: Produção de G.S. no Acampamento Emiliano Zapata.

Produto	Quantidade (aproximadamente)
Pão	200 kg
Alface	100 und.
Cheiro verde (salsa+cebolinha)	100 maços
Repolho	50 kg
Vagem	50 kg

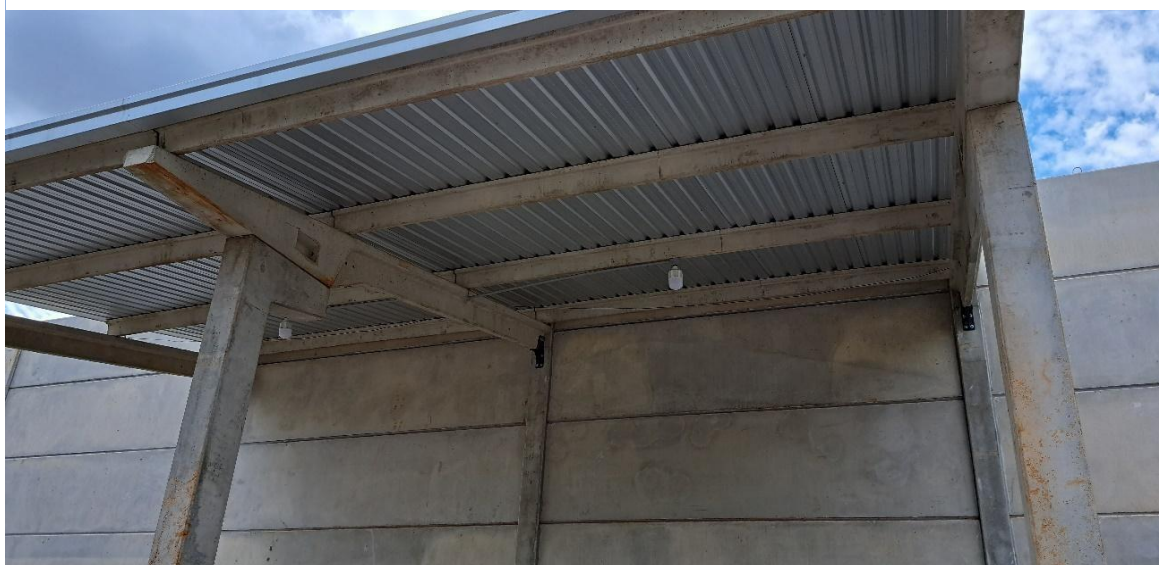
Fonte: O Autor (2024).

Esta produção seria apenas o começo, devido a G.S. estar iniciando a mesma, embora, ela pretenda investir em outro tipo de manejo para produzir frutas, algo que o acampamento não dispõe de grandes quantidades.

Em relação à cooperativa cooperas (cooperativa do próprio acampamento), fundada em 2012, pelos militantes da comunidade, ela ajuda na comercialização dos produtos produzidos no acampamento, além de auxiliar na renda das famílias com a distribuição e inserção das famílias nas políticas públicas e o debate para cultivar de forma orgânica e inserção das famílias em políticas públicas.

Em 2024, a Cooperas (Imagem 34) conta com 33 famílias das 51 unidades de produção existentes no acampamento, este número é referente a produção orgânica, as outras 18 cultivam de modo convencional e são sócias da cooperativa, onde futuramente se estuda a implantação de uma agroindústria, para aproveitar os produtos convencionais.

Imagem 34: Cooperativa Cooperas no Acampamento Emiliano Zapata.



Fonte: O Autor (2024).

Segundo M.I.¹² (diretor da cooperativa), a estrutura foi devido ao dinheiro captado da própria comunidade, através da venda dos produtos, onde há o desconto de 21,5% de cada política pública para cada família cadastrada, este dinheiro, vai para a manutenção da Cooperativa, que conta com 12 colaboradores para transporte e 5 na parte administrativa, mas todos sem registro, recebendo somente diárias.

¹² Nome abreviado para proteger a identidade.

Para acessar, M.I. relata que o programa do Pnae, deve ter uma DAP e não possuir renda acima de R\$ 360.000,00, a cooperativa atende 49 escolas em todo o município e atende a região de Curitiba com o programa Mesa Brasil, com o Paa.

A Cooperas, também faz parceria com quilombolas, um localizado no município de Rio Branco na região de Cerro Azul e em Castro, pois o acampamento, entende que a causa é a mesma e por conta do acampamento ter mais facilidade no acesso ao mercado, os quilombolas fazem parte da cooperativa.

As parcerias, são importantes na aquisição de frutas principalmente, devido ao acampamento não produzir muitas, no entanto, poderiam utilizar outros sistemas de produção e especializar aqueles que dispõem de pouca água no terreno, para iniciar o manejo com frutíferas e culturas de roça, que já são feitas no acampamento como mandioca, milho, feijão, trigo, etc.

M.I., fala que as famílias também podem comercializar para clientes de fora, cada indivíduo é livre para comercializar com quem quiser e para se associar a alguma cooperativa. Algumas famílias, entregam em feira na UEPG, tentaram comercializar na feira convencional, mas por conta dos preços mais baixos praticados pelo acampamento, não conseguiram participar da feira.

No tocante às certificações das famílias, é feita pela Rede Ecovida, onde um grupo de produtores fiscaliza outros, para ver se as medidas estão sendo tomadas na produção, não sendo permitido o uso agrotóxicos e transgenia.

M.I. coloca que mais a frente, a cooperativa pretendem avançar mais, estabelecendo comércio com outros estabelecimentos como restaurantes, por exemplo, além disso, desejam fazer uma agroindústria para fabricação de doces, molhos (que no presente ano de 2024, vem de Santa Catarina), beneficiamento de carnes e outros produtos, mas para isso, precisam de mão-de-obra, o que está faltando no momento, devido aos jovens estarem atuando em outras áreas e trabalhando na cidade.

Também se discute, ter um capital de giro para a Cooperas, para fazer um empréstimo para o produtor adquirir insumos, que até o presente ano de 2024, a cooperativa adquire o esterco de ave das granjas para serem distribuídas ao produtor, para o plantio das hortaliças.

Em síntese, M.I., retrata que a cooperativa poderia se desenvolver mais se recebesse mais incentivo do poder público, uma vez que toda a estrutura da cooperativa, aquisição de insumos, pagamento de colaboradores, vem das vendas

feitas pelo acampamento para o governo e clientes e que a posse do terreno é crucial para as famílias terem dignidade e consigam acessar mais políticas públicas e possam atingir outros mercados.

Com relação às frutas, vem do estado de Santa Catarina, há outras parcerias com municípios do Paraná e do Rio Grande do Sul, os produtores possuem certificados para enviar seus produtos para cooperativa, com assentamentos e agricultura familiar.

Na distribuição para as escolas, M. L.¹³. (técnico da cooperativa), falou que é realizada uma chamada pública, para a comercialização de produtos para programa, com isso, os pedidos são encaminhados a M.I. que irá contatar os produtores do acampamento para produzirem a quantidade solicitada pelo programa, aí, os produtos são coletados e levados até o depósito da cooperativa (Imagem 35).

Imagem 35: Depósito da Cooperas e carregamento no Acampamento Emiliano Zapata.



¹³ Nome abreviado para proteger a identidade.



Fonte: O Autor (2024).

M.L., conta que para entrar na cooperas, deve estar no modelo orgânico ou em transição para ele, desta forma, o produtor consegue a certificação, que tem algumas regras como não jogar lixo na propriedade, não misturar água de esgoto com água da pia de cozinha, evitar queima de lixo e da roça, esta transição leva 1 ano.

Os produtos para utilização na propriedade, consta em uma lista do Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA, caso seja utilizado algum produto que não esteja na lista, o grupo pode perder a certificação,

No que se refere a produção orgânica e agroecológica, M.L. disse ser muito difícil produzir, considerando o fato de ter que seguir à risca determinadas premissas como a não utilização de agrotóxicos, fazer capina manual, realizar podas, plantar, manejar, ou seja, atividades que exigem muito tempo e dedicação, mas que no acampamento torna-se complicado ante a pouca mão-de-obra disponível e o tamanho dos terrenos.

Além disso, o preço do produto ficaria mais elevado, com isso, se tornaria um atrativo ao produtor, mas não compensaria para o consumidor, principalmente aqueles que dispõem uma renda mais baixa, neste caso, o consumidor iria optar por um produto mais barato que seria o convencional ou transgênico.

Com relação às políticas do assentamento, elas estão elencadas na Tabela abaixo.

Tabela 23: Dinheiro destinado às políticas públicas no Acampamento Emiliano Zapata.

Programa	Verba destinada em R\$ por família (ano)	Verba destinada ao acampamento em R\$ (ano)
PAA	15.000	600.000
PNAE municipal	40.000	880.000
PNAE estadual	40.000	1.300.000

Fonte: O Autor (2024).

Estas políticas, são voltadas às 33 famílias que estão produzindo no acampamento, as outras políticas como Pronaf e Pnapo, ainda não são acessíveis, devido à posse da terra ainda estar em tramitação.

Como pode ser observado, o acampamento Emiliano Zapata, pode ser caracterizado pelo modelo campestre de produção, definido por autores como Chayanov, Lênin, Shanin, Wanderley, entre outros, por possuir o sistema de vender o excedente e produzir essencialmente para a família.

Contudo, não se visualiza esta prática no acampamento, tão pouco observamos em outros assentamentos, acampamentos ou faxinalenses, pelo fato de que a produção é voltada especialmente para o comércio, como podemos verificar nas falas dos produtores, técnico e diretor da cooperativa, a produção é grande se pensarmos só no consumo familiar, além disso, há parcerias com outros produtores, no caso do acampamento, até o proprietário da Chácara Maria Emília busca produtos de algumas famílias para compor seus estoques.

O mesmo vale para os faxinalenses (que serão retratados na sequência), que produzem alimentos convencionais e transgênicos, certamente, a maneira de viver e de criar animais e aves, ainda é campestre, no entanto, o capitalismo também se inseriu na comunidade, que utiliza suas terras para produção de grãos que irão direto para comercialização, ficando fora o conceito de produzir para si e vender o excedente, mas estas observações, representam uma de sobrevivência, ante o capitalismo, ou seja, uma forma de resistir à globalização.

E o fator principal, que os produtores do Acampamento Emiliano Zapata apontam, que consiste no poder público conceder efetivamente a documentação

para que eles possam se tornar assentamento, para ter direito a participar de outras políticas públicas e avançar no manejo orgânico, bem como, poder adentrar em outros planejamentos como agroindústria e financiamento da produção.

5.4 Comunidades Faxinalenses: Significado e definições consoantes a autores e legislação

Segundo a Defensoria Pública do Paraná, os faxinais são camponeses que produzem em suas terras e criam animais, aves e moram no local, além disso, os faxinais são exclusivos do estado do Paraná, diferente de indígenas e quilombolas, que estão espalhados pelo Brasil, no entanto, mesmo situado apenas no Paraná, o governo ainda não sabe quantas comunidades faxinalenses existem no estado, isso é um problema, pois o governo não consegue atender a todas as comunidades, que devido às suas áreas com recursos naturais preservados, sofrem com grilagem de terras (DPE-PR, 2023).

Segundo a Lei estadual n.º 15.673/2007, os Faxinalenses são definidos da seguinte forma em seu parágrafo único do 2º artigo:

Parágrafo Único. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvo-pastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural (Paraná, 2007).

Já no Decreto Estadual n.º 3446/97 coloca em seu parágrafo 1º, a definição de sistema Faxinal:

§ 1º - Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (Paraná, 1997).

Em seu parágrafo 1º do artigo 2º coloca que:

§ 1º - Os faxinais registrados no CEUC¹⁴ deverão ser anualmente avaliados e receberão tratamento diferenciado, levando-se em conta, dentre outras, variáveis como: densidade populacional, qualidade de vida das populações residentes, organização e participação comunitária e nível de comprometimento e empenho dos municípios para o desenvolvimento social e econômico dos mesmos (Paraná, 1997).

Tais Leis e Decretos, visam a proteção das comunidades tradicionais, para que suas memórias, símbolos e culturas sejam preservados como patrimônio do estado, além disso, é nestes locais que se tem remanescentes de floresta nativa e recursos naturais, sendo de suma importância para desenvolver pesquisas que visem a permanência dos povos tradicionais e a replicação de matas nativas através do desenvolvimento de clonagem e enxertia de árvores, bem como, a propagação de espécies crioulas de hortaliças, grãos e legumes.

Os faxinais têm seu esboço, na extração de ouro, madeira e posteriormente a colheita da erva-mate, espécie que é nativa da região, além disso, o tropeirismo também foi importante nesta questão, pois o sistema de criação de bois e porcos, consistia em deixá-los soltos nos campos para que se alimentassem não só do capim, mas também de frutos que caíam das árvores, como o pinhão, por exemplo, ou seja, o sistema da criação de animais era inteiramente orgânico, no fim do século XVIII, a busca por animais estava baixa, levando a recessão do tropeirismo, e logo depois, começaram as obras da ferrovia que colocaria fim ao caminho do tropeirismo (Chang, 1988, p.28).

No contexto histórico, os faxinalenses derivam dos ensinamentos dos jesuítas no século XVI, ensinada aos indígenas da época, para que vivessem em comunidade e produzir seus produtos, seguindo o modelo da Europa (Sahr, 2008 *apud* Nerone, 2000). No século XVIII, caboclos passam a integrar os faxinais, além disso, se fazem presentes os imigrantes colonos, que chegaram entre os séculos XIX e XX, já no final do tropeirismo (Sahr, 2008).

Os Faxinais paranaenses, são povos que detém um antigo modo de vida, cultivando a sustentabilidade, criando animais em locais comunitários, onde os animais e aves ficam soltos na rua, mas atualmente, eles tentam sobreviver com toda a pressão fundiária, poucas políticas públicas, “abandono” por parte do poder público e perda de sua população para a cidade (Floriani et al., 2011).

¹⁴ CEUC: Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas.

O aumento da criação de animais, terminou quando caboclos cercaram seus espaços com taquaras, nesta época, se destacavam o prefeito e mais dois outros cargos que eram o inspetor municipal, que intermediava a comunidade com a Prefeitura de Ponta Grossa, cuidando de assuntos relativos a cercamento, invasão de animais, inspeção, multa e indenização, já o inspetor de quarteirão, eram casos de pouca gravidade, como morte animais e pessoas e desavença, ele intermediava a delegacia com a comunidade (Chang, 1988, p.41).

Devido ao cercamento, os animais criados livremente, deveriam agora permanecer no perímetro cercado, para que não atrapalhasse os outros proprietários, desta forma, os animais foram reduzindo, por que, não havia pastagem suficiente para eles (Almeida; Souza, 2009, p.132). Ao analisarmos, a produção industrial da pecuária, os animais, com pouco tempo já são abatidos e vivem na base de rações e hormônios para ganhar peso e tamanho, além disso, existe gado confinado, ou seja, pouco espaço é necessário para criar animais, em contrapartida, a carne fica menos saborosa e sobrecarregada de hormônios, que podem causar danos ao ser humano.

Os faxinalenses, tem costume de viver em comunidade e criam seus animais e aves juntamente com outros através dos chamados “criadouros comunitários” delimitado por cercas ou valos (valetas), para impedir que a criação avance na área de lavoura e estraguem as cultivares, ainda existem os quintais, que servem para cultivar hortaliças e os criadouros particulares, onde se encontram milho, feijão e outros produtos de roça (Almeida; Souza, 2009, p.151).

Durante século XIX, havia três classes rurais, os colhedores de erva, que eram pessoas sem terras, que costumavam fazer o trabalho extrativista das folhas do mate, coletando as ervas em locais da região, pois a erva, era silvestre e naquele tempo havia abundância delas, essa classe, quando chegava a entressafra, ficava sem renda e a alternativa era vender seus serviços para outras pessoas, a outra classe era dos pequenos proprietários, que possuíam terras, e se dedicavam as suas lavouras de subsistência na entressafra, a outra classe também de pequenos proprietários, seguiam o mesmo caminho da classe anterior, porém, com o diferencial de possuírem ervais próprios, trabalhando com a família, assim, diminuindo os custos (Chang, 1988)

No tocante a sua forma de produção, os faxinais dispõem do manejo orgânico para cultivar, Sahr (2005) aponta alguns fatores de reconhecimento desta comunidade:

- a) associação da pecuária, da agricultura e do extrativismo em um sistema singular) a partilha do chão com as terras de cria sendo de uso comum) pratica de uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais) forte convivência e integração com o meio ambiente através da conservação da biodiversidade e de culturas de extrativismo (Sahr, 2008, *apud* Sahr, 2005).

Hoje, no século XXI, alguns sistemas faxinalenses, fizeram o uso de agroquímicos, muito pela demanda industrial, principalmente quando a cultura é o fumo, a erva-mate, passou a ser processada pela indústria, desta forma, o faxinal vende o produto bruto e a indústria vai cuidar do restante, diferentemente de quando ainda eram pousios, onde todo o processo da erva era realizado pelo próprio faxinal e o uso de insumos era orgânico (Sahr, 2008 *apud* Lemes, 2005).

Como a autora retrata, é o modernismo nos sistemas faxinalenses, porém, deve ser ressaltado que a modernidade deve fazer parte da comunidade, emprego de tecnologia, equipamentos e máquinas, mas os conhecimentos referentes às tradições e manejo devem estar presentes, quando se fala em adubos químicos e agrotóxicos, certamente os faxinais estão esquecendo sua origem e se transformando em uma agricultura capitalista que visa o lucro, deixando de lado seu sistema orgânico e suas tradições, sendo assim, não poderia ser chamado de faxinalense e sim de agricultor convencional.

Claro que isso também se deve a modernização que a agricultura brasileira teve nos anos 1960, com o surgimento da Revolução Verde, a política creditícia para agricultores, sem falar no golpe de 1964, onde o governo militar assumiu, isso atribuiu novas características a agricultura, deixando-a moderna e fornecendo créditos para aquisição de maquinários e insumos, favorecendo a indústria agrícola (Chang, 1988).

Devido a estas mudanças drásticas nos faxinais, os mesmos vêm desaparecendo, a criação não é mais solta, os cercados são individuais, o abandono das pessoas, que saem de lá para tentar a vida em outro lugar e uso intensivo do solo, tais fatores terão um impacto significativo na comunidade faxinalense (Chang, 1988), outro fator, é o avanço do capitalismo, que se faz presente na figura da indústria, onde a mesma tem sua demanda e os produtores

cultivam para supri-la, sendo que muitas vezes, a indústria pode auxiliá-los, fornecendo assistência técnica, mas no modelo convencional, com agroquímicos, deixando muitas vezes o produtor preso a indústria e cada vez mais pobre.

Nota-se que o capitalismo chega com extrema força nas comunidades tradicionais, levando-as a esquecerem suas raízes para se adaptar ao modelo industrial, que visa o lucro só de um lado, o da indústria, enquanto o produtor, coloca sua força de trabalho a disposição do capitalismo. Obviamente, vivemos em um mundo onde o capitalismo impera, no entanto, práticas tradicionais podem ser agregadas a este modelo econômico, formas sustentáveis de fazer agricultura, aliada com a tecnologia de equipamentos e maquinários, desta forma, utilizam-se os pontos positivos da globalização e permanece com os costumes tradicionais na hora de produzir, ambos os lados ganham, além disso, o produto cultivado sustentavelmente, gera uma renda maior, uma saúde melhor e colabora com a proteção do nosso planeta.

Embora, ocorra tais situações com a infiltração do capitalismo nas comunidades faxinalenses, estas áreas ainda costumam abrigar diversas espécies da mata atlântica, como cerejeira, grumixama, araucárias, etc., juntamente com a fauna, tornando um dos poucos lugares de conservação da mata nativa, mas é claro, com alterações devido ao pastoreio extensivo e extrativismo (Almeida; Souza, 2009, p.132).

Contudo, em 2004, foi criada a Rede Faxinal, responsável por fortalecer a comunidade faxinalense, com o apoio de instituições universitárias como Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste) e UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), instituições governamentais como IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), SEAB (Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento) e SEMA (Secretaria de Estado, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e não governamentais como ING (Instituto Guardiões da Natureza) e IEEP (Instituto Equipe de Educação Popular), desta forma, o programa visa estabelecer a autonomia dos faxinais e auxiliando na renda dos mesmos (Sahr; Cunha, 2005).

A importância de preservar os faxinais, se refletem nas memórias e contexto histórico de uma comunidade, que fez parte do desenvolvimento do país e do Paraná, começando com os jesuítas e depois os tropeiros que cortavam os estados do sul e sudeste para levar barganhas, que futuramente, devido ao desenvolvimento, o tropeirismo foi ficando de lado, mas deixou raízes que contam

suas histórias até hoje, inclusive os quilombolas, que também fizeram parte do tropeirismo na região.

É válido ressaltar a questão política envolvida no âmbito faxinalense, devido às elites dominantes e manipuladoras, as comunidades foram mantidas sob a ignorância e miséria, por falta de atenção do poder político, se preocupando mais com a elite agrária (Almeida; Souza, 2009, p.146). De certa forma, a política possui representantes ruralistas, que irão apoiar mais o agronegócio e fazer de tudo para obter terras de povos tradicionais, sob o discurso de que se deve alimentar o mundo e para isso, precisa-se de mais terras.

Este discurso político, é uma das três formas de relação de poder descrita por Haesbaert onde ele menciona que:

-Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídicopolítica (relativa a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como espaço controlado e delimitado através do qual exerce um determinado poder, na maioria das vezes não exclusivamente -relacionado ao poder político do Estado (Haesbaert; 2011 *apud* Haesbaert; Limonad, 1999).

Desta forma, se valendo de influências, os próprios fazendeiros donos de enormes áreas, forçam por meio de excessos e desvios de poder, os povos tradicionais e os agricultores familiares, a abandonar ou vender com um preço mais baixo suas propriedades, para serem incorporadas aos bens da elite agrária, fazendo com que estas pessoas passem a compor as favelas e construir moradias em locais inapropriados, continuando na miséria e sem assistência governamental.

5.5 Educação Faxinalense e seus desafios

Na educação, primeiramente a comunidade construía a própria escola e os professores que trabalhavam lá, ficavam hospedados na casa dos próprios faxinalenses, com o passar do tempo, o governo começou a assumir este papel, criando escolas rurais para que as crianças e adolescentes estudem, no entanto, na década de 1990, as séries iniciais, começaram a ser responsabilidade do município, porém, o mesmo alegava falta de verba para manutenção da escola e contratação de discentes, com isso, as escolas fecharam e em 2007, através do Decreto Federal n.º 6.047, destacava que as comunidades faxinalenses deveriam ser assistidas e receber educação (Sahr, 2008).

Mediante esta situação da educação faxinalense, esbarramos em alguns pontos: A falta de professores para lecionar e a falta de professores que queiram

lecionar em área rural, pois ministrar aulas em áreas rurais é mais complicado, o acesso à comunidade é ruim, as estradas, por vezes, são mal cuidadas, é afastada do centro, tem pouco ou nenhum sinal de telefone, de forma que o docente, não queira ministrar suas aulas no interior, deixando as comunidades rurais sem professores para seus alunos.

5.6 Faxinal Sete Saltos de Baixo: Breve história, cotidiano e sua produção agrícola

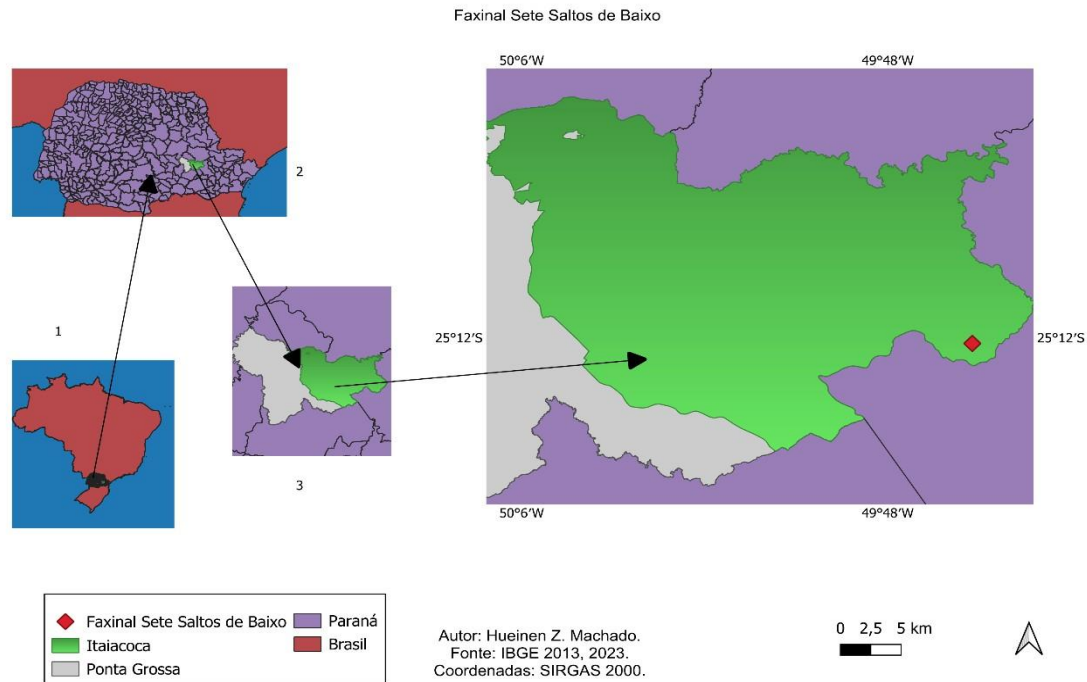
Localizado em Sete Saltos (Mapa 2) pertencente a Itaiacoca, distrito do município de Ponta Grossa–PR, situa-se no 1º planalto paranaense na bacia do rio Sete Saltos, o território ocupa cerca de 992 ha (Moro; Lima; 2005), o Faxinal, segundo moradores, é composto por aproximadamente 80 famílias, elas têm suas unidades de produção fora do Faxinal, sendo denominado Terra de Plantar, essa área é delimitada por uma passarela chamada “mata burro” que divide o Faxinal e as Terras de Plantar (Imagem 6).

A história do Faxinal Sete Saltos de Baixo, se deu com a chegada de famílias nobres de São Paulo, que receberam sesmarias em Itaiacoca, com o surgimento destes latifúndios, os indivíduos começaram a criar gado nestas terras, mais tarde, houve o abandono destas terras, originando várias localidades, uma delas foi o Faxinal Sete Saltos de Baixo (Staniski et al., 2014).

Segundo A.C¹⁵. (produtor e morador da comunidade), o Faxinal era um lugar onde se tinha muita vegetação nativa, plantio orgânico, seguindo os moldes do campesinato, mas com o passar do tempo, as tecnologias foram surgindo e o manejo passou a ser convencional e transgênico como está atualmente em 2024.

¹⁵ Nome abreviado para proteger a identidade.

Mapa 7: Localização do Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Segundo o Sr. A.C., os terrenos, alguns têm posse, outros, escrituras, no entanto, corresponde a 20% do terreno, o restante não possui matrícula, por conta do custo, mas independente da medida de cada terreno, os produtores podem criar seus animais e aves no terreno de outras pessoas, quando for na área do Faxinal, delimitada pelo mata burro.

O acesso ao Faxinal Sete Saltos de Baixo é complicado, conta com ruas estreitas e íngremes, dividido por uma estrutura chamada “mata burro”, alguns não possuem ainda saneamento básico, a água é proveniente de nascente, mas como as produções de cereais são transgênicas e com agrotóxicos, a água pode sofrer alguma contaminação.

Imagem 36: Mata burro que separa o Faxinal das terras de plantar no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Essa demarcação, é feita para delimitar o acesso dos animais às Terras de Plantar, estas terras, é onde os produtores cultivam suas roças, estas áreas podem ser próprias ou arrendadas, as roças são trabalhadas pelas famílias com auxílio de maquinários para plantar e colher.

No tocante a saneamento básico, o Faxinal é abastecido por nascente, a coleta de lixo é feita a cada 15 dias, alguns moradores, atualmente, no ano de 2024, a Prefeitura de Ponta Grossa–PR, está fazendo melhorias no abastecimento de água, por conta de uma verba advinda da usina de Itaipu, sendo assim, a comunidade terá melhorias no que tange a distribuição de água, mas não se sabe se outras melhorias serão feitas.

A produção, segundo D.F¹⁶., eles costumam plantar hortaliças, legumes, verduras, grãos, criar animais e aves, ervas medicinais, frutíferas, paisagísticas e forrageiras (Almeida; Souza, 2009) esta última, é encarregada de cobrir o solo, pode servir como matéria morta para proteção da terra e também alimentar as criações como o gado por exemplo, principalmente no inverno, quando não há pasto, nestes casos, colocam-se as forrageiras, para se desenvolver, pois algumas espécies delas resistem ao inverno e também a seca.

¹⁶ Nome abreviado para proteger a identidade.

A produção das comunidades faxinalenses, em sua maioria, se dá pelo modelo orgânico, mas como foi citado anteriormente, existem comunidades que fazem o uso de adubação química e até mesmo agrotóxico, mas isso é claro, devido ao planejamento que determinada família possui, no âmbito da comercialização industrial de seu produto, para aqueles que desejam continuar na subsistência, vendendo apenas o excedente, o manejo continua sendo orgânico.

Na comunidade Sete Saltos de Baixo, a produção de cereais é feita com agroquímicos, sementes transgênicas e maquinários (Imagem 37), essa produção é vendida para as cooperativas, o terreno tem por volta de 15 ha.

Imagem 37: Produção de feijão de D.F. nas terras de plantar no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Aqui, pode-se perceber que a colheita já foi praticamente finalizada, os restos de plantas que a colheitadeira tritura, retornam à terra, que vai ajudar na cobertura de solo, este modelo é denominado plantio na palha, esta palha tem o objetivo de segurar a umidade e auxiliar na fertilidade do solo, além de evitar erosão e lixiviação, no entanto, os microrganismos não conseguirão se estabelecer por conta do glifosato e outros herbicidas aplicados rotineiramente, sendo assim, a fertilidade da terra será contraditória neste caso.

A assistência, é realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER e as cooperativas, por onde os produtores compram suas sementes e fertilizantes químicos, com relação à política pública, é utilizado o Pronaf. Os produtores relatam, que são “direcionados” a fazer o que as

cooperativas querem, por precisarem dar retorno de sua produção, ou ficam endividados com o banco que financia a mesma (tabela 24).

Tabela 24: Valor do Pronaf de D.F. no Faxinal Sete Saltos de Baixo.

Programa	Valor em R\$
Pronaf	90.000

Fonte: O Autor (2024).

Alguma adubação orgânica é realizada, como o emprego de esterco ou adubos verdes, que servirão para não deixar o solo desprotegido no tempo de rotação de culturas, mesmo assim, os produtores estão percebendo uma diminuição na produção, muito por conta do clima, como estiagem prolongada e excesso de chuva, com isso, a produção fica menor. Já a colheita, é feita por máquinas que despejam diretamente no caminhão (Imagem 38).

Imagem 38: Carregamento do caminhão no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

A colheita vem sendo baixa (Tabela 25), por conta do clima, no entanto, como as sementes são transgênicas, elas são projetadas para resistir estiagem e patógenos, mas neste caso, percebe-se que nem mesmo estas sementes conseguem resistir às condições impostas pela natureza e pela infertilidade do solo, que cada vez fica mais pobre por conta dos agrotóxicos.

Tabela 25: Produção de D.F. no Faxinal Sete Saltos de Baixo.

Produto	Quantidade em kg (aproximadamente)
Milho	30.000
Trigo	30.000
Feijão	30.000

Fonte: O Autor (2024).

Outro ponto reclamado por D.F., é o custo da semente, que por vezes costuma não pagar o investimento na produção, isso está levando muitos faxinalenses a procurar outros empregos e desistir das lavouras, no presente século XXI, poucos integrantes trabalham nas roças, a maioria trabalha fora, com isso, o Faxinal pode desaparecer futuramente.

Segundo Azevedo (2000), plantas como o milho, apresentam boas resistências a certos insetos e pragas, por conta da combinação genética, todavia, não é isso que ocorre no Faxinal, há relatos dos produtores que sofrem com insetos que comem a espiga do milho causando danos à plantação, certamente a transgenia não está dando conta de resistir a certas doenças, parasitas e o próprio clima, neste contexto, podemos fazer o uso de agroecossistemas para fornecer predadores a estes insetos que estão consumindo o milho.

Segundo D.F., a aplicação de defensivos é feita pelo trator, que vai pulverizar este produto no solo, evitando que a pessoa acabe entrando em contato com o defensivo, no entanto, sabe-se que a terra e os recursos hídricos como lençóis freáticos, serão contaminados, bem como, outros animais que circularem no perímetro.

Às vezes, é utilizado alguma adubação verde como aveia e nabo forrageiro, para ter mais palhada na hora de produzir, no entanto, com a aplicação de agroquímicos, a microbiota do solo será afetada do mesmo jeito, sem contar, que as sementes têm um valor maior, mas aqui precisa-se fazer uma ressalva, pois, quando se compra em quantidade, principalmente o mix de sementes, eles vêm com mais espécies de plantas com um preço menor, se comparado o gasto com insumo químico, até por conta do retorno futuro que os adubos verdes trarão, como

fixar N no solo, produzir biomassa e melhorar a microbiota do solo, ao passo que os insumos químicos trarão erosão, infertilidade e contaminação do sistema.

No entanto, D.F., fala que para ser agroecológico, precisam de incentivos do poder público, pois abandonar o modo de plantio agora, resultaria em miséria, pelo fato de que para recuperar o solo necessita de alguns anos e a renda iria cair muito com estes períodos de espera sem cultivar nada.

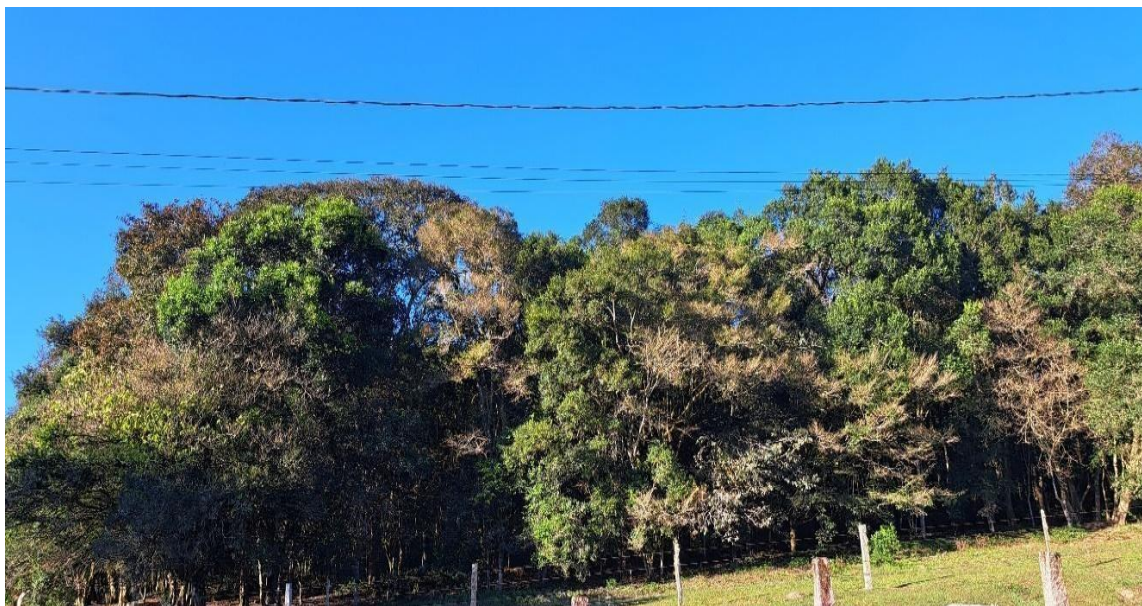
Ainda para D.F., ele ressalta que não é fácil transicionar para a agroecologia sem ter apoio do governo, um dos produtores disse que a proteção ambiental e a produção agrícola, devem caminhar juntas, mas precisa de orientação para os produtores, não bastando só fazer reuniões e conferências, sem pensar no produtor e na sua situação econômica durante o processo de transição agroecológica, de fato, ao ter apoio do poder público, bem como orientação especializada, fica mais fácil fazer o manejo e se tornar agroecológico.

Quando questionados sobre o que entendem sobre agroecologia, D.F., A.C. e P.F., não fazem ideia do que seja, pelo fato da nomenclatura “agroecologia”, mas todos concordam em produzir sem degradar, ou seja, sabem o que significa “agroecologia”, mas de maneira indireta, alguns mencionam que deve se produzir sem degradar, colocando humano e natureza lado a lado, como uma relação de simbiose, conceito este defendido por Ernst Götsch, onde humano e natureza devem caminhar juntos.

A respeito dos recursos naturais, têm-se alguns pontos a serem verificados, a princípio, a mata está preservada (Imagem 39), até por conta do CAR¹⁷, onde o governo monitora a área de plantio e a de reserva natural, no entanto, como a maioria dos produtores utiliza o manejo transgênico, os recursos naturais serão contaminados e destruídos ao longo do tempo, bem como a microbiota do solo, o deixando cada vez mais fraco e ao eliminar uma planta invasora, deixamos lacunas neste solo, uma vez que as invasoras indicam que o solo necessita de algum nutriente, ou avisam que o solo está fértil (Primavesi, 2009, p. 20).

¹⁷ CAR: Cadastro de Área Rural, usado pelo governo para monitorar áreas rurais.

Imagem 39: Área de preservação no Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O Autor (2024).

A mata, da primeira imagem, é área de proteção, ali os animais também frequentam, além disso, possui espécies como melíponas (abelhas nativas sem ferrão), que é possível visualizar (Imagem 40), existem espécies como mandaçaia e jataí, mas os produtores ainda não criam, estas, estão habitando troncos secos de árvores, o som delas é perceptível ao aproximar o ouvido da abertura do enxame.

Imagem 40: Entrada das melíponas no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Com o uso de insumos químicos, as abelhas nativas também estarão ameaçadas, mas caso seja protegida e o manejo retorne a ser sustentável, os produtores podem replicá-las, bem como, comercializar o mel nativo e vender os enxames para quem quiser comprar, é mais uma alternativa de renda que pode ser incorporada para a família.

5.7 Pecuária: A criação livre de animais e aves

A área de Faxinal, é onde as pessoas residem e criam seus animais e aves, então é comum encontrar aves, suínos e equinos soltos nas ruas (Imagem 41), este modelo de criação, já é tradicional, desde o tempo em que os faxinais foram organizados, isso traz um sabor especial a carne, os mesmos são alimentados mistamente, não totalmente orgânica, pois os cereais produzidos no Faxinal Sete

Saltos de Baixo, tem sua origem transgênica, sendo assim, a alimentação animal não se constitui de forma 100% orgânica.

Imagem 41: : Suínos soltos na rua no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Esta criação solta, segue os padrões de antigamente, quando os faxinais foram criados, os animais se alimentam do que cai das árvores e como eles andam bastante, a carne fica mais firme, quando o suíno vai para a engorda, ele é colocado em pocilga (Imagem 42) com bastante comida para atingir seu peso para produção de carne e banha. A carne por vezes é colocada com a banha, para ficar conservada por mais tempo e facilite na hora de preparar pratos.

Imagem 42: : Pocilga de suínos no Faxinal Sete Saltos de Baixo .



Fonte: O Autor (2024).

As aves, também são criadas soltas (Imagem 43), mas não ficam fechadas a noite em galpões, elas ficam empoleiradas nas árvores e pela manhã descem e saem para as ruas, são criadas com milho da própria produção e resto de comida que sobram das refeições.

Imagem 43: Criação de aves no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Da mesma forma que os suínos, as galinhas possuem uma carne mais firme e saborosa, por conta do tipo de criação, às vezes, as carnes e banha são comercializadas quando há excedente, mas sempre é utilizada pela própria comunidade para consumo próprio.

As sementes, rações, ferramentais e alimentos das criações, são guardadas em um pequeno galpão, também chamado “paió”, lá é feita a debulhação do milho, bem como sua armazenagem, a estrutura é simples, de madeira (Imagem 44).

Imagem 44: Pequeno galpão “paió” no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

Quando ocorre dias de chuva, o serviço é debulhar as espigas de milho, para as galinhas, já para os suínos, o milho é servido inteiro.

5.8 Educação e Saúde do Faxinal Sete Saltos de Baixo

O Sr. A.C., relatou sobre as condições da educação das crianças, a escola é longe, existe uma próxima, em Campo Largo–PR, mas por conta de ser outro município, as crianças não podem estudar lá, a escola que existia no Faxinal, foi

fechada pela Prefeitura, sendo assim, os estudantes precisam pegar o transporte no Faxinal por volta das 6h da manhã e retornam à tarde por volta das 13h, as escolas, localizam-se no Biscaia e Cerrado Grande em Itaiacoca.

Foi relatado que há falta de professores para algumas disciplinas, chegando a ficar 3 aulas vagas dependendo do dia, por outro lado, a educação se mostra ótima, moradores falaram que a escola mapeia a dificuldade das crianças e trabalha em cima dessas dificuldades para melhorar o discente. Embora, as crianças façam alguma atividade na roça, elas não são colocadas para trabalhar efetivamente, as atividades servem mais para aprendizado e para manter as tradições.

O transporte público, é feito por automóveis como kombi e van, os estudantes do Faxinal, são transportados juntamente com os estudantes de outras localidades, como Acampamento Emiliano Zapata, Botuquara, Capão da Onça, Buraco do Padre, Cachoeira da Mariquinha, Passo do Pupo e outras áreas rurais da região (Redação de Mídia Integrada-UEPG, 2023).

Com cerca de 4 instituições de ensino, sendo apenas uma de ensino médio, a situação fica difícil para esta região, devido ao número de alunos que são aproximadamente 250, além disso, os docentes também precisam se deslocar por longos quilômetros para lecionar, fazendo com que alguns professores e professoras, não peguem aulas nestas escolas devido ao percurso demorado e íngreme (Redação de Mídia Integrada-UEPG, 2023).

Já na saúde, os moradores contam com um posto de saúde que funciona de segunda a sexta, mas caso haja algum problema maior, os habitantes devem seguir para Ponta Grossa ou Campo Largo para se tratar, em média, leva umas 2h de percurso até chegar em um destes municípios, até por conta de ser um lugar de difícil acesso e para a ambulância ir, fica mais complicado.

5.9 Aspectos culturais: um pouco de seus símbolos no território faxinalense

No que se refere a religião, o predomínio é do catolicismo, realizado em uma capelinha ou nas casas dos moradores, é comum encontrar imagens e estátuas de santo, Nossa Senhora e Jesus, a fé é muito arraigada na vida dos faxinalenses, começa desde cedo, com as crianças participando dos ritos católicos, lendo a bíblia e fazendo orações.

A respeito das comidas típicas, são a “farofa de viagem”, que é um alimento feito com farinha de milho e pedaços de carne de frango, é servido no café da manhã, segundo o Sr. A.C., esta comida era utilizada no tempo do tropeirismo, algo que é um tanto diferente, se pensarmos em nosso cotidiano, na cidade.

O pinhão, se faz presente em qualquer hora do dia, na época de produção desta semente, os faxinalenses saem buscar nas matas, eles costumam a pegar os pinhões que estão no chão, que estão maduros e começam a cair da pinha (onde o pinhão fica na araucária), além de cozido, a semente pode ser colocada em uma fogueira, conhecida como “sapecada”. Outra cultura ainda preservada, é o chimarrão (bebida quente da erva-mate), também é servido em qualquer hora do dia, permite espantar o frio no inverno e hidratar o corpo, principalmente para aqueles que não consomem a quantidade necessária de água por dia.

A erva-mate, é colocado em um recipiente chamado “cuia”, aí mistura-se a água quente e coloca-se um “canudo” chamado “bomba de chimarrão”, na sequência é feita a roda de chimarrão (conjunto de pessoas ali presentes), essa bebida é passada para cada um beber, não importa em qual casa a pessoa vá, sempre tem uma roda de chimarrão e todos são convidados a participar.

No plantio, o calendário lunar ainda é utilizado, mas agora, é em alguns casos, fala-se em plantio de tubérculos na lua minguante, milho e feijão na crescente, seguindo indiretamente o modelo biodinâmico de agricultura desenvolvida por Rudolf Steiner, que visa equilibrar a produção, misturando cosmologia e filosofia no manejo, tratando a planta como se fosse um ser humano (Miklós, 2019).

No plantio do feijão, milho e mandioca, eram primeiramente derrubadas as capoeiras que estavam há 3 anos no local, depois, era ateado fogo, com aceiros para que não invadissem outros perímetros, depois, aguardava-se a chuva para a cinza penetrar na terra, só depois disso, era feito o plantio em cavadeira ou matraca (ferramentas da época).

Quando chegava a colheita, a atividade era desempenhada manualmente, pela família e vizinhos, quando havia mutirão ou “puxirão”, as sementes eram outras, os feijões costumavam a subir no milharal, devido ao seu tamanho e desenvolvimento, máquina alguma colhia, após colhido era trazido, malhado e “ventado” com a peneira (Imagem 45).

Imagem 45: Peneira de feijão no Faxinal Sete Saltos de Baixo.



Fonte: O Autor (2024).

A peneira, é usada para “ventar” feijão, a primeira coisa a se fazer, é colher o feijão e malhar (retirar da bainha), depois, é feito a separação do grão dos restos de palha e outras impurezas com a peneira, aí, é colocado ao sol para secar, posteriormente, é acondicionado em garrafas pet para ficar conservado e evitar caruncho, o grão é usado durante o ano todo, auxiliando na economia familiar, pois se evita comprá-lo no comércio, era antigamente, feito o plantio de batata inglesa, mas pela falta de mão-de-obra e do preço baixo, a cultivar não foi mais plantada.

Estas ferramentas antigas, também fazem parte da cultura faxinalense, além das sementes cultivadas artesanalmente, que hoje vêm desaparecendo, juntamente com o manejo e o trabalho no campo, mas ainda existem muitos costumes preservados, que caracteriza o território simbólico, o sentimento de pertencimento ao Faxinal, como pôde ser acompanhado na visita feita à comunidade.

Então, como se pode perceber, o Faxinal Sete Saltos de Baixo, é uma comunidade tradicional, que atualmente utiliza o sistema convencional capitalista para produção de alimentos, deixando de lado um pouco dessa essência de

camponês, priorizando a produção para cooperativas, alguns costumes, ainda se mantém, como o chimarrão e a criação de animais e aves, mas isso, vem se alterando conforme o tempo passa e as novas gerações chegam.

Futuramente, nas condições atuais, onde os jovens estão abandonando o Faxinal, o mesmo pode deixar de existir, se transformando em área de especulação, isto será impulsionado pelo nível de fertilidade da terra e endividamento das famílias, onde são utilizados agrotóxicos para manter a produção, com isso, a terra fica infértil e a dívida bancária cresce, levando os indivíduos a deixarem suas terras vendendo-as, praticando o valor de troca.

O sistema agroecológico, poderia ser empregado, mas esbarra no banco, falta de assistência, pouca ou nenhuma presença do poder público, poucos recursos destinados a políticas públicas, tornando o manejo agroecológico inviável.

6 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES

6.1 Indicadores socioeconômicos, demografia, escolaridade e saneamento básico

Para Lamarche, existem 4 tipos de classificação da agricultura familiar: A tipo empresa, empresa familiar, campesina ou subsistência e moderna, apenas a última não foi constatada nas propriedades visitadas e estão elencadas abaixo:

Tabela 26: Tipos de agricultura segundo a classificação de Lamarche.

Tipo de estabelecimento	Número de produtores
Empresa	1
Empresa familiar	7
Agricultura de subsistência ou campesina	2
Agricultura familiar moderna	0

Fonte: Adaptado.

Ressalta-se, que a agricultura campesina ou subsistência, no mundo atual, é praticamente impossível, devido ao capitalismo, todos os produtores visitados, vendem para ganhar dinheiro, e a parte agroecológica e orgânica é vista como nicho de mercado para poder lucrar mais, alguns produtores, enxergam como uma forma de se manter saudável produzindo de forma orgânica.

Há pessoas que produzem para si e vendem o excedente, porém está concentrado em pessoas que detêm pouco espaço, ou seja, lotes, onde o indivíduo planta uma determinada cultura e esta produz muito, aí o excesso de produção é vendido

A respeito do nível agroecológico, mediante a tabela mostrada no primeiro capítulo, foram analisadas as propriedades visitadas na tabela abaixo:

Tabela 27: Nível agroecológico dos estabelecimentos visitados.

Nível de agroecologia das propriedades	
Estabelecimento	Nível agroecológico
Estância Alegre	1
São Sebastião I	1
Faxinal Sete Saltos de Baixo P1.	Não se aplica
Faxinal Sete Saltos de Baixo P2	Não se aplica
Faxinal Sete Saltos de Baixo P3.	Não se aplica
Emiliano Zapata P1.	2
Emiliano Zapata P2.	2
Emiliano Zapata P3.	2
Emiliano Zapata P4.	2
Maria Emília	2

Fonte: O Autor (2024).

Nota: A letra P. seguida de número, significa o número da propriedade visitada.

Percebe-se que o nível 3, não está listado em nenhuma propriedade, pois a agroecologia no município de Ponta Grossa, ainda precisa de mais incentivos, relacionados à assistência e mais efetividade do poder público para promoção do manejo sustentável, que seria capacitação, palestras, seminários e diálogo com a comunidade produtora, bem como os estabelecimentos de agricultura familiar, outra questão, é o recurso destinado, que é baixo.

Com relação à faixa etária dos produtores, foi analisado a predominância das idades na tabela abaixo:

Tabela 28: Faixa etária dos entrevistados.

Perfil etário dos entrevistados	
Idade (em anos)	Número de indivíduos
40-50	4
51-60	4
61 ou mais	2

Fonte: O Autor (2024).

Observa-se, que a faixa etária que mais predomina, é a de 51 a 60 anos, ou seja, trata-se de um público mais envelhecido, com isso, a produção pode ser prejudicada, caso a juventude não queira trabalhar na área, isso é um fato que está muito presente no século XXI, devido aos jovens enxergarem outras oportunidades fora da agricultura.

A respeito do perfil econômico, seguem os dados na tabela a seguir:

Tabela 29: Perfil econômico dos entrevistados.

Perfil econômico dos entrevistados	
Renda	Número de indivíduos
1-3 salários	9
4-5 salários	0
6 ou mais	1

Fonte: O Autor (2024).

Aqui, ocorre uma concentração de produtores na faixa de 1 a 3 salários mínimos, somente 1, possui renda maior que 6 salários, ou seja, mesmo com o auxílio dos programas governamentais para a agricultura ecológica e familiar, isso não é suficiente, pois há muito gasto com insumos como esterco, por exemplo, sem contar que em algumas áreas, há o manejo convencional, que vai encarecer ainda mais a produção.

Isto, também pode ser relacionado com a desistência dos jovens de permanecer no campo, devido a estas condições desiguais de renda, já na cidade, através da formação e capacitação, podem-se receber muito mais do que trabalhando no campo, ocasionando assim, um novo êxodo rural, com isso, vai se iniciando uma reação em cadeia, pouca gente no campo, baixa produção, menos alimentos disponíveis, mais elevado o preço fica, se estabelecendo então, a fome e a miséria.

No tocante a demografia (tabela 30), esta questão se vincula ao que foi dito na renda e idade dos produtores.

Tabela 30: Demografia dos entrevistados.

Perfil demográfico dos entrevistados	
Estabelecimento	Número de pessoas
Estância Alegre	2
São Sebastião I	3

Conclusão

Maria Emília	1
Faxinal Sete Saltos de Baixo P1.	4
Faxinal Sete Saltos de Baixo P2	1
Faxinal Sete Saltos de Baixo P3.	2
Emiliano Zapata P1.	3
Emiliano Zapata P2.	5
Emiliano Zapata P3.	4
Emiliano Zapata P4.	2

Fonte: O Autor (2024).

Nota: A letra P. seguida de número significa o número da propriedade visitada, e na Chácara Maria Emília, apenas a mãe do produtor reside na propriedade.

Nesta tabela, foram contados quantos indivíduos vivem com o produtor, nota-se, a presença de 2 pessoas ou 1, por estabelecimento, confirmando o que foi dito anteriormente, que a falta de jovens pode afetar a produção agrícola, inclusive, este fato foi apontado pelos próprios produtores, onde os jovens estariam deixando o campo para ir à cidade trabalhar.

Há casos, onde a pessoa entrevistada não tinha filhos, isto se deve a nova fase que o Brasil e o mundo passam, onde as pessoas não veem motivo para reprodução, tendo em vista os altos custos de vida, a falta de tempo e a própria dificuldade financeira, que acaba atrapalhando o planejamento da família em relação a filhos.

Em lugares onde se tem os filhos auxiliando na produção, a família não gasta com mão-de-obra, no entanto, quando os filhos não ajudam na propriedade, deve se contar com colaboradores, porém nem todos conseguem contratar, com isso, o produtor fica sobrecarregado e a produção acaba sendo mais baixa.

Sobre o acesso a políticas públicas, segue a tabela a seguir:

Tabela 31: Políticas públicas das unidades visitadas.

Políticas públicas utilizadas	
Estabelecimento	Política pública
Estância Alegre	Não se aplica
São Sebastião I	PAA
Maria Emília	Não se aplica

Conclusão

Faxinal Sete Saltos de Baixo P1.	Pronaf
Faxinal Sete Saltos de Baixo P2	Não se aplica
Faxinal Sete Saltos de Baixo P3.	Pronaf
Emiliano Zapata P1.	PNAE, PAA e Feira Verde
Emiliano Zapata P2.	PNAE, PAA e Feira Verde
Emiliano Zapata P3.	PNAE, PAA e Feira Verde
Emiliano Zapata P4.	PNAE, PAA e Feira Verde

Fonte: O Autor (2024).

Nota: A letra P. seguida de número significa o número da propriedade visitada.

O acesso a estas políticas, representa uma melhora na condição de vida do produtor, contudo, ainda precisa de mais incentivos para produzir de forma agroecológica, foi constatado na entrevista, a falta de conhecimento de alguns produtores sobre as políticas públicas, alguns dos entrevistados, mal sabiam em qual política pública estava inserido, sem contar, que a própria gestão do município e do estado, é mal feita, pois os valores aparecem diferentes em algumas ocasiões.

Desta forma, fica complicado manter uma política de apoio ao agricultor familiar e a agroecologia, alguns produtores são beneficiados com somente uma política pública, há casos de atravessadores, como foi citado anteriormente, que costumam serem pessoas sem propriedade, ou seja, compram na Ceasa e distribuem, fazendo uso inclusive das próprias políticas públicas.

A respeito da escolaridade, notam-se padrões diferentes de cada propriedade na tabela abaixo:

Tabela 32: Escolaridade dos entrevistados.

Escolaridade dos entrevistados	Número de pessoas
Ens. Fund. Incompleto	3
Ens. Fund. Completo	1
Ens. Médio Incompleto	0
Ens. Médio Completo	4

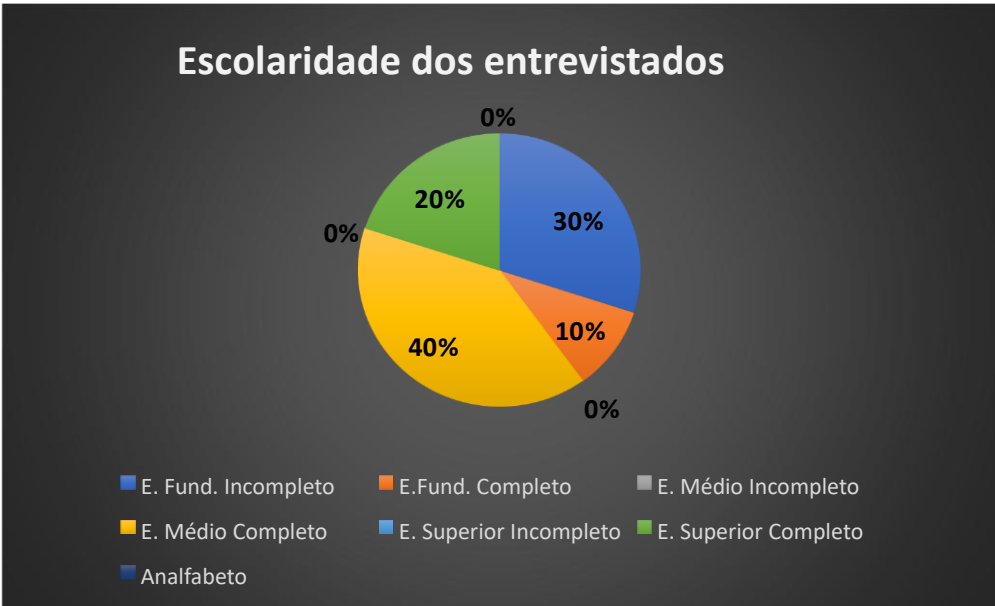
Conclusão	
Ens. Superior Incompleto	0
Ens. Superior Completo	2
Analfabeto	0

Fonte: O Autor (2024).

Percebe-se, que a presença de analfabetismo nas propriedades visitadas, é nulo, no entanto, pessoas com somente o ensino fundamental incompleto, representa 30% do total de entrevistados, mas isso se deve à falta de oportunidade, condições financeiras e a própria vida, onde se tinha que trabalhar na infância, resultando em dificuldades em permanecer na escola.

O fator predominante, foi o ensino médio, onde 40% dos entrevistados possuíam, por fim, o ensino superior ficou com 20% do total, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados.



Fonte: O Autor (2024).

O referido gráfico, apresenta em percentuais a distribuição do nível de escolaridade dos entrevistados, mostrando que a maior fatia está entre aqueles que possuem ensino médio completo.

A próxima tabela, diz respeito ao saneamento básico, percebe-se que a maioria não conta com saneamento básico.

Tabela 33: Saneamento básico dos estabelecimentos visitados.

Saneamento básico	
Propriedades	Condições
Estância Alegre	Fossa séptica e poço artesiano
São Sebastião I	Fossa séptica e poço artesiano
Maria Emília	Tratamento de esgoto e água encanada
Faxinal Sete Saltos de Baixo P1.	Fossa séptica e água de vertente
Faxinal Sete Saltos de Baixo P2	Fossa séptica água de vertente
Faxinal Sete Saltos de Baixo P3.	Fossa séptica água de vertente
Emiliano Zapata P1.	Fossa séptica e poço artesiano
Emiliano Zapata P2.	Fossa séptica e poço artesiano
Emiliano Zapata P3.	Fossa séptica e poço artesiano
Emiliano Zapata P4.	Fossa séptica e água por elevação

Fonte: O Autor (2024).

Nota: A letra P. seguida de número significa o número da propriedade visitada

Percebe-se, que a predominância de água de vertente ou artesiano e a fossa é séptica, com relação à água, a mesma deve ser analisada periodicamente, para evitar qualquer tipo de contaminação, que em alguns casos não é realizada, até mesmo, foi constatada a presença de vertentes em meio a utilização de agrotóxicos, algo que pode resultar em doenças no futuro.

E isso, se reflete principalmente nos agricultores com menos condições financeiras, provando a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto na presente pesquisa, percebe-se que a agroecologia ainda caminha a passos curtos no município de Ponta Grossa, por conta dos baixos investimentos em políticas públicas, isso, se reflete na pouca produção de alimentos agroecológicos, além disso, a falta de assistência, cursos, reuniões e qualificação também contribui para esta baixa produção, nota-se que o cultivo da soja, é dominante no território.

O trabalho, teve como objetivo geral, a compreensão dos territórios da agroecologia mediante os movimentos sociais e comunidades tradicionais em Ponta Grossa-PR, onde foi possível verificar isso, através dos entrevistados, com suas culturas, saberes, manejos e suas concepções de agroecologia por meio de suas falas.

No que se refere aos objetivos específicos, foi realizada a identificação dos processos e dos níveis de agroecologia no município, a caracterização dos produtores e da produção agroecológica em Ponta Grossa e a análise das políticas públicas nas três esferas da federação.

Em Ponta Grossa, o manejo agroecológico não foi percebido, pois muitas propriedades, ainda se encontram no 1º nível de aplicação, a propriedade mais evoluída, pertence ao nível 2, se caracterizando mais por sua produção orgânica do que agroecológica, mas é possível que futuramente, as propriedades visitadas ou parte delas, utilizem agroecologia, mas até o presente ano de 2024, as mesmas são orgânicas.

No Faxinal Sete Saltos de Baixo, a agroecologia é inexistente, devido ao manejo convencional, as produções seguem o modelo industrial de produção, com agrotóxicos e transgenia e pelo fato de serem financiados pelo banco, qualquer tentativa de modificar o manejo, pode endividá-los, pois a transição agroecológica, leva um certo tempo, a depender do nível de degradação do solo, além disso, a comunidade é de difícil acesso e precisa de mais atenção do poder público para investir em infraestrutura na mesma, a erva-mate, que era característico do Faxinal visitado, foi extinta, devido à extração.

Com relação às propriedades de Uvaia (distrito do município de Ponta Grossa-PR), as propriedades são de fácil acesso, localizadas próximas à rodovia, a chácara São Sebastião I, tem uma área maior que a chácara Estância Alegre,

ambas ficam próximas a uma fazenda, que dificulta a agroecologia no local. Embora o nome Uvaia pertença a um fruto, a região não possui mais ela, devido à extinção da mesma, por conta de sua madeira.

A chácara Maria Emília, fica em perímetro urbano, facilitando o acesso e o transporte dos produtos, há uma linha férrea que passa no local, atualmente, o proprietário sofre com perdas de seu terreno para a Prefeitura, para que a mesma realize projetos de infraestrutura que perpassa pela propriedade, ficando próxima ao centro da cidade.

No Acampamento Emiliano Zapata, a visita demorou a se concretizar, por conta de imprevistos que estavam ocorrendo, o território fica em Itaiacoca (distrito do município de Ponta Grossa-PR), com uma produção orgânica, os acampados continuam adotando novas práticas de manejo, contudo, precisam esperar a posse da terra sair, futuramente, será trazido pelo governo estadual, pavimentação na estrada, fazendo com que o trânsito seja mais fluido e colabore com a valorização do lugar e facilite o escoamento da produção. O acampamento, é de acesso fácil nos dias de sol e difícil nos dias de chuva, por conta da estrada que ainda é de terra.

A agroecologia, se pauta na observação da natureza para a melhoria do sistema de produção, ou seja, é utilizado o que a própria natureza dispõe para alimentar o solo e criar condições para as culturas conseguirem se desenvolver de maneira saudável, estabelecendo um ecossistema completo, para que a cadeia trófica se encarregue de eliminar ou reduzir invasores, que possam gerar danos à produção.

As plantas daninhas, que na agricultura convencional, é tida como “praga”, aqui na agroecologia, serve como indicadoras de fertilidade de solo, cada planta daninha, vai indicar se a terra precisa de mais adubos, se está muito sombreado, compactado, profundo, ácido, etc. Basta observar e corrigir, fazendo adubações, plantando culturas adaptadas a estes ambientes e realizando podas para abrir clareiras e disponibilizar material orgânico.

O intuito da agroecologia, é criar sistemas saudáveis, plantar sem degradar, plantar e reestruturar a terra através de seus cultivos, procurando não exaurir seus nutrientes, conforme feito na agricultura intensiva, com isso, existem diversos tipos de agricultura sustentável, a orgânica, natural, sintropia, agrofloresta, biodinâmica e permacultura, além de outros não listados aqui, mas que possuem caráter

regenerativo, utilizando uma interdisciplinaridade de conteúdo para seu manejo, como a química, física, geografia, administração, filosofia, sociologia entre outras.

No âmbito das políticas públicas, vemos poucos recursos destinados à agricultura familiar, isso impede que o produtor consiga investir neste manejo, sendo necessário mais fomento para os mesmos, para poderem investir em maquinários, tecnologia e financiamento da produção, como foi relatado pelos produtores.

Notou-se, que dos produtores entrevistados, alguns não sabem qual política pública estão utilizando e os dados sobre os recursos destinados e até o número de produtores no município, é desorganizado ou inexistente, além disso, há informações desconexas, onde o município passa um dado e o estado passa outro sobre a mesma política pública, tornando a informação confusa, neste âmbito, é fundamental que o poder público, esclareça melhor e de maneira mais profunda, sobre as políticas públicas, pois isto pode se tornar um entrave para os produtores poderem acessá-las.

No entanto, deve-se ressaltar, que somente a criação de mais políticas públicas, o incremento de recursos e qualificação, não bastaria para aumentar a produção, sendo necessária, políticas públicas de incentivo à permanência dos jovens no campo, tendo em vista, que os mesmos procuram oportunidades na cidade e abandonam o campo, restando apenas seus pais ou avós para produzir, sem contar que as famílias atuais, estão sofrendo uma redução do número de filhos, sendo possível encontrar casais de agricultores sem filhos ou pessoas solteiras.

Os jovens atualmente, preferem deixar a vida no campo, por conta da falta de dinheiro no espaço rural e pelas oportunidades que hoje estão tendo na cidade, em fazer uma graduação ou cursos técnicos, bem como, trabalhar em outras áreas mais “rentáveis”, para confirmar isto, basta verificar os dados na pesquisa, muito recurso vai para o agronegócio e pouco para a agricultura familiar, deste baixo percentual para a agricultura familiar, ainda se deve dividir entre os produtores, tanto que a maioria dos entrevistados, alegam ter uma renda entre 1 a 3 salários mínimos.

Quando estes produtores fazem a venda nas feiras, esbarram em preço, onde cada variedade é vendida pelo triplo do que é comercializado nos mercados, desta forma, o cliente vai preferir o convencional, resultando em mais prejuízo para

o agricultor orgânico ou agroecológico. Como se não bastasse, os produtores de Ponta Grossa, precisam lidar com atravessadores, que também disputam estas políticas públicas, ficando com a maioria do lucro, pois basta ir ao CEASA e adquirir o produto para fornecer para o governo.

Já a falta de qualificação, deve ser pelo fato de que ainda é uma “novidade” o manejo agroecológico, sendo necessário mais estudo sobre o tema, além disso, deve-se pensar em uma integração com saberes tradicionais, uma vez que eles detêm muito conhecimento a respeito de manejos sustentáveis, recuperação de florestas e solo, mediante inserção de culturas que ajudam a fertilizar a terra, disponibilizar e reciclar nutrientes.

Sobre o modelo capitalista de produção, todos irão seguir, atualmente, existem poucas propriedades com estilo campestre ou subsistência, pois todos costumam plantar para comercializar, alguns produzem orgânico por questões de saúde, outros verem como nicho, mas em ambos, estamos diante da produção capitalista.

Devido à exportação, a agricultura intensiva praticada em Ponta Grossa, recebe grande aporte financeiro vindo do Plano Safra, em contrapartida, a agricultura orgânica representada pelo MST, Faxinalenses e Agricultura Familiar, recebem menos repasse financeiro para produzir, com isso, a escolha das pessoas em trabalhar com a agricultura familiar agroecológica, é decrescente, por conta do pouco incentivo ao manejo sustentável, fazendo com que os produtores e produtoras acabem desistindo de serem agroecológicos, ou vendam suas propriedades.

Então, com tudo isso exposto na pesquisa, o poder público, deve primeiramente distribuir terras para a reforma agrária, dar a posse das terras para os acampados poderem comercializar seus produtos e acessar políticas públicas, distribuir os recursos de maneira igualitária entre a agricultura familiar, sem privilégios para determinados grupos, divulgar e esclarecer as políticas públicas, evitando desinformação sobre as mesmas.

O investimento em qualificação e tecnologia, devem ser empregados para o manejo ser impulsionado, pois atualmente, o Brasil com seus estados e municípios, estão com mais idosos que jovens, desta forma, a tecnologia supriria ou reduziria a dependência de mão-de-obra, além de criar mais incentivos aos jovens, para permanecerem no campo.

Estas, são sugestões, que podem fomentar mais a produção agroecológica, que deve ser pauta de governo, uma vez que o planeta não suporta mais degradação, a saúde do ser humano, está cada vez mais frágil, por conta do uso de agrotóxicos e plantas modificadas, além da biodiversidade, que sofre com estes insumos e tendem a desaparecer se algo não for feito agora.

A pesquisa retratou sobre os territórios da agroecologia no município de Ponta Grossa, trazendo questões como tipos de manejo e políticas públicas, através das entrevistas e consultas a órgãos governamentais e não governamentais, o trabalho ainda pode ser aprofundado, ou servir de subsídios para novos, que tratem da mesma temática, ou de algum tema presente nesta pesquisa, até porque, muitos relatos e políticas públicas podem ser modificados, adicionados ou retirados no futuro, além disso, outras comunidades não contempladas no município, podem ser agregadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. 354 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575129>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ABREU, S.L.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M.R.; AVENTURIER, P. **Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia**. Editora UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/26865/19676>. Acesso em 04 dez. 2024.

Acessar o Programa Nacional de Agricultura Familiar-Pronaf. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-defortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em 24 mai. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. IBGE: 27,6% dos lares brasileiros vivem com insegurança alimentar. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencianacional/geral/audio/2024-04/ibge-276-dos-lares-brasileiros-vivem-cominseguranca-alimentar>. Acesso em 21 out. 2024.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS-AEN. Com 3,9 mil agricultores certificados, Paraná lidera a produção orgânica no Brasil. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-39-mil-agricultore-certificadosParana-lidera-producao-organica-do-Brasil>. Acesso em 17 nov. 2024.

ALMEIDA, A.W.B. de.; SOUZA, R.M. de. (org.). **Terras de Faxinais**, Coleção: Tradição e ordenamento jurídico, Projeto Nova Cartografia Social, Vol.4. Edição da Universidade do Estado do Amazonas, Amazonas-AM, 2009.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, Brasília-DF, 2007. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfatin---2007.pdf>. Acesso em 30 abr. 2024.

ALVES, B.S.; MEDEIROS, B.M. de.; TAMAI, M.A.; LOPES, R.B. **Trofobiose e microrganismo na produção de plantas**. Biotecnologia, Ciência e Desenvolviemnto-n°.21- julho/agosto, Unesp, São Paulo-SP, 2001. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Trofobiose.pdf>. Acesso em 24 ago. 2024.

ALVES, G.G.; **A AGROECOLOGIA COMO CAMINHO PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ETI PROFESSOR FIDÊNCIO BOGO, TAQUARUÇU GRANDE - PALMAS -TO**. Dissertação (Mestrado em gestão de Políticas Públicas)- Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2379/1/Gleiva%20Giuvannucci%20Alves%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em 13 abr. 2024.

ALVES, E. **A agricultura familiar**. Revista de Política Agrícola- ano VI- N°3- Jul/Ago-Set, 1997. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/713>. Acesso em 03 set. 2024.

ALVES, F.D.; LINDNER, M. **AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: Territorialização, mundialização e contradições**. OKARA: Geografia em debate, v. 14, n. 2, p. 433-451, Alfenas-MG, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344587517_AGRONEGOCIO_DO_CAFE_NO_SUL_DE_MINAS_GERAIS_territorializacao_mundializacao_e_contradicoes. Acesso em 09 jan. 2025.

ALTIERI, M. **AGROECOLOGIA: Dinâmica produtiva da agricultura sustentável**, 5° edição, Editora UFRGS, Porto-Alegre-RS, 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/download/agroecologia-a-dinamica-produtiva-da-agricultura-sustentavel/>. Acesso em 13 mai. 2024.

AMORIM, L.O. do. **PLANTANDO SEMENTE CRIOLA, COLHENDO AGROECOLOGIA: Agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão Sergipano**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Gestão de Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Pernambuco-PE, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17849/1/Disserta%20a7%20a3o_Amorim_2016_PRODEMA.pdf. Acesso em 08 mai. 2024.

A Chácara Maria Emília, Disponível em: https://www.chacaramariaemilia.com.br/sobre_ Acesso em 11 mar. de 2024.

ARAÚJO, F. M. de SÁ. **Incidência da descontinuidade administrativa na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. (Trabalho de Conclusão de Curso) em Gestão de Políticas Agropecuárias na Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.enap.gov.br/bitstream/1/6186/1/TCC%20Vers%C3%A3o%20Final%20Reformulada.pdf>. Acesso em 14 set. 2024.

AZEVEDO, J. L de; FUNGARO, M. H. P; VIEIRA, M L C. Transgênicos e evolução dirigida. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 7, p. 451-464, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/DVzFRf5jZXrQTkxV6LrLpBy/?format=html&lang=pt#>. Acesso em 16 mar. 2024.

BALDIN, N.; MELLO, A. de. **Educação ambiental para sensibilizar a coparticipação com a natureza: A agroecologia na escola**. Revista: Reflexão e Ação, 23(3), 378-402. <https://doi.org/10.17058/rea.v23i3.6025>, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/7225/722579553019.pdf>. Acesso em 21 abr. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO-BNDES, **CIRCULAR SUP/ADIG N°49 DE 2024**, Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/6a5cd7ac-b8c3-45f1-9f2a-7dc8379db823/24Cir49+PRONAMP+Custeio+Ano+Agr%C3%ADcola+2024-2025.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_7QGCHA41LO

RVA0AHO1SIO51085-6a5cd7ac-b8c3-45f1-9f2a-7dc8379db823-p2SrO5y. Acesso em 10 out. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO-BNDES. Pronaf: programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em 14 ago. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural-Pronamp. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronampinvestimento>. Acesso em 12 nov. 2024.

BARCELLOS, S.B.; **A política Nacional de Agroecologia-PNAPO em reflexão: Provocações, possibilidades e desafios.** Universidade Federal da Paraíba, Paraíba-PB, 2012. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30166085/A_POLITICA_NACIONAL_DE_A_GROECOLOGIA_%28PNAPO%29_EM_REFLEXAO_-libre.pdf?1390897557=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_POLITICA_NACIONAL_DE_AGROECOLOGIA_PNAP.pdf&Expires=1757015740&Signature=T1HCECwCMIHJHKTINKMkrOAdUQ1RdKv4Cqv1sHOvBL5nd1Koo6g~RUbB8ICx2NI3oldrrRszkZvtkwUkhv4sQxIjicgMaBH7pjBg65CiHUuDmW7yHdXEmsSgygyhXSeEJlfxcuXmGaYElqfOLXcjWLIWThjJ7nqx7hAnqly8U8XPW1NoXpDdBx5KW1IPUME~ibwimxc9qPxVLYTth05ZjoJ3zINZmFOdVYZ5~CJF~IjubmEGA19aCtCbBQyopMFRCEvaE5q8FDxDUzlpFixZstYKuvBSDXsFFBOXIAIlg2qFnTW1I~BhMizRiev9ev4ANDYcM-o149g6qpEihmc1bA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 10 mai. 2024.

BINOTTI, T.C.; MORUZZI, M.P.E.; CAMPOS, M.L. de. **Inter-relações entre a PNGATI e a PNAPO no contexto dos povos indígenas.** Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, jul. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/412/1373>. Acesso em 11 jun. 2024.

BLANK, D.M.P. **O contexto das mudanças climáticas e suas vítimas.** Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, mai./ago. 2015. ISSN 1984-2201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/SgzwwyFQvzynM8ZhdtRzjr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 jan. 2025.

BOMFIM, E.G.; COSTA, M.C. da.; LOPES, M.M.J. **Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais.** Athenea Digital - 13(2): 193-205 (julio 2013) -CARPETA-. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118250>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRANDENBURG, A. **Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil**, XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/348.pdf>. Acesso em 01 dez. 2024.

BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V.N. (Org.). **Territórios em movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Editora: Relume Dumará, Brasília-DF, 2004.

Brasil. **Lei Federal nº 10.711, de 5 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm. Acesso em 04 jun. 2024.

Brasil. **Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 11 mar. 2024.

Brasil. **Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera as leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 17 abr. 2024.

Brasil. **Lei Federal Nº 14.628 de 20 de setembro de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Congresso Nacional. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202307-20;14628>. Acesso em 16 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Dispõe sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 20 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em 23 ago. de 2023.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 23 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em 3 ago. de 2023.

BRINKER, I. **O CRÉDITO NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2013-2018**: Um estudo do PRONAF, PRONAMP e demais Linhas de Crédito Rural, com Ênfase no investimento. Dissertação (Mestrado em Economia)- Pós Graduação em Economia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre-RS, 2019. Disponível em: https://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8952/Irineu%20Brinker_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 22 mai. 2024.

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL- PLAMSAN-2024-2028. Ponta Grossa, 2024.

CAMARGO, R.A.L. de; BACCARIN, J.G.; SILVA, D. B. P. da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar.** Temas de Administração Pública, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf>. Acesso em 08 jun. 2024.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P.J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1118966/1/CampanholaAgriculturaOrganica.pdf>. Acesso em 19 ago. 2024.

VINHA, C.J.F.S. de; SCHIAVINATTO, M.; **Soberania alimentar e territórios camponeses: Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Revista NERA, Presidente Prudente-SP, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913>. Acesso em 18 abr. 2024.

CANAVESI, F.C. de MOURA, I.F. DE.; SOUZA, C. de. **Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional.** Secur. Aliment. e Nutr., Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8635617/14869>. Acesso em 16 mar. 2024.

CARIAS, F.P.S. **Convencional, Orgânico ou Agroecológico: Que produto é esse?** INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA, Alegre, Espírito Santo-ES, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51122/39042>. Acesso em 17 mai. 2024.

CARNEIRO, M.J.; **Política pública e agricultura familiar: Uma leitura do PRONAF.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro-RJ, abril 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>. Acesso em 02 abr. 2024.

CHANG, M.Y.; **SISTEMA FAXINAL: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do Paraná**. Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, Londrina-PR, março, 1988. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/Sistema_Faxinal_Manyu_Chang.pdf. Acesso em 08 ago. 2024.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**, Tradución de Rosa Maria Rússovich, Editora Nueva Visión SAIC, Tucumán, Buenos Aires, Argentina, 1974, 342p. Disponível em: https://espai-marx.net/elsarbres/wp-content/uploads/2020/02/UNFV_ANTROPOLOGIA_Chayanov_Alexander_V._La_organizaci_n_de_la_unidad_econ_mica_campesina.pdf. Acesso em 16 abr. 2024.

CHECHI, L.A.; **INICIATIVAS DO ESTADO E DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PNAPO E DAS PLANAPÓS**. Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/28944/pdf>. Acesso em 19 jun. 2024.

CI ORGANICOS. **Manual de Certificação de Produtos Orgânicos**. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/organicos/certificacao-de-organicos/manual-decertificacao-de-produtos-organicos/>. Acesso em 23 jan. 2025.

CLIMA DE PONTA GROSSA. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/parana/ponta-grossa-4493/>. Acesso em 18 dez. 2024.

COLADINI, V.A. **Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). Um estudo no município de Ministro Andreazza**. Trabalho de Conclusão de Curso, Cacoal-RO, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/432/1/TCC%20final%20impress%c3%a3o.pdf>. Acesso em 14 jul. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-Conab. Governo anuncia Plano safra da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5602-governo-anuncia-plano-safrada-agricultura-familiar>. Acesso em 27 ago. 2024.

CONCEIÇÃO, A.L. **A geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena, Vol.1, num. 6, Sergipe-SE, 2005. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/573/226>. Acesso em 26 out. 2024.

CONTINI, E. **Agricultura e Política Agrícola Comum da União Europeia**. Revista: Política Agrícola, Ano XIII- N°1- Jan/Fev/Mar. 2004. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/570/520>. Acesso em 07 nov. 2024.

COSTABEBER, J.A. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. CAPORAL, FR; COSTABEBER, JA Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre:[sn], 2004. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/32.pdf>. Acesso em 11 set. 2024.

CUSTÓDIO, E.S.; VIDEIRA, P.L.; SOUZA, F.J.E.S. DO.; FERREIRA, J.F.B. **Benzeção: Prática cultural/religiosa de benzedadeiras e parteiras tradicionais na capital Macapá.** Revista de Educação Popular, Amapá, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45910/26159>. Acesso em 22 nov. 2024.

Decreto Estadual nº 3.446 de 14 de Agosto de 1997. Súmula: Criada no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/DEC RETO_ESTADUAL_3446_1997.pdf. Acesso em 03 jun. 2024.

Decreto Federal nº 9064 de 31 de maio de 2017, dispõe sobre a unidade de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em 12 mar. de 2024.

Decreto Federal nº 11.802. Dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/decreto/D11802.htm. Acesso em 03 mai. 2024.

Decreto Federal nº 3.991. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991.htm. Acesso em 20 mai. 2024.

Defensoria Pública do Estado do Paraná: Conheça o trabalho da defensoria pública junto as comunidades faxinalenses, povo tradicional paranaense. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Conheca-o-trabalho-da-Defensoria-junto-comunidades-faxinalenses-povo-tradicional-paranaense>. Acesso em 19 mar. 2024.

ECHER, R.; MAUCH, C.R.; HEIDEN, G.; KRUMREICH, F.D. **O saber sobre as plantas alimentícias não convencionais (PANC) na Agricultura Familiar vinculada à escola Família Agrícola da região sul (EFASUL), Canguçu, RS.** Revista Thema, DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/thema>. V19.2021.635-655.2109 v.19, n.3, 2021. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1136200/1/Echer.et.al.2021.pdf>. Acesso em 05 ago 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA- EMBRAPA. **Marco Referencial da Agroecologia,** Brasília-DF, 2006. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/MarcoreferenciaI.pdf>. Acesso em 12 mar. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA. Módulos fiscais. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/areade-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em 19 dez 2024.

ERASMO, E.A.L.; AZEVEDO, W.R.; SARMENTO, R.A.; CUNHA, A.M.; GARCIA, S.L.R. **Potencial de espécies utilizadas como adubo verde no manejo integrado de plantas daninhas.** Planta Daninha, Viçosa-MG, v. 22, n. 3, p. 337342, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pd/a/YpvT44DpYCsVVNkbpjjF6tm/?format=html&lang=pt>. Acesso em 22 mar. 2024.

ESPÍNDOLA, J. A. A.; GUERRA, J. G. M. DE-POLLI, H.; ALMEIDA, D. L.; de ABOUD, A. C. de S. **Adubação verde com leguminosas.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Brasília, Distrito Federal-DF, 2005. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/117975/1/00076310.pdf>. Acesso em 29 mar. 2024.

FACCO, V.A.B.; GÓMES, J.R.M.; **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seus limites e potencialidades na promoção da soberania alimentar.** Instituto Federal do Paraná, Revista Mundi, Curitiba-PR, 2016. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundimaa/article/view/595/416>. Acesso em 07 set. 2024.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil.** 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2001. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/?tipo=Livro>. Acesso em 10 mar. 2024.

FERNANDES, B.M. **CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Volume 1, Presidente Prudente-SP, 2013. (Tese de livre docência) -Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/08ddf575-fd3b-4b1e-aa50-c2e1939ace5b>. Acesso em 10 out. 2024.

FERNANDES, B.M.; STEDILE, J.P. **BRAVA GENTE: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 3ª reimpressão, Editora: Fundação Perseu Abramo, São Paulo-SP, 2005. Disponível em: <https://mst.org.br/download/brava-gente-a-trajetoria-do-mst-e-a-luta-pela-terra-no-brasil/>. Acesso em 03 set 2024.

FILETI, M.S.; SIGNORI, G. BARBIERI, M.; GIROTO, M.; FELIPE, ALS.; JUNIOR, C.E.I.; SILVA, D.P.; EPIPHANIO, P.D.; LIMA, F.C.C. **Controle de nematóide utilizando adubos verdes.** Revista Científica Eletrônica de Agronomia-ISSN: 1677-0293. Ano X-Número 20- Dezembro de 2011- Periódico Semestral. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/0mLMqowthD2rJ6S_2013-5-17-17-16-26.pdf. Acesso em 11 jun. 2024.

FLORIANI, N.; CLARINDO, M.F.; SILVA, A.A. DE.; STANISKI, A. **Medicina popular, Catolicismo Rústico, Agrobiodiversidade: O amálgama cosmomítico religioso das territorialidades tradicionais na região da Serra das Almas,**

Paraná, Brasil. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 41, n. 2, p. 331-350, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/10683/8189>. Acesso em 14 out 2024.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. **Ecologia das práticas e saberes para o desenvolvimento local: Territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil.** Polis: Revista Latinoamericana, DOI: <http://dx.doi.org/10.32735/S07186568/2020-N56-1520>, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v19n56/0718-6568-polis-19-56-34.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.

FLORIANI, N.; CARVALHO, S.M.; FLORIANI, D.; SILVA, A.A.I. DE.; STRACHULSKI, J. **MODELOS HÍBRIDOS DE AGRICULTURA EM UM FAXINAL PARANAENSE: CONFLUÊNCIA DE IMAGINÁRIOS E DE SABER E SOBRE PAISAGENS.** Rio Claro, v. 36, n. 2, mai./ago. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/huein/Downloads/anaflaviama,+1+-++Modelos+h%C3%ADbridos+de+agricultura+em+um+faxinal+paranaense+conflu%C3%AAncia+de+imagin%C3%A1rios+e+de+saberes+sobre+paisagens.pdf>. Acesso em 04 nov. 2024.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D, HALISKI, M.; ALMEIDA SILVA, A. DE. **Territorializações Agroecológicas: Saberes, práticas e políticas de natureza em comunidades rurais e tradicionais do Paraná.** Estudos: Sociedade e Agricultura, Territorializações agroecológicas: saberes, práticas e políticas de natureza...230 (1) • janeiro a junho de 2022 (publicação contínua) • e2230103• 1-27. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-1_03/e2230103html. Acesso em 07 nov. 2024.

FRANK, B. J. R., & YAMAKI, H. T. (2018). **INVERNADA COMO PAISAGEM TIPO VERNACULAR.** REVISTA GEOGRAFAR, Curitiba, v.13, n.2, p.253-267, jul. a dez./2018. Disponível em: v. Acesso em 12 dez. 2024.

FONSECA, M.F.A DE. **Agricultura orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos do Brasil.** Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro-PESAGRO-RIO, Niterói-RJ, 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/32349/1/AgriculturaOrganica.pdf>. Acesso em 07 mar. 2024.

FOSSÁ, J.L.; MATTE, A. MATTEI, L.F.; SCHNEIDER, S. **Acesso a distribuição do Pronaf entre agricultores familiares no estado de Santa Catarina.** Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ISSN 2237-6453. Ano 18. N°53. Out/dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9651/6524>. Acesso em 16 abr. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE. PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Jan. 2013. Acesso em 14 out. 2024.

GEHLEN, I.; MOCELIN, D.G. (Org.). **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**. 1ª edição, Universidade Aberta do Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Rio Grande do Sul, 2009.

GEUS, L.M. DE.; LAUTENSSCHLÄGER, C.E.R.; TONUS, B.P.A. DE.; GAIOSKI, S.R. **MAPA GEOLÓGICO -GEOTÉCNICO DA CIDADE DE PONTA GROSSA BASEADO EM SONDAGENS À PERCUSSÃO**. Revista de Engenharia e Tecnologia, V.13, N°. 3, set. 2021. Ponta Grossa-PR, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/ret/article/view/19327/209209215379>. Acesso em 09 nov. 2024.

G1. Paraná se consolida como maior produtor de orgânicos do país; veja onde encontrar a feira mais próxima. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/camposgerais-sul/agro-riqueza-campos-gerais/noticia/2024/03/02/parana-se-consolidacomomaiorprodutordeorganicos-do-pais-veja-onde-encontrar-feira-maisproxima.ghtml>. Acesso em 02 dez 2024.

G1. **Bolsonaro liberou 2182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaroliberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde2003.ghtml>. Acesso em 11 mai. 2024.

GOHN, M.G. da. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Universidade Estadual de Campinas. Universidade Nove de Julho. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172155/movimentos_sociais_na_contemporaneidade.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza: Cultura na Agricultura**. 1ª edição, Editora Recife Gráfica, Centro Sabiá, Recife-PE, 1995. Disponível em: <https://www.naturefund.de/fileadmin/pdf/Agroforst/1995%20-%20Ernst%20G%C3%B6tsch%2C%20Homem%20e%20natureza%20Cultura%20na%20Agricultura.pdf>. Acesso em 03 out. 2024.

GOVERNO FEDERAL-SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-deacoes-e-programas/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae>. Acesso em 02 jun. 2024.

GRANDO, F. **DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA - NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR**. Unioeste, Campo Mourão-PR, 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural e Sustentável) -centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6570/5/Fabiane_Grando_2023.pdf. Acesso em 25 nov. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1ª edição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul-RS, 2015. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Políticas_publicas.pdf. Acesso em 14 jul. 2024.

GRUPO DE PESQUISA INTERCONEXÕES. Disponível em: <https://www2.uepg.br/gpinterconexoes/>. Acesso em 07 dez. 2024.

GRZEBILUKA, D. **Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras**. Revista Geografar, v.7, n.1, p. 116-137, Curitiba-PR. ISSN: 1981089X, jun. 2012.

GUANZIROLI, C.E.; **PRONAF dez anos depois: Resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de economia e sociologia rural, Rio de Janeiro-RJ, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21757>. Acesso em 10 jul. 2024.

GUTIÉRREZ, J.I.P.; **Territorio, Geografía Rural Y Políticas Públicas. Desarrollo y Sustentabilidad en las áreas rurales**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles Universidade de Salamanca, 2006. Disponível em: <https://bage.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/1992/1905>. Acesso em 05 out. 2024.

HAESBAERT, R.; O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, Bertrand Brasil, Porto Alegre-RS, 2011.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. GEOgraphia, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419/8619>. Acesso em 13 nov. 2024.

HALISKI, A.M.; LOPES, K.C.S.A.; LOPES, P.R.; PADILHA, R.F.S.J. de (org). **Saber e fazer agroecológico**. Editora: CRV, Curitiba-PR, 2021.

HARTERREITEN-SOUZA, E.S.; SOARES PIRES, C.S.; GUIMARÃES CARNEIRO, R.; RYOITI SUJII, E.; **PREDADORES E PARASITÓIDES: Aliados do produtor rural no processo de transição ecológica**, Brasília-DF, 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/931099>. Acesso em 05 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, Atlas do espaço rural brasileiro: Agricultura familiar, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em 10 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/pontagrossa.html>. Acesso em 18 out. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-IPARDES. CADERNO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/797387411/2024-IPARDES-CADERNO-ESTATISTICO-MUNICIPIO-DE-PONTA-GROSSA>. Acesso em 28 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo agro 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=41&tema=76518. Acesso em 30 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA-IPLAN. Plano Diretor Participativo de Ponta Grossa. Disponível em: https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/downloads/planodiretor/2.2.1.1_aspectos_ambientais_clima_e_ar.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ-IAPAR-EMATER. Apresentação. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>. Acesso em 20 out 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO-IPARDES. Perfil do município de Ponta Grossa. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=43&btOk=ok. Acesso em 04 nov. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO-IPARDES. Agropecuária Paranaense. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Agropecuaria-Paranaense>. Acesso em 21 dez. 2024.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ-TECPAR. Disponível em: <https://www.tecpar.br/Pagina/O-Tecpar>. Acesso em 13 out. 2024.

JANSEN, A.; RIJN, P.C.J. Van. **Pesticides do not significantly reduce arthropod pest densities in the presence of natural enemies.** Revista Ecology Letters. DOI:10.1111/ele.13819. Amsterdam, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ele.13819>. Acesso em 10 dez. 2024.

JESUS, A.D. de. **Das ligas ao MST: Luta pela terra e territorialidade camponesa.** Revista Geográfica de América Central. Número especial EGAL, Costa Rica, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2404/2300>. Acesso em 19. nov. 2024.

JUNQUEIRA, C.P.; de LIMA, J.F.; **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n.2, p.159-176, jul/dez 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469/4991>. Acesso em 12 fev. 2024.

LABORATÓRIO DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA-LAMA. Sobre o Laboratório. Disponível em: <https://www2.uepg.br/lama/sobre-o-laboratorio/>. Acesso em 24 out. 2024.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental.** Agroecol.e Desenv.Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf. Acesso em 17 set. 2024.

Lei Estadual nº 15.673, de 13 de novembro de 2007. Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os faxinais e sua territorialidade, conforme especifica. Publicado no Diário Oficial nº 7597 de 13/11/2007. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/direito/Pagina/Povos-de-Faxinais>. Acesso em 16 mar. 2024.

LEITE, J.F.; DIMENSTEIN, M. **Movimentos sociais e produção de subjetividade: O MST em perspectiva.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vJYfTxWvNPL98nCCPtSftgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 nov. 2024.

LIMA, L.S.C. DE.; FORTI, V.A. **SEMENTES CRIOULAS: Qualidade e armazenamento.** Editora Araras, Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos-SP, 2020. Disponível em: <https://www.ppgadr.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/cartilhas/sementes-crioulas-qualidade-e-armazenamento.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.

LOPES, M.A.; CONTINI, E. **Agricultura, Sustentabilidade e Agroecologia.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, agroanalysis, 2012. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1028545/1/AgriculturaSustentabilidadeeTecnologia.pdf>. Acesso em 19 set. 2024.

MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA, Presidente Prudente-SP, ano 11, n. 12 pp.57-67, jan/jun 2008. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/06b5f654505882f078608efe09ad7b579cabf4d2.pdf>. Acesso em 22 set. 2024.

MARIOTO, A. **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA-SP E PARANAÍ-PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia em Desenvolvimento Regional)-Universidade estadual Julio de Mesquita Filho.Presidente Prudente-SP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/16ba7250-0757-4475-ae9d-2ef4e1395716/content>. Acesso em 29 out. 2024.

MARQUES, E.C. **Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro.** Editora: Revan, FAPESP, São Paulo-SP, 2000.

MATTEI, L.; **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados.** Encontro de Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lauro-Mattei-2/publication/237525551_PROGRAMA_NACIONAL_DE_FORTALECIMENTO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_PRONAF_CONCEPCAO_ABRANGENCIA_E_LIMITES_OBSERVADOS_1/links/561c6bc208ae78721fa11639/PROGRAMA-NACIONAL-DE-FORTALECIMENTO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-PRONAF-CONCEPCAO-ABRANGENCIA-E-LIMITES-OBSERVADOS-1.pdf. Acesso em 06 out. 2024.

MENDES, F.M.; MENDES, E.P.P. de. **AGRICULTURA FAMILIAR: Reflexões teóricas, características e reprodução social nas comunidades rurais no município de Catalão-GO**. Revista Observatorium, Revista Eletrônica de Geografia, v.14, p.290-307, Goiás-GO, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/70871/37018>. Acesso em 14. jul. 2024.

MIKLÓS, A.A. de W.; **Agricultura Biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano. Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – ABD**, Revisão: Iana Ferreira, Botucatu, São Paulo-SP, 2019. Disponível em: <https://biodinamica.org.br/cartilhas/ABD-nutricao.pdf>. Acesso em 16 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA-MAPA. Ações do Plano ABC/ABC+, atualizado em novembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabcabcmais/resultados-e-levantamentos>. Acesso em 02 mar de 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-aagua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em 08 out. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA-MAPA. Agrotropica, Centro de Pesquisa do Cacau, Ilhéus-BA, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agrotropica/revista-volumes/2000-a-2010/revista-agrotropica-vol-19-unico-2007.pdf/view>. Acesso em 29 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA-MAPA. Presidente anuncia Plano safra 2023/2024 com financiamento de R\$ 364,22 bilhões. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-planosafra-2023-2024>. Acesso em 11 ago. 2024.

MORO, R.S.; DE LIMA, C.N. **Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR**, TerraPlur@l, Ponta Grossa-PR, v.6, n. 1, p. 79-90, jan/jun 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3321/2924>. Acesso em 23 ago. 2024.

MORO, R.S.; FERRARI, F.; SANTOS, M.A. DOS.; BARROS, K.F. DE.; SCHMITT, J. **HETEROGENEIDADE ESPACIAL DO FITOPLÂNTON NA REPRESA ALAGADOS (PONTA GROSSA-PR)**. Publ. UEPG Ci. Biol. Saúde, Ponta Grossa 9(1): 21-30, mar 2003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/biologica/article/view/352>. Acesso em 28 dez. 2024.

MORO, R.S.; DE LIMA, C.N. **Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR**, TerraPlur@l, Ponta Grossa-PR, v.6, n. 1, p. 79-90, jan/jun 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3321/2924>. Acesso em 19 dez. 2024.

MOURA, G. **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: A afirmação da identidade nas comunidades negras rurais passa pelo valor da terra e pela especificidade de suas expressões culturais**. Salto para o Futuro, ISSN: 1518-3157, junho de 2007.

Disponível em :
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31915129/experiencias_inovadoras_no_ensino_quilombola-libre.pdf?1391458896=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3Dexperiencias_inovadoras_no_ensino_quilom.pdf&Expires=1756843016&Signature=NlupgOqF1tEvWq2FcB3NgOI4uQx1by2Lpi mYVYEMdohaEaAWTGUYuhEfkGoiAYQsPF3ILB8fFwVbKF2cLnJJO80got0lLebu6 SxNHYhtrQeZOHf9htTSeDGKzcgryC~JapTOTO2KOfPwMS4O-VZ072z8wvzqCS-95OCIEZZXeJ7DWRq~epzcMGseb2BUOb~a6HndfXX32rsH6PYJiKMc-dULDCa8uckHdJNGBJMHRRIY3BX5iHtqKEYDF4ysoSrb7PQj-AvHTa~KFzculKzxah5QPHNYzTuWJT2QpYBPAVRZT7XSnKcZwIRsQioDw106u UkVwfGV4iMEPC8Ddh7VA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=3. Acesso em nov. 2024.

NETO, J.M.R. DA; **Tão perto e tão longe: Trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas**. Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro-RJ, V.46, n° Especial, p. 455-456, jun. 2022. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/4933/725>. Acesso em 08 jun. 2024.

NOGAROLI, J.A. **Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural**. Revista Tuiuti: Ciência e Cultura, v.10 n.68, p. 89-108, Curitiba, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380591649_Uma_revisao_sobre_Assistencia_Tecnica_e_Extensao_Rural. Acesso em 13 jun. 2024.

NUNES, J. **DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PROPOSTA AGROECOLÓGICA EM SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**, Dissertação (mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Alfenas-MG, 2023. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/2386?mode=full>. Acesso em 11 fev. 2024.

OS COMPARTIMENTOS GEOMORFOLÓGICOS DO PARANÁ. Disponível em: <https://profalexeinowatzki.wordpress.com/geologia-e-relevos/>. Acesso em 28 jan.2025.

OLIVEIRA, A.U. DE. **Geografia da luta nos campos**. 6° edição, Editora Contexto, São Paulo-SP, 1994. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-geografia-das-lutas-no-campo/>. Acesso em 23 set. 2024.

OLIVEIRA, A.U. DE. **A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em 12 nov. 2024.

OLIVEIRA, R. DE.; CLEMENTE, E.C.; **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM QUESTÃO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO CAMPO BRASILEIRO**. Revista da Anpege, v.8, n.10, p. 17-32, ago./dez 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em 25 out. 2024.

PAULUS, G.; MULLER, A.M.; BARCELLOS, L.A.R. **Agroecologia aplicada: Práticas e Métodos para uma Agricultura de Base Ecológica**, Porto Alegre-RS, 2000. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGROECOLOGIA%20APLICADA%20-%20PRATICAS%20E%20METODOS%20PARA%20UMA%20AGRICULTURA%20DE%20BASE%20ECOLOGICA.pdf>. Acesso em 19 abr. 2024.

PAULA, E.K.L. DE. **Políticas públicas para a agricultura familiar: Uma avaliação sobre a correspondência do PAA e do PRONAF nos territórios da cidadania no Rio Grande do Norte-2008 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)-Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-RN, Rio Grande do Norte-RN, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/b7c49f96-4297-4523-b521-da63b847df01/content>. Acesso em 14 fev. 2024.

PEIXINHO, A.M.L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde)-Universidade Federal de São Paulo, São PauloSP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a96318a5-b3d0-40a5-8673-27bc696aa2e6/content>. Acesso em 14 set. 2024.

PEIXOTO, A.M.; OLIVEIRA, A.R. de. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: Uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Revista: NERA. Ano 18. N° 26, edição especial, pp 70-91, Presidente Prudente-SP, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3142/2909>. Acesso em 13 ago. 2024.

PENTEADO, S.R. **AGRICULTURA ORGÂNICA**, Universidade de São PauloUSP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ, Série Produtor Rural, São Paulo-SP, 2001. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/agricultura-orgnica-silvio-penteado/25701815>. Acesso em 28 mar. 2024.

PEREIRA, I.; ORIGUÉLA, C.F.; COCA, E.L.F. DE. **Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no sul global**. Revista NERA, v. 23, n.51, pp.09-20, Presidente Prudente-SP, jan-abr/ 2020. ISSN: 1806-67-55. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338559070_Multidimensionalidade_multi territorialidade_e_multiescalaridade_da_questao_agraria_no_Sul_Global. Acesso em 07 set. 2024.

PICOLOTTO, E.L. **Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: Novas identidades e novas dinâmicas**. Revista IDEAS, v. 1, n. 1, p. 60-77, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/40/40>. Acesso em 22 abr. 2024.

PIMENTEL, A.E.B.; DE ABREU, L.S.; CONTRIGIANI, A.C. **Agricultura Familiar**, Araras, UFSCar, 2021. ISBN: 979-65-86558-1. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/cpoi/agricultura-familiar.pdf>. Acesso em 06 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA-PR. História da cidade. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia-da-cidade/>. Acesso em 21 nov. 2024.

PRIMAVESI, A.; **O solo Tropical: Casos-Perguntando sobre o solo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST**, 1ª edição, São Paulo-SP, 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/download/o-solo-tropical-casos-perguntando-sobre-o-solo-ana-primavesi/>. Acesso em 13 nov. 2024.

Rede Ecovida. Certificação. Disponível em: https://www.ecovida.org.br/nossas_acoes/certificacao/. Acesso em 26 out. 2025.

RAFFESTIN, C. **POR UMA GEOGRAFIA DO PODER**, Tradução: Maria Cecília França, Editora Ática S.A, São Paulo-SP, 1993.

REBELLO, J. F. S. DOS.; SAKAMOTO, D.G. **Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch**, Editora Reviver, São Paulo-SP, 2021. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.riseup.net/assets/793860/Agricultura%2BSintropica%2Bsegundo%2BERnst.pdf&ved=2ahUKEwj2we-l6cmPAxUmpZUCHW4xE_UQFnoECB4QAQ&usg=AOvVaw1vgipr1Jv5FVhvAzv57ME9. Acesso em 16 fev. 2024.

REDAÇÃO DE MÍDIA INTEGRADA UEPG. **Estudantes em Itaiacoca enfrentam problemas no deslocamento até escolas.** Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/3377-estudantes-deitaiacoca-enfrentam-problemas-no-deslocamento-ate-escolas>. Acesso em 11 jun. 2024.

REIS, J. **Uma epistemologia do território.** Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 13, núm. 1, abril-setiembre, pp. 51-74, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf>. Acesso em 01 out 2024.

RENIGER, L.J.S.; WIZNIEWSKY, J.G.; KAUFMANN, M.P.P. **Princípios de Agroecologia.** 1ª edição, Universidade Federal de Santa Maria-RS, Rio Grande do Sul-RS, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15770/Licenciatura_Educacao_campo_PrincipiosAgroecologia.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 09 fev. 2024.

REVISTA FAPESP. Na pele da tilápia. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/na-pele-da-tilapia/>. Acesso em 19 dez 2024.

ROCHA, E.P. do.; MARTINS, R.S. de. **Terra e Território Faxinalense no Paraná: Notas sobre a busca de reconhecimento.** Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba-PR, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/9554/6627>. Acesso em 29 abr. 2024.

RODRIGUES, J. N. **Políticas públicas e geografia: retomada de um debate.** GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/81093/84736>. Acesso em 23 jan. 2024.

ROSAS, C.A.F. DA. **Desenvolvimento Territorial Rural no Extremo Noroeste Paulista**. Espaço em Revista. ISSN:1519-7816 v. 16, n. 1, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/33172/17629>. Acesso em 02 mar. 2025.

ROSSETTI, F.X.; WINNIE, L.W.Y.; DA SILVA, M.V.; **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio de aquisição de alimentos regionais saudáveis**. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas-SP, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647528/14848>. Acesso em 25 jul. 2024.

SAHR, C.L. **Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária no Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais**, TerraPlur@l, Ponta Grossa-PR, 2008. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/70708e61b06b601c44067602e81d68309d7b37dd.pdf>. Acesso em 19 out. 2024.

SAHR, C.L.; CUNHA, L.A.G. **SIGNIFICADO SOCIAL E ECOLÓGICO DOS FAXINAIS: Reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná**. Ponta Grossa-PR, 2005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/62/60>. Acesso em 15 out. 2024.

SANTOS, MG.; QUINTEIRO, M. (org.). **SABERES TRADICIONAIS E LOCAIS: Reflexões etnobiológicas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 191 p. ISBN: 97885-7511-485-8, Rio de Janeiro-RJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zfzg5/pdf/santos-9788575114858.pdf>. Acesso em 12 nov. 2024.

SANTOS, M.H. DOS.; GONÇALVES, L.M.; SANTOS, L.S. DOS.; MONTEIRO, P.H.S. DA.; VARGAS, T.O. de. **Em busca das sementes crioulas para o sudeste paranaense: Uma revisão sistemática**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020.

SANTOS, S.R. DOS.; SOUSA COSTA, M.B. DE.; PAIVA BANDEIRA, G.T. DE. **As formas de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Revista de Salud Publica, V.18, abril de 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642016000200014. Acesso em 06 jun. 2024.

SANTOS, R.H. da.; SANTOS, H.G.R. da.; RODRIGUES S.A.S.; OLIVEIRA, E.R.S.S. dos.; SANTOS, L.M.R. DOS.; JESUS, G.S. de. **Geografia do consumo e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Contribuições para a sustentabilidade e a segurança alimentar**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.1, p. 3421-3438 jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42657/pdf>. Acesso em 03 jun. 2024.

SAQUET, M.A.; SILVA, S.S. da. **Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território.** ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em 20 jul. 2024.

SAQUET, M.A. **El desarrollo en una perspectiva territorial multidimensional.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, V. 02, N. 01, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229809/24016>. Acesso em 27 dez. 2024.

SAMBUICH, R.H.R.; SPÍNOLA, P.A.C.; MATTOS, L.M. DE.; ÁVILA, M.L. DE.; MOURA, I.F. DE.; SILVA, A.P.M. DE. **Análise da concepção da política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8429>. Acesso em 20 jun. 2024.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. de. **A atualização do conceito de quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas.** Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/317/31713416008.pdf>. Acesso em 09 mai. 2024.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil.**, n. 145, 2013., Septiembre, 2013. 90p. (Serie documentos de Trabajo). Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf. Acesso em 18 ago. 2024.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. **Agricultura Familiar e Teoria Social: A diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/28208012/capitulo_32-libre.pdf?1390873566=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAgricultura_familiar_e_teoriasocial_a_d.pdf&Expires=1757443501&Signature=a4QNpi4f380909W62wHbfvIF4EDxaMkkv99F5s7VjGb3VhPaKlrIJRA31TniaEgnsuiWajy-U9N9Z3Qos-WYRp93eQm2zUL5girn6BjaK3AE1KylHfPvWc~cU50aC9KljUb5bLI0SpaxBWwMxsgg9IHioiOGdlU16eJ0x4TsEu~SMux5Ndzf7kYilJF~muZ6jzWavozaqFAT44KqE03ZokdeWGleOxyQ5l3u-aUx8GnAkyYO79a1b1p~1b~nTg~hOFA7rZ7QhmZ8LbdFcZt36XEQCa57eHi1ld10YFkaYQh4yCWgJeT8hWnoAEE64eBQr-PSW6sdrBesQ9CUb55kw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 04 mai. 2024.

SCHIMITZ, H.; MOTTA, D.M. da. **Agricultura Familiar: Categoria teórica e/ou ação política.** Revista: Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/393559/4/AgriculturaFamiliarTeorica.pdf>. Acesso em 14 abr. 2024.

SCHÖRNER, A. **Do Faxinal à cidade: Migração e desterritorialização- IratiPR 1970-1980**. Revista de História Regional 15(1): 229-257, Verão, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2367/1862>. Acesso em 03 jul. 2024.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB. Fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Fortalecimento-da-Agricultura-Familiar>. Acesso em 19 dez. 2024.

SECRETARIA GERAL. Eixo e objetivos do Planapo. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnapo/planapo>. Acesso em 20 set. 2024.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-ainformacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 28 set. 2024.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB. Fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Fortalecimento-da-Agricultura-Familiar>. Acesso em 22 dez. 2024.

SERAFIM, M.P.; JESUS, V.M.B. de.; FARIA, J. **Tecnologia social, agroecologia e agricultura familiar: Análises sobre um processo sociotécnico**. Tecnologia Social, agroecologia e agricultura familiar. Serafim et al. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 20(Supl): 169-181, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634595/2516>. Acesso em 13 jun. 2024.

SERPA, A.; **Políticas públicas e o papel da geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6551/3550>. Acesso em 10 mar. 2024.

SILVA, G.; MELO, S.F.B. de. **ANÁLISE RELIGIOSA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA ATUALIDADE**. V Colóquio de História. Perspectivas Históricas, historiografia, pesquisa e patrimônio, novembro, 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1371-1384.pdf>. Acesso em 08 mai. 2024.

SILVA, K.P. de.; OLIVEIRA, A.R. de. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL EM GOIÁS: Análises a partir do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)**. Revista de Geografia agrária Campo e Território, v.13, n. 30, p133-158, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/41222/25865>. Acesso em 04 ago. 2024.

SILVA, E.R.F. de.; HESPANHOL, R.A.M. de. **As mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)**. Revista InterEspaço Grajaú/MA v. 5, n. 17 p. 01-19 mai/ago. 2019.

Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/10917/682>
 6. Acesso em 25 set. 2024.

SILVA, M.O. **Saindo da invisibilidade- a política nacional dos povos e comunidades tradicionais**. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596>. Acesso em 14 abr. 2024.

SOUZA, J.L. de. **Agroecologia e Agricultura orgânica: Princípios, métodos e práticas**. 2º Edição, Incaper, Vitória-ES, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/766/1/Agroecologia-Ainfo.pdf>. Acesso em 10 fev. 2024.

SOUZA, C.; **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 fev. 2024.

STANISKI, A.; FLORIANI, N.; STRACHULSKI, J. **Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade faxinalense Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR**, Terr@Plural, Ponta Grossa, v.8, n.2, p. 321-340, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6514>. Acesso em 17 jan. 2025.

STADLER, C.T.B. **Saberes e Práticas Tradicionais- A Territorialidade no Plantio e Reprodução das Sementes Crioulas**. Londrina PR, de 20 a 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3434/3585>. Acesso em 16 mar. 2025.

STROPARO, T.R.; FLORIANI, N. **Sistemas Participativos de Certificação: Inovação Social, EcoInovação ou desterritorialização**. Boletim de Conjuntura-BOCA. Ano V | Volume 13 | Nº 38 | Boa Vista | 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/856/655>. Acesso em 29 jan. 2025.

TARGINO, I. **A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil**. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 148-160, jan./jun. 2002.

TEIXEIRA, V.; **A ESPACIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS PARA AGENDA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA**. Caderno Prudentino de Geografia, presidente Prudente, n. 39 v. 1, p. 176-198, jan./jun., 2017. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/3397/4460/21170&ved=2ahUKEwjUs7SP8cuPAXtppUCHagCEvQQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw0PU3iTEuW_D2oZivT2GvCU. Acesso em 30 jul. 2024.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: La importancia de las sabidurías tradicionales**. Icaria editorial, perspectivas agroecológicas. ISBN: 978-84-9888-001-4. 2008. Disponível em:

<https://www.uv.mx/orizaba/mgas/files/2016/03/memoria-biocultural.pdf>. Acesso em 20 set. 2024.

TOLEDO, V.M. **POVOS/COMUNIDADES TRADICIONAIS E A BIODIVERSIDADE**. Instituto de Ecologia, UNAM, México. Tradução: Prof. Antonio Diegues. In: Levin, S. *et al.*, (eds.) *Encyclopedia of Biodiversity*. Academic Press (2001). Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20%281%29.pdf>. Acesso em 14 jun. 2024.

TRIBA, L.; FISCHER, M.C.B. **Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158499>. Acesso em 05 ago. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-UEPG. Os Campos Gerais do Paraná. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/os-campos-gerais-doparana/#os-campos-gerais>. Acesso em dez 2024.

VILLAS-BÔAS, J. **Manual tecnológico: Mel de abelhas sem ferrão**. 1º edição, Brasília-DF, 2012. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1079116/1/CriacaoAbelhaSemFerroao.pdf>. Acesso em 12 abr. 2024.

VILAS BOAS, L.G. **Os estabelecimentos agropecuários do município de Nepomuceno-MG segundo as categorias de Hughes Lamarche**. Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 9-32, maio-ago. Ano 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/7672/pdf/29105&ved=2ahUKEwjHgl6c9MuPAX1q5UCHZLnK6sQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw1uNoKmFKx3K71SNAMkrToc>. Acesso em 08 dez. 2024.

VILAGRAM, E.C.L.; TROIAN, A.; MACIEL, M.D.A. **CRÉDITO RURAL: PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL EM DOM PERITO/RS**. Revista de Economia e Agronegócio-REA. Vol. 21, nº 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/14475/9573>. Acesso em 30 mai. 2024.

WANDERLEY, M, N.; **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu-MG, 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>. Acesso em 19 jul. 2024.

WARREN, I.S. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. Estudos Sociedade e Agricultura. E-ISSN: 2526.7752. Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 2007. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/280/276>. Acesso em 02 out. 2024.

ANEXO A: QUESTIONÁRIO

MODELO DO QUESTIONÁRIO

PROPRIEDADE:

1-NOME:

2-ESCOLARIDADE:

3- N° DE FILHOS:

4- OS FILHOS ESTUDAM? EM QUAL SÉRIE?

5-OS FILHOS PRECISARAM FALTAR AULA PARA AJUDAR NOS AFAZERES DA PROPRIEDADE?

6-O TERRENO ESTÁ REGULARIZADO? É POSSE, HERANÇA OU ESCRITURA?

7- ÁREA DO TERRENO?

MANEJO E POLÍTICAS PÚBLICAS:

8-TIPO DE MANEJO (CONVENCIONAL, ORGÂNICO, TRANSGÊNICO, AGROECOLÓGICO)?

9- TEM COLABORADORES? QUANTOS?

10-POSSUEM OS DIREITOS TRABALHISTAS?

11-USA POLÍTICAS PÚBLICAS? QUAIS? À PARTIR DE QUE ANO?

12- RESULTADOS PERCEBIDOS ANTES E DEPOIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

13- RECURSOS OBTIDOS DESTAS POLÍTICAS?

14- O QUE VOCÊ ENTENDE POR AGROECOLOGIA?

15-UTILIZA SABERES TRADICIONAIS? QUAIS?

16- USA SEMENTES OU MUDAS? ONDE SÃO ADQUIRIDAS?

17-TIPO DE ADUBAÇÃO?

18-RECURSOS NATURAIS?

19- PECUÁRIA?

20- INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO?

21- O QUE PODE SER MELHORADO EM ASPECTO GOVERNAMENTAL PARA INCENTIVAR A AGROECOLOGIA?

22- RENDA:

1-3 SALÁRIOS () 4-5 SALÁRIOS () 6 OU MAIS

23- ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU DE OUTROS PRODUTORES?

23- QUAIS PRODUTOS SÃO COMERCIALIZADOS?

24- COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO?

25- ENCONTROU DIFICULDADES PARA ACESSAR OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS?

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, (nome da pessoa entrevistada: _____), RG: _____), estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **Territórios da agroecologia no município de Ponta Grossa**, cujos objetivos e justificativas são: Geral: Compreender os territórios da agroecologia dos movimentos sociais em Ponta Grossa-PR; Específicos: 'Analisar as políticas públicas nas três esferas'; 'Caracterizar os produtores e produção agroecológica'; ' Identificar os processos e níveis agroecológicos presentes nos municípios, buscando espacializar criar uma tipologia de produtores e produção.'. A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a um roteiro de entrevista relacionado aos objetivos específicos da presente pesquisa, a partir das seguintes linhas norteadoras: 'Investigar os manejos da agricultura familiar, MST e faxinalenses, bem como as políticas públicas envolvidas'.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado (a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

O pesquisador envolvido com o referido projeto é Hueinen Zdepski Machado, aluno de mestrado do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e com ele poderei manter contato pelo telefone (42) 99944-8567 e pelo hueinen@hotmail.com

É assegurado o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado (a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Documento assinado em duas vias: uma via fica em posse da pessoa entrevistada; uma via fica em posse do pesquisador responsável pela pesquisa.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, no número (42) 3220-3000 ou (42) 3220-3300.

Cidade: _____, ____/____/ 2024.

Nome da pessoa entrevistada

Assinatura da pessoa entrevistada

Nome e assinatura do pesquisador responsável